



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

FILOSOFIA
licenciatura a distância



7

ONTOLOGIA III

*Celso R. Braidá, Débora Pazetto Ferreira,
Michelle C. Olsen e Emmanuelli S. Padilha.*

ONTOLOGIA III



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

FILOSOFIA
licenciatura a distância

ONTOLOGIA III

*Celso R. Braidá, Débora Pazetto Ferreira, Michelle C.
Olsen e Emmanuelli S. Padilha.*



UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

Ministério
da Educação

Governo
Federal

Florianópolis, 2011.

GOVERNO FEDERAL

*Presidência da República
Ministério de Educação
Secretaria de Ensino a Distância
Coordenação Nacional da Universidade Aberta do
Brasil*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

*Reitor Alvaro Toubes Prata
Vice-reitor Carlos Alberto Justo da Silva
Secretário de Educação à Distância Cícero Barbosa
Pró-reitora de Ensino de Graduação Yara Maria Rauh
Müller
Pró-reitora de Pesquisa e Extensão Débora Peres
Menezes
Pró-reitora de Pós-Graduação Maria Lúcia de Barros
Camargo
Pró-reitor de Desenvolvimento Humano e Social Luiz
Henrique Vieira da Silva
Pró-reitor de Infra-Estrutura João Batista Furtuoso
Pró-reitor de Assuntos Estudantis Cláudio José Amante
Centro de Ciências da Educação Wilson Schmidt*

CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

*Diretora Unidade de Ensino Roselane Neckel
Chefe do Departamento Celso Reni Braidá
Coordenador de Curso Marco Antonio Franciotti
Coordenação Pedagógica LANTEC/CED
Coordenação de Ambiente Virtual LAED/CFM*

PROJETO GRÁFICO

*Coordenação Prof. Haenz Gutierrez Quintana
Equipe Henrique Eduardo Carneiro da Cunha,
Juliana Chuan Lu, Laís Barbosa, Ricardo Goulart
Tredezini Straioto*

EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS

LABORATÓRIO DE NOVAS TECNOLOGIAS - LANTEC/ CED

*Coordenação Geral Andrea Lapa
Coordenação Pedagógica Roseli Zen Cerny*

Material Impresso e Hiperídia

*Coordenação Laura Martins Rodrigues,
Thiago Rocha Oliveira
Adaptação do Projeto Gráfico Laura Martins Rodrigues,
Thiago Rocha Oliveira
Diagramação Maiara Ariño, Talita Ávila Nunes
Ilustrações Amanda Woehl, Grazielle S. Xavier,
Jean Henrique Menezes
Tratamento de Imagem Amanda Woehl, Grazielle S.
Xavier e Jean Henrique Menezes
Revisão gramatical Hellen Melo Pereira, Daniela Piantola*

Design Instrucional

*Coordenação Isabella Benfica Barbosa
Designer Instrucional Priscilla Stuart da Silva*

Copyright © 2011 Licenciaturas a Distância FILOSOFIA/EAD/UFSC
*Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada sem a
prévia autorização, por escrito, da Universidade Federal de Santa Catarina.*

O59 Ontologia III / Celso R. Braidá ... [et al.] . – Florianópolis :
FILOSOFIA/EAD/UFSC, 2011.
198 p. : il.
Inclui bibliografia.
UFSC. Curso de Licenciatura em Filosofia na modalidade a distância.
ISBN 978-85-61484-20-0
1. Ontologia. I. Braidá, Celso Reni.

CDU 111

Catálogo na fonte elaborada na DECTI da Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1. A NOÇÃO DE ENTIDADE E A TAREFA DA ONTOLOGIA	11
1.1 Condições de existência e condições de identidade.....	14
LEITURAS SUGERIDAS	21
REFLITA SOBRE	21
2. REALISMO, NOMINALISMO E CONCEPTUALISMO	23
2.1 Realismo.....	29
2.2 Nominalismo.....	35
2.3 Conceptualismo	42
LEITURAS SUGERIDAS	46
REFLITA SOBRE	46
3. O QUADRADO ONTOLÓGICO E AS FORMAS DE PREDICAÇÃO	47
3.1 O quadrado aristotélico	51
3.2 O monismo nominalista.....	54
3.3 O quadrado fregeano.....	57
3.4 Uma ontologia mono-categorial.....	62

3.5 Uma ontologia quadri-categorial.....	65
3.6 Implicação categorial.....	69
LEITURAS SUGERIDAS	71
REFLITA SOBRE	71
4. DEPENDÊNCIA ONTOLÓGICA E RELAÇÕES CONCEITUAIS	73
4.1 Relações de dependência	76
4.2 A independência ontológica.....	81
4.3 Fundação e emergência ontológica	84
4.4 Níveis de realidade e implicação conceitual.....	88
LEITURAS SUGERIDAS	92
REFLITA SOBRE	92
5. SOBRE OS OBJETOS INTENCIONAIS	93
5.1 O problema da referência das expressões.....	100
5.2 Efetivo, objetivo e subjetivo.....	112
LEITURAS SUGERIDAS	119
REFLITA SOBRE	119
6. NOÇÕES DE ONTOLOGIA DA REALIDADE SOCIAL	121
6.1 A ontologia social de John Searle	125
6.2 A Natureza da realidade social e institucional.....	127
6.3 Fatos brutos e Fatos institucionais.....	127
6.4 Um modelo simples de construção da realidade social... 130	
6.5 Intencionalidade coletiva, atribuição de função e funções de status.....	131
LEITURAS SUGERIDAS	137
REFLITA SOBRE	137

7. A ONTOLOGIA DA OBRA DE ARTE EM INGARDEN	139
7.1 Considerações Ontológicas acerca da Obra de Arte Literária	145
7.1.1 A Estrutura da Obra de Arte Literária	148
7.1.2 Formações fônico-linguísticas.....	149
7.1.3 As unidades de significação	152
7.1.4 Objetividades Apresentadas	156
7.1.5 Aspectos Esquemáticos.....	159
7.2 As bases ônticas da Literatura	160
7.3 Outros Tipos de Obra de Arte	162
7.4 As Obras de Arte Teatrais, Musicais e Pictóricas.....	163
7.5 Possíveis Desenvolvimentos das Teorias de Ingarden	169
LEITURAS SUGERIDAS	172
REFLITA SOBRE	172
8. A NOÇÃO DE REALIDADE VIRTUAL	173
8.1 A noção de potência.....	178
8.2 O virtual como símile.....	181
8.3 Análise ontológica	183
8.4 Revisão do conceito de virtual	187
8.5 A definição de virtual	189
LEITURAS SUGERIDAS	190
REFLITA SOBRE	190
REFERÊNCIAS	191

APRESENTAÇÃO

O objetivo desse livro é apresentar conceitos e procedimentos de análise ontológica e aplicá-los na exposição e discussão de tópicos de ontologia contemporânea. A compreensão subjacente de ontologia é definida pela tarefa de explicitar as noções de ser e existência implícitas nos diferentes discursos e práticas com pretensão de sentido e validade, sobretudo naqueles em que se pretende dizer o que é isso que há, o que poderia haver mas não há, o que há e não poderia haver, ou ainda o que não há e não pode haver. Dessa maneira, nós admitimos um escopo mais amplo para os estudos ontológicos do que aquele proposto por Aristóteles. O filósofo, com efeito, sugeriu que a filosofia primeira, depois denominada “metafísica”, tinha por objeto todos os entes existentes, mas apenas no que concerne ao seu ser. Mais tarde, sobretudo a partir de Duns Scotus e Leibniz, essa ciência passou a considerar não apenas os entes existentes, mas também as entidades possíveis. Nos dias correntes, porém, as discussões ontológicas são pautadas, em geral, pelas indicações de Alexius Meinong, Edmund Husserl e Roman Ingarden. Para Meinong, que defendia uma “metafísica livre”, o escopo da teoria dos objetos deveria incluir, além das entidades existentes e possíveis, também as impossíveis, além de abrir espaço para objetos que estariam para além de ser e de não-ser. Essa posição é bastante controversa. A orientação de Husserl consiste em manter esse escopo alargado, mas distinguindo claramente entre ontologia formal e ontologias materiais. As ontologias materiais exploram os conceitos de domínios de realidades particulares, como o da natureza, da consciência, da sociedade, da

matemática, etc.; a ontologia formal explora os conceitos ontológicos formais, tais como os de objeto, estado de coisa, propriedade, relação, todo e parte, número, etc., que se aplicam a todos os domínios de objetos e entidades.

Nesse livro, seguimos a sugestão de Roman Ingarden, que subdividiu o escopo da ontologia em três domínios: o existencial, o formal e o material. A ontologia existencial considera as condições de existência de uma entidade, como as formas de dependência, modalidade e temporalidade; a ontologia material considera os diferentes tipos de entidades, como as espaço-temporais, as psicológicas e as históricas; já a ontologia formal considera as diferentes entidades quanto à forma: objeto, propriedade, evento, processo, relação, estado de coisa, sistema. Desse modo, o escopo máximo é mantido em todos os âmbitos da ontologia, pois essa investigação explora a entidade dos entes e a objetividade dos objetos, no plano do conceito, de tal modo a explicitar as suas condições de existência e de identidade sem restringir-se à descrição do que há atualmente. A concepção subjacente de ontologia e de filosofia é de que aí se trata de explicitação e de análise de conceitos, esquemas e proposições, implícitos nas nossas práticas discursivas, filosóficas, científicas, políticas, poéticas e técnicas, com pretensão de sentido, validade e verdade objetiva. Nos primeiros cinco capítulos são expostos conceitos básicos e distinções; nos últimos três, esses conceitos e distinções são aplicados a temas específicos. Para uma melhor compreensão do conteúdo discutido, sugere-se a leitura e o domínio prévio dos conteúdos dos livros Ontologia I e Ontologia II.

Esse livro é uma obra coletiva, produto das atividades de pesquisa e discussão por mim orientadas no Núcleo de Investigações Metafísicas do Departamento de Filosofia da UFSC. O livro é composto de oito capítulos; a organização e concepção, bem como os capítulos 1, 3, 5 e 8 são de minha autoria; os capítulos 2 e 4 são de autoria de Michelle C. Olsen, o capítulo 6 foi escrito por Emmanuelli S. Padilha e o capítulo 7 por Débora Pazetto Ferreira.

Celso R. Braidá

Florianópolis, agosto de 2010.

■ CAPÍTULO 1 ■

A NOÇÃO DE ENTIDADE E A TAREFA DA ONTOLOGIA

Neste capítulo, indicamos a tarefa e o escopo da ontologia, bem como a metodologia utilizada, e introduzimos os conceitos de entidade e objeto. Esta distinção é importante para se evitar a confusão entre as realidades e as elaborações mentais, linguísticas e imaginárias que, embora objetivas, não têm consistência ontológica autônoma.

1. A NOÇÃO DE ENTIDADE E A TAREFA DA ONTOLOGIA

No dia a dia, seguidamente nos deparamos e fazemos a tentativa de responder questões do tipo “o que há/existe?” e “o que é isso que há/existe?”. Essas questões são cotidianas e em geral sabemos responder para a maior parte dos casos, sobretudo quando restringimos a questão a um domínio particular. O problema é que há diferentes respostas para essas questões, e além disso tais questões, o mais das vezes, são feitas com um escopo ilimitado. **Então surge o problema: como arbitrar entre as diferentes respostas?** A ontologia, pode-se dizer, é a elaboração teórico-conceitual das noções e esquemas que permitem explicitar o que é dito com “há” e “existe” (conceitos de existência e ente) e com a identificação e diferenciação de entidades e objetos (conceito de identidade ontológica, de ser). As diferentes ontologias estabelecem uma armação conceitual pela qual se podem avaliar as suposições ontológicas, isto é, as postulações de existência e de identidade para entidades, fixando os sentidos em que se diz “é”, “há” e “existe”.

Na linguagem da vida nós dizemos e reconhecemos como significativas, e às vezes como verdadeiras, frases do tipo das seguintes:

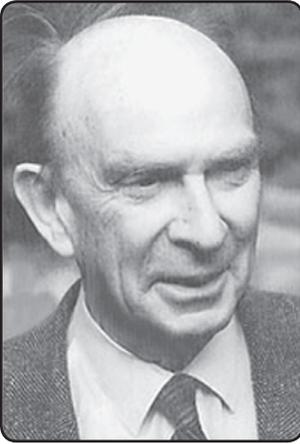
- (i) A bola é azul.
- (ii) Cato é honesto.
- (iii) A honestidade é uma virtude.
- (iv) A morte de Cato foi violenta.

Admita-se que essas frases sejam pronunciadas numa situação e que nela sejam aceitas como verdadeiras. Segue-se que **há** nessa situação coisas tais como bola, azul, Cato, honestidade, virtude, morte? Digamos que esse seja o caso; então, cabe a pergunta: essas coisas **são** no mesmo sentido? Em outras palavras, é no mesmo sentido que afirmamos que **há/existe** a bola, o azul, Cato, a honestidade, a morte?

Essas questões indicam o que entendemos por investigação ontológica e a partir disso podemos então fixar provisoriamente a tarefa da ontologia como a de explicitar teoricamente a esfera semântica das expressões “há/existe/é”, e de propor critérios para se dizer que algo existe e para se dizer que algo é tal ou qual. Em termos mais técnicos, uma ontologia estabelece as **condições de existência e as condições de identidade** para entidades e objetos. A partir de uma exposição dessas condições e critérios, podemos dizer e ajuizar com segurança o que há e o que é isso que há.

1.1 CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA E CONDIÇÕES DE IDENTIDADE

Os dados elaborados na ontologia são as frases em que se diz que há algo ou em que se diz o que é isso que há. **A concepção defendida aqui é de que as noções ontológicas têm de ser destiladas das nossas práticas discursivas com pretensão objetiva formal e material, pois uma proposição ontológica está condicionada em sua pretensão de sentido e validade tanto pela noção de experiência objetiva quanto pela noção de inferência válida.** Embora um contraexemplo efetivo, empírico ou formal, seja dificultoso em função do grau de abstração das proposições ontológicas, esses são os únicos critérios disponíveis para a correção e o controle de suposições ontológicas. Nesse sentido, uma ontologia torna-se aceitável na medida em que é congruente com a experiência objetiva



P. F. Strawson (1919 - 2006).
 Fonte: <<http://www.cfh.ufsc.br/~conte/txt-strawson.html>>.

e com os padrões objetivos de raciocínio válido que embasam as asserções sobre a existência e a identidade de entidades.

Esse tipo de investigação conceitual foi denominado por *P. F. Strawson* “metafísica descritiva”, a qual, segundo ele, trataria principalmente das categorias, dos conceitos e de suas relações recíprocas, da estrutura conceitual que se perfaz quando procuramos explicitar a estrutura da predicação e da forma lógica das proposições codificadas por nossas frases com sentido. Embora se aceite como bem posta essa concepção, adota-se aqui o viés de *Ingarden*, pelo qual a ontologia é também uma análise do conteúdo dos conceitos, explicitadora e investigadora de possibilidades e conexões reais entre os momentos desses conteúdos. Ambos contrapõem esse tipo de análise às pretensões da tradicional disciplina Metafísica, entendida como investigação da existência e da realidade efetiva de entidades e propriedades.



Ingarden (1893–1970).
 Fonte: <<http://en.academic.ru/dic.nsf/enwiki/933365>>.

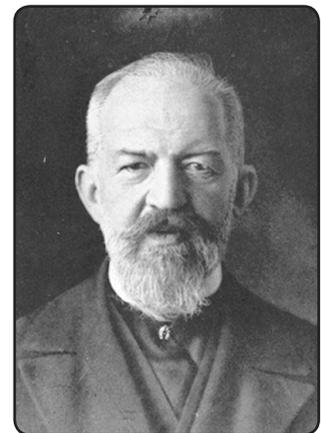
A investigação aqui denominada “ontologia”, por conseguinte, quer ser uma investigação conceitual, mais especificamente, de explicitação, análise e construção de conceitos utilizados para pensar e dizer as coisas e os acontecimentos, seja daqueles conceitos que nós efetivamente aplicamos, seja daqueles que nós poderíamos aplicar nos mais diferentes âmbitos do pensamento. A adoção dessa estratégia desfaz previamente aquela tensão existente entre metafísica e ciência, resultante da falsa ideia de um acesso especial ao real, ao mesmo tempo em que estabelece claramente o âmbito das investigações ontológicas: **explicitar e instaurar esquemas conceituais** que sirvam de indicações para o pensamento e para a prática em meio à vida vivida conscientemente.

Todavia, ainda assim restam pelo menos duas grandes vias de acesso ao âmbito ontológico, indicadas aí pelos nomes Strawson e Ingarden: a via **lógico-semântica** configurada por Frege e Tarski, e a via **fenomenológica** de Husserl e Ingarden. A nossa suposição é que o diálogo entre essas duas perspectivas nos conduzirá aos conceitos apropriados. Não se trata de reduzir a ontologia à Fenomenologia (como fez Heidegger, seguindo Husserl) nem de reduzi-la

à Semântica Formal (como fez Tugendhat, seguindo Wittgenstein). Trata-se antes de **revisar** e de **reconfigurar** tanto os conceitos quanto os conteúdos, tanto as formas quanto os significados. Até se alcançar o ponto em que essas reduções e perspectivas sejam visualizáveis como caminhos entrecruzados na difícil e incontornável tarefa de estabelecer **uma base analítica comum para o ajuizamento e a resolução das discussões e conflitos** cujas raízes são as próprias fundações do sentir, do agir e do falar subjacentes à vida consciente, capaz de dar e receber razões do que sente, diz e faz. A tarefa primária de uma ontologia, portanto, é estabelecer uma plataforma teórica capaz de explicitar as diferentes posições e conflitos teóricos que emergem das tentativas de articular e dizer o que é isso que há.

A partir dessa posição, faremos a experiência de tratar e analisar as proposições e os conceitos ontológicos como sendo autônomos em relação aos conceitos **semânticos** (gramaticais, linguísticos), no contexto da tradição de análise lógico-semântica (Frege, Tarski, Davidson), ao mesmo tempo em que os diferenciamos dos conceitos **intencionais** (fenomenológicos, psicológicos) da tradição das teorias do objeto de Meinong, *Twardowski* e Husserl. A hipótese-guia para essa revisão é de que os conceitos ontológicos permanecem irreduzíveis a conceitos semânticos e intencionais, ou seja, de que a análise da linguagem e a análise da consciência intencional, embora constituam procedimentos legítimos de explicitação e de esclarecimento conceituais, não dispensam nem substituem a **análise ontológica**, esta última concebida como **análise da coisa mesma** da fala e do pensamento, a saber, **análise daquilo** de que se fala e sobre o que se pensa. Faz-se ainda a tentativa de tornar óbvia a condição de fundados e dependentes dos conceitos semânticos e fenomenológicos, de linguagem e de consciência, em relação aos conceitos ontológicos básicos, tanto material quanto formalmente, embora se admita que na ordem da descoberta estes sejam posteriores. Porém, a principal consequência da atitude teórica aqui adotada consiste na inviabilização da transferência indevida de conceitos e distinções gramático-linguísticas para o âmbito ontológico.

A metódica, para tornar isso evidente, consiste na utilização de um procedimento baseado em quatro indicações: a ideia de



Twardowski (1866–1938).
Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Kazimierz_Twardowski_1933.jpg>.

definibilidade, - de que conceitos ou momentos um conceito qualquer é definível, de Tarski e Husserl; a ideia decorrente de **ordem de prioridade conceitual** – quais conceitos um conceito qualquer pressupõe, de Martin-Löf (1942-) e Chisholm (1916-1999); as ideias de **fundação e dependência** ontológica, de Husserl e Simons (1950-); e, por fim, a ideia de **ordem de aplicação** de conceitos, de Davidson. A hipótese é de que a conjugação dessas indicações, e sua aplicação sistemática ao conteúdo expresso por frases significativas, irá permitir a explicitação de conceitos e categorias ontológicos, bem como estabelecer sua localização nos quadros referenciais teóricos de fundo. Além disso, admitida essa estratégia metódica, segue-se de modo natural o questionamento da tese tão difundida da relatividade ontológica (à linguagem, à consciência, ou à cultura), pois essa tese sugere e tem como consequência que os conceitos ontológicos (e metafísicos), mesmo quando legítimos, são definíveis, fundados e dependentes em relação à linguagem ou à consciência. Implica também que os conceitos ontológicos sejam de ordem derivada em relação aos conceitos semântico-gramaticais ou intencional-fenomenológicos. Mas essas consequências apenas se dão se a linguagem e a consciência forem postas como independentes e infundadas; porém, tanto a noção de linguagem quanto a de consciência têm sido pensadas como fundadas na noção de ato, para mencionar apenas um conceito que, assim, é suposto como *anterior* aos conceitos de linguagem e consciência, mesmo ali onde se defende veementemente a tese da relatividade ontológica. Esse questionamento significa sobretudo recusar o modo como os conceitos ontológicos foram **dispensados** em favor dos conceitos de consciência e de linguagem desde Kant e Wittgenstein. O ponto de ancoragem dessa recusa está no procedimento metódico que obriga a pensar esses conceitos como também definidos e fundados, e cuja aplicação pressupõe que outros conceitos mais básicos sejam aplicáveis.

Utilizaremos a distinção entre **entidade e objetividade** para indicar uma solução para um plexo de distinções que têm sido assunto polêmico entre os ontólogos, a saber: as distinções entre entes e objetos reais e irrealis, entre objetos de primeiro nível e de níveis superiores, entre existentes e subsistentes, concretos e abstratos,

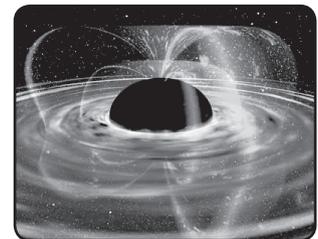
particulares e universais, etc. Nisso confundem-se vários problemas e ambiguidades, mas as confusões nascem sobretudo da imprecisão terminológica, da qual não escapam nem os melhores textos dos melhores pensadores.

Neste livro, por **entidade** sempre será entendido algo real, isto é, algo no qual tanto um outro algo quanto atos semânticos e intencionais podem estar fundados; **objetividade**, ao contrário, sempre será indicada para algo fundado, seja num ato semântico seja num ato intencional.

Essa distinção retoma as distinções feitas por Grossmann (2004, p. 139-142) e Butchvarov (1979, p. 40-55), em que são introduzidas variáveis para **objetos** e variáveis para **entidades** com o propósito de resolver o problema da semântica de frases existenciais negativas. Além disso, nessa distinção ecoa aquela de Husserl entre objetos reais e objetos irrealis. Desse modo, podemos dizer que a Lua e Bruna Lombardi são objetividades, pois são conteúdos, ou partes de conteúdos semânticos ou intencionais, mas que além disso são também entidades, pois ambas constituem suportes ônticos para outras entidades e eventos, e também servem de fundação para atos semânticos e intencionais; o Dragão Lunar e *Diadorim*, ao contrário, são tão somente objetividades. Hoje, em 2010, a partícula denominada “*Bósons de Higgs*” ainda é apenas uma objetividade que os físicos postulam existir, isto é, que supõem como existente para efeitos teóricos.

Com essa distinção espera-se poder mostrar que o antigo e persistente problema dos irrealis e dos objetos inexistentes dissolve-se; todavia, o cerne de onde ele nasce não é simplesmente denegado, mas repensado e revisado a partir de conceitos mais claros e precisos. Contudo, essa é apenas uma primeira fissura no sentido da expressão “Há/existe isso e aquilo”, pois o uso dessa expressão não distingue o haver de uma objetividade do haver de uma entidade. Os conceitos de objeto e de entidade, contudo, não introduzem já categorizações ontológicas, pois diferentes tipos e modos de ser constituem-se como objetos e entidades. As peças de xadrez, o jogo de xadrez, o ato de mexer as peças, o ato de abrir uma partida,

Personagem do romance *Grande Sertão: Veredas*, escrito em 1956 por Guimarães Rosa



Também chamada de “partícula de Deus” pela imprensa de todo o mundo. Em 1964 o professor escocês Peter Higgs sugeriu a existência dessa partícula, que teria sido a responsável pela conversão da matéria inicialmente criada no Big Bang na massa que conhecemos hoje. Fonte: <http://www.exitmundi.nl/BlackHole_lab.gif>.

a decisão de abandonar a partida, o campeonato, o empate técnico, o sentimento de fracasso, etc. são capturáveis como objetos e entidades. A decisão, por exemplo, de admitir indivíduos substanciais e estados de coisas, ou de admitir apenas fatos e eventos como primários, já é uma tomada de posição teórica em ontologia.

O ponto visado por essas lições é o de apresentar a investigação ontológica como momento indispensável da atividade filosófica, especificamente no sentido de mostrar, primeiro, que a metafísica e a ontologia são passíveis de investigação atual e não somente histórico-filológica; segundo, que os conceitos ontológicos são irreduzíveis aos conceitos epistemológicos, semânticos, estéticos, éticos, políticos, etc., além de não serem redutíveis nem substituíveis pelos conceitos das diferentes ciências empíricas e formais.

O ataque correto e justo à Metafísica tradicional representou o golpe de morte a um tipo de legitimação e validação que garantia ao filósofo um lugar na instituição da Ciência e da Técnica. Diante desse ataque bem-sucedido, restou aos filósofos a legitimação por meio da subordinação da atividade filosófica a uma ou outra ciência: a Linguística, a Psicologia, a Matemática, a Sociologia, a Etnografia, etc. Outros, mais cientes da natureza da filosofia, a partir da via transcendental do a priori buscaram as condições de possibilidade de sentido, pela via da semântica ou da intencionalidade; ou ainda a conciliação dessas duas posturas, a via da metaciência e do metadiscurso. De qualquer modo, essas estratégias tinham um custo e uma desvalorização: o custo da eliminação da ontologia e da metafísica como disciplinas fundantes, e a depreciação do discurso filosófico, que agora ou seria sem sentido ou deixaria tudo como está, pois seria tão somente um discurso sobre os outros discursos. Por isso, praticar ontologia tem de ser visto como um ato duplamente excessivo, pois excede os limites estabelecidos pela forma atual da universidade e também exige um esforço excedente, pois requer uma atenção às formas de doação e apreensão e não apenas aos conteúdos. O lugar problemático da ontologia contemporânea deve-se, contudo, a suposições ontológicas bem difundidas, a saber, a posição subjetivadora moderna que faz tudo girar em torno de um tipo de ser especial, a consciência, e a posição relativizado-

ra contemporânea que faz tudo se dissolver nas diferentes gramáticas. **Em franca oposição a essas posições, aqui a ontologia é pensada como o esforço pelo qual nós podemos compreender a interdependência de todas as coisas e o entrelaçamento dos acontecimentos.** Desse modo, podemos mostrar que a recusa da ontologia e da metafísica indica a vontade de soberania, relativizadora de todo e qualquer liame que pudesse pôr em questão o poder de constituição do sujeito moderno e o poder destrutivo/construtivo da máquina linguística contemporânea.

A pretensão da **análise ontológica** desses temas é mostrar, como foi dito, a indispensabilidade das noções ontológicas. As perguntas “o que há?” e “como é o que há?” são o início da ontologia enquanto disciplina do pensar investigador. O seu respondimento esgota a tarefa positiva do saber, pois, dada uma situação, conhecer o que nela há e como é isso que ali há é suficiente para termos ciência da situação e para bem falar. Todavia, a pergunta propriamente filosófica é mais ampla e formula-se em duas questões: “o que é isso que há?” e “em que sentido se diz ‘é’ e ‘há?’”. Trata-se agora, por um lado, não apenas de saber o **que** e o **como** do que há, mas de saber o ser disso que **há**; e, por outro, trata-se de explorar o conceito de ser para além daquilo que há, as possibilidades e impossibilidades de ser que não estão dadas na situação. O meio pelo qual o pensamento se libera da realidade e de suas determinações é a exploração do espaço lógico das possibilidades, para isso recorrendo à variação categorial e principial, na forma de um quadro de categoriais e de princípios capazes de apreender os nexos de sentido da situação. Dada uma situação da qual se pode dizer que há ali duas pessoas e uma arma, ainda não está dito o que é essa situação; do mesmo modo, dada uma situação da qual se pode dizer que há ali um conjunto de átomos sob uma determinada estrutura, ainda não se disse se é um evento meramente físico ou se é talvez um sinal significativo. Desse modo, esperamos poder mostrar que a ontologia, como disciplina do pensar refletido, continua a ser uma condição para o exercício da filosofia.

LEITURAS SUGERIDAS

A discussão atual de ontologia está diretamente associada ao modo como o pensador norte-americano W. V. Quine se posicionou sobre o assunto. A posição de Quine define-se por uma tese sobre como nos comprometemos com a existência de entidades e sobre como se deve entender a noção de existência, exposta sobretudo nos textos “Sobre o que há” e “Relatividade ontológica”, publicados no volume *Relatividade ontológica e outros ensaios*; trad. O. Porchat e A. Loparic; *De um ponto de vista lógico*, trad. L. H. dos Santos e al. São Paulo, Abril, 1980. A posição de Quine é considerada e criticada no livro do filósofo britânico, Paul F. Strawson, *Análise e Metafísica, uma introdução à Filosofia*. Além disso, para uma visão sistemática do lugar da ontologia no pensamento filosófico, o livro do filósofo teuto-brasileiro Bruno L. Puntel, *Estrutura e Ser*, é indispensável.

REFLITA SOBRE

- Qual o sentido da expressão *há* nas frases “há uma bola no armário”, “há um personagem no livro” e “há um número primo na sequência 100 a 111”? O “*há*” e o “*existe*” são usados sempre no mesmo sentido? Quais são os critérios usados para dizer-se que há ou existe alguma coisa?

■ CAPÍTULO 2 ■

REALISMO, NOMINALISMO E CONCEPTUALISMO

Neste capítulo, apresentamos as posições acerca da natureza e da existência de entidades gerais ou universais. Tradicionalmente, esse problema é conhecido como o “problema dos universais” e remonta a Aristóteles. Trata-se de saber se as determinações, propriedades e relações atribuídas às coisas particulares existem e qual a sua natureza. Os realistas afirmam que de algum modo os universais existem tal como as coisas de que eles são atributos; os nominalistas negam a existência dos universais, afirmando que se trata apenas de nomes comuns a muitas coisas; por sua vez, os conceptualistas afirmam que os universais são atributos ou estados da mente.

2. REALISMO, NOMINALISMO E CONCEPTUALISMO

Diante da variedade das experiências e dos acontecimentos, as diferentes línguas criadas pelas diferentes comunidades humanas sempre introduzem dispositivos de designação. Na língua portuguesa é comum usar nomes próprios, como “Maria” e “Florianópolis”, descrições definidas, como “O atual prefeito de Florianópolis” e “O beijo de Clio em Zeno”. O uso de expressões designadoras é básico para a interação comunicativa e a cooperação em atividades nas quais é necessário indicar um determinado objeto e manter a atenção do outro voltada a esse objeto. Essa prática pressupõe a capacidade de identificar um objeto numa situação, diferenciando-o de outros, e, sobretudo, de reidentificá-lo. Referir-se a um objeto e retomar a referência ao mesmo objeto em diferentes momentos e lugares, pode-se dizer, é uma habilidade fundamental para as nossas práticas e saberes. Todavia, é bem conhecida também a noção de falsa indicação ou de nome que não nomeia nada. As práticas discursivas mostram que um enunciado pode muito bem ser significativo e não falar nada de nada. A ontologia inicialmente apresenta-se como uma resposta estilizada às questões naturais “o que há/existe?” e “o que é isso que há?”. As tentativas de resposta à pergunta “o que é que há?” são também tentativas de distinguir com segurança os nomes efetivos dos nomes vazios. Considerem-se os seguintes enunciados:

1. Clio e Zeno encontraram o anel mágico.
2. O casamento de Zeno entristeceu Clio.
3. A lealdade de Zeno apenas se compara à tristeza de Clio.

Nessas frases, as expressões “Clio”, “Zeno”, “o anel mágico”, “o casamento”, “a lealdade”, “a tristeza” exercem funções referenciais à primeira vista. Com elas indica-se algo do qual se pode predicar com verdade e falsidade muitos predicados. O sentido dessas frases parece exigir que **haja** algo que essas expressões nomeiam. Pois, à primeira vista, **não faz sentido** dizer que alguém encontrou um anel mágico e concomitantemente dizer que anéis mágicos não existem; ou então dizer que algo entristeceu alguém e dizer ao mesmo tempo que esse algo não ocorreu. Porém, não haveria nenhum problema linguístico ou gramatical caso se falasse assim, pois o problema é quanto às suposições de existência e concepções ontológicas. Agora, do fato de que seja normal o uso desse tipo de frase, isto é, do fato de que essas frases possam ser usadas em situações efetivas de comunicação, segue-se que **há entidades** correlatas a essas expressões? Nomeia-se e descreve-se algo sempre que se usa com sentido um nome ou uma descrição?

Realismo, Conceptualismo e Nominalismo apresentam maneiras distintas de se posicionar diante dessa questão, sobretudo no que se refere ao problema de saber se os termos gerais, nomes comuns ou **universais**, como “tristeza” e “anel”, nomeiam algo ou não.

Esse problema é conhecido como o **problema dos universais** e surgiu no contexto da discussão e interpretação das teses de Platão e Aristóteles, sobretudo pela provocação cínica de Antístenes, quando afirmava: **“Sócrates, eu vejo cavalos, mas não a cavaliidade!”**.

Exemplificando: enquanto Aristóteles, Locke e Nietzsche foram indivíduos únicos, singulares, concretos, dizemos que os três tiveram em comum o fato de terem sido filósofos, homens, sábios, de terem escrito livros, etc. Nesse caso, os indivíduos são **particulares**. Já aquilo que podemos predicar deles, e que aparece como as semelhanças por eles compartilhadas são **universais**. Portanto, algumas das questões que envolvem particulares e universais são:

• Chamamos de **universais**, grosso modo, o que observamos ser comum entre muitas coisas diferentes ao mesmo tempo, em contraposição aos **particulares**, que por definição são únicos e bem localizados no espaço e no tempo.

• Cf. Ontologia II, cap. 2.

“em que sentido dizemos que duas coisas distintas são de alguma forma iguais?”; “o que significa dizer que predicados são universais?”; “o que significa esse ‘são’ quando dito em relação a predicados e termos gerais?”; “queremos dizer que os universais existem assim como os particulares?”; “qual é o estatuto ontológico daquilo que atribuímos a um particular?”; e “o que é um particular?”. Aceita a distinção entre particulares e universais, e entre abstratos e concretos, a pergunta incontornável, subjacente e irresolvida nas discussões ontológicas é quanto ao sentido de “ser/há/é” quando usado para dizer “há particulares e universais”, “há entidades concretas e abstratas”. Se é verdade que Clio deu uma bola amarela para Zeno, então podemos **inferir** que há uma bola, que há uma cor dessa bola, que há duas pessoas e que há uma relação de doação. Esses “**haveres**” estão **implicados** no sentido da frase “Clio deu uma bola amarela para Zeno”. O problema está em dizer em que sentido, um ou vários, **há** bolas, cores, doações, pessoas.

Essas questões conduziram o que era conhecido na época medieval como o problema dos universais ao problema da predicação – ou à discussão acerca de entidades abstratas, tais quais propriedades, relações e tipos, uma vez que os universais foram apontados basicamente como sendo propriedades (qualidades, características, atributos), relações ou tipos. Assim, uma **propriedade** é o que dizemos de um ou vários indivíduos como algo que se possui, seja algo intrínseco ou adquirido, como a cor da pele negra ou a habilidade de calcular. Uma **relação** seria algo que ocorreria entre dois ou mais indivíduos, podendo também ser necessária ou casual, como ser filho de alguém ou estar a um metro de distância. Por fim, um **tipo** pode ser compreendido como uma espécie ou classe em que encaixamos um grupo de indivíduos que se assemelham por compartilharem determinadas características, tais como ser humano, ser brasileiro, ser par, ou qualquer identificação que permita contar algo por um. Nesse caso dizemos que os indivíduos pertencem a tal tipo. Note que diversos indivíduos distintos compartilham esses universais ao mesmo tempo, tendo a pele negra, sendo filhos de alguém ou sendo brasileiros, ao passo que Nietzsche foi só um, você é único e eu também. Dizemos que diferentes particulares exemplificam determinado universal quando atribuímos uma mesma propriedade a vários indivíduos,

ou quando esses indivíduos instanciam tal propriedade. Isso implica um desligamento espaço-temporal daquilo que identificamos como universais. Diferentemente dos particulares, que, enquanto seres concretos no nosso mundo sensível, não podem ocupar dois lugares diferentes ao mesmo tempo, vemos que é característica dos universais, enquanto entidades abstratas, estarem em vários lugares ao mesmo tempo sendo o mesmo (eles são multiexemplificáveis), o que mostra que eles são fundamentalmente repetíveis e isso indica um tipo bem estranho de ser (se é que de algum modo eles **são**).

Posicionar-se frente à questão dos universais designa o tipo de comprometimento ontológico que se quer ter com propriedades, relações e tipos. Ou seja, que tipo de **ser** você vai atribuir aos universais. **Realistas**, nesse sentido, são aqueles filósofos que defendem a existência de universais independentemente das próprias coisas ou da mente humana. Ou seja, existiria a “brancura” independente de pessoas, ou dessa ou daquela coisa branca particular, para pensá-la. Existem diferenças dentro do próprio realismo de acordo com o modo como se veem os universais, o que veremos mais abaixo. **Nominalistas** são aqueles que defendem a existência efetiva apenas de particulares, considerando os universais então como meros nomes que damos às propriedades das coisas, seus tipos ou relações. Para eles, não existe algo como o “ser brasileiro”. Existe eu, você, seu vizinho e todas essas pessoas individuais e únicas que nasceram no Brasil ou se naturalizaram. Brasileiro é só o nome que damos a essa semelhança de tipo observada em um grupo específico de particulares.

As duas posições são acolhidas por seus defensores em virtude dos problemas que elas se propõem a resolver dentro desse debate, que trata, segundo Michael J. Loux, de “uma questão que volta às origens da metafísica ela mesma, se há uma explicação geral para o truísmo pré-filosófico de que coisas compartilham atributos.” (LOUX, 1998, p. 21).

Mas é evidente que se há duas posições distintas é porque elas carregam algum tipo de problema de difícil resolução que costuma ser alvo de crítica da outra corrente. Vamos analisar cada uma separadamente e ver quais são seus pontos fortes e fracos?

2.1 REALISMO

Achamos que é conveniente só falar de coisas existentes quando estão no tempo, ou seja, quando podemos indicar algum tempo em que elas existem (sem excluir a possibilidade delas existirem em todos os tempos). Assim, os pensamentos e os sentimentos, as mentes e os objetos físicos existem. Os universais, porém, não existem neste sentido; diremos que subsistem ou têm uma essência, onde “essência” se opõe a “existência” como algo eterno. Portanto, o mundo dos universais pode também ser descrito como o mundo da essência. O mundo da essência é imutável, rígido, exato, encantador para o matemático, para o lógico, para o construtor de sistemas metafísicos, e para todos os que amam a perfeição mais que a vida. (RUSSELL, 2005).

Realistas, como já vimos e como aparece na citação de Russell acima, são defensores de que **os universais existem independentemente dos nossos pensamentos acerca deles ou das próprias coisas que os exemplificam**. Ou seja, para eles existem basicamente duas categorias de objetos que dão conta de alocar tudo o que há: os particulares e os universais (LOUX, 1998, p. 23). Mesmo que haja distinções entre as ontologias dos realistas – a saber, entre os que defendem que os universais existem antes da coisa (ante re), ao estilo de Platão, e que contemporaneamente são também atribuídos a um tipo de realismo lógico (com Russell e Frege); e os que

defendem que os universais existem na coisa (in re), ao estilo de Aristóteles, que comporiam hoje algo como um realismo naturalista –, ainda assim eles concordam que se trata de dois tipos diferentes de entidades e que ambas são indispensáveis para a nossa compreensão do mundo e muito frutíferas no que diz respeito à resolução de *problemas filosóficos históricos*.

Começaremos então nossa análise sobre o realismo com uma das questões fundamentais que seus defensores se propõem a resolver, que diz respeito à predicação, à compreensão de sentenças predicativas do tipo **S é P**. Sentenças desse tipo constituem a forma mais básica de

PROBLEMAS FILOSÓFICOS HISTÓRICOS

Em seu livro *Logical Investigations of Predication Theory and the Problem of Universals*, Cocchiarella apresenta Gottlob Frege como um realista lógico que não trata os universais com uma natureza de indivíduo, mas diz que eles têm uma natureza predicável apenas (p. 107), o que o afastaria da abordagem platônica. A despeito das diversas classificações dentro do realismo, seguiremos a apresentação segundo a abordagem clássica de Michael J. Loux, que expõe suas diferentes correntes de acordo com o que têm de aproximado.

predicação que existe, o que elas dizem é que um predicado (**P**) é dito de determinado sujeito (**S**). A exemplo da sentença (1): **Maria é bonita**. Para que essa sentença seja verdadeira, pressupomos que ela diga algo a respeito de como um fato no mundo é – aqui, que Maria seja bonita. Isso implica uma relação de correspondência entre um enunciado linguístico e um acontecimento no mundo real. Entendemos perfeitamente que Maria corresponda a alguém no mundo, mas se apenas o sujeito da sentença tiver um referente, a análise parece incompleta. Que dizer então da qualidade “ser bonita”? O que os realistas pretendem é que assim como Maria possui um referente efetivo, seu atributo também deve possuir, ou seja, da mesma forma que nomes particulares possuem uma referência no mundo, termos gerais também devem possuir. E por conta disso é que seríamos capazes de compreender tais sentenças e nos pronunciarmos acerca de sua veracidade. Continuando a análise, além de dizermos que Maria é bonita, também podemos dizer que Joana é bonita, e que várias outras pessoas ou coisas são bonitas, de onde inferimos que “bonita” é um universal e que os particulares aos quais cabe dizer que “são bonitas” possuem essa propriedade. Assim, as sentenças do tipo **S é P** são inicialmente explicadas pelos realistas como um sujeito **S** que possui uma propriedade (universal) **P**.

Mas pensando em universais como termos gerais, não soa um tanto estranho falarmos que “bonita” é um universal? E que diferentes pessoas compartilham a propriedade “bonita”? Intuitivamente, quando pensamos em um universal, pensamos em um nome também, algo que possa ocupar o papel de um sujeito numa frase, que seja ainda mais geral que um simples adjetivo. Não pensamos em universais como bonita, sábio ou circular; pois senão poderíamos imaginar outros universais semelhantes, como bonito, sábia e arredondado, que seriam compartilhados por um grupo diferente de objetos. Do contrário, faz mais sentido falarmos em universais como beleza, sabedoria e circularidade. Por conta disso, os realistas tiveram que aprimorar um pouco seu modo de falar (para não haver uma multiplicação absurda do número de universais existentes) e passaram a afirmar que o que se diz no predicado através de um termo geral **expressa ou conota** um universal; en-

.....
 : Isso ocorre nos três modos
 : de ser dos universais que
 : mencionamos anteriormente:
 : falamos então em **possuir**
 : quando o predicado universal
 : é uma propriedade; em
 : **pertencer** quando se trata
 : de um tipo; e em **entrar**
 : **em** quando se trata de uma
 : relação.

quanto que o sujeito, por sua vez, **satisfaz** a condição do predicado. No nosso exemplo (1), **bonita** expressa o universal **beleza** e **Maria** é o objeto do mundo que satisfaz o predicado **bonita**. Mas note que ao dizer isso, está dizendo-se algo a mais. Ao dizer que Maria é bonita, não se está somente falando que o objeto Maria pertence a um grupo de diversos objetos semelhantes. Realistas pretendem que ao apontar uma característica de um objeto, esteja apontando-se também diretamente para o universal que essa característica representa. Isso ficaria visível ao parafrasearmos as sentenças desse tipo para: Maria exemplifica beleza. O que para eles pode (e deve!) ser feito com qualquer sentença predicativa, colocando-se assim os universais numa relação explícita de referência, equivalente à dos particulares, mostrando a sua força referencial de forma bastante intuitiva.

Assim eles lidam com o problema das referências abstratas. Se, como vimos, universais devem poder ocupar o papel de um nome em uma sentença (ao contrário dos termos gerais como “bonita”, que não podem), acontece de construirmos sentenças do tipo: (2) **A beleza é uma bênção**. Numa sentença como essa, “beleza” é o que se chama termo singular abstrato, seu referente direto é um universal, e, de acordo com os realistas, somente quem adota uma ontologia de universais é capaz de explicar esse fenômeno de maneira satisfatória. Pois é necessário, para verificarmos a veracidade dessa sentença, que ela diga algo a respeito do mundo; ou seja, para sabermos se a beleza de fato é uma bênção, deve primeiramente existir a beleza, ela deve ter um referente capaz de ser investigado, de outra forma não poderíamos sequer fazer asserções ao seu respeito. Logo, se assumimos que a beleza existe, nos comprometemos com alguma variação da ontologia universalista dos realistas.

Vejamos agora algumas objeções feitas por aqueles que não aceitam tal ontologia. A primeira delas, já apontada por Platão, é o **argumento do terceiro homem**. No contexto atual esse argumento pode ser exposto da seguinte forma: para uma sentença do tipo **S é P** ser verdadeira, o sujeito gramatical **S** deve exemplificar o universal expresso pelo predicado **P**. Isso implica uma relação entre **S e P**, a saber, a relação de exemplificação. Mas vimos que para os realistas também existem universais correspondentes às

relações. Desse modo, para essa relação de exemplificação (**S é P**) ser verdadeira, tem de haver uma segunda relação de exemplificação (exemplificação²) que relacione a primeira relação com a segunda (**S é P** exemplifica² a relação de exemplificação). Mas para verificarmos a veracidade dessa segunda relação, necessitaremos de uma terceira exemplificação (exemplificação³), visto que exemplificação² também é um universal. Isso leva a uma regressão infinita que nos impede de atingir o objetivo inicial de atestar a veracidade de **S é P**. Alguns realistas respondem a isso dizendo que a verdade de uma sentença não tem nada a ver com a verdade da outra, e que bastaria a primeira relação de exemplificação para dar conta de **S é P**. O fato é que essa regressão infinita incomoda a grande maioria dos realistas, e foi o que os levou a admitir algumas restrições na sua ontologia. Uma dessas restrições pode ser feita eliminando-se as relações do quadro ontológico dos universais. Mas esse seria um corte muito grande em sua ontologia e traria problemas para outras explicações. Então, outra saída é dizer que a exemplificação não é uma relação como as demais. Enquanto as outras relações aproximam objetos pela mediação da relação de exemplificação, a exemplificação mesma não utiliza mediadores. E isso seria uma característica categorial primitiva do **conceito de exemplificação**. Por conta disso, realistas falam de exemplificação não como uma relação, mas como um nexos, de modo a não generalizar os conceitos, respeitando essa sua especificação.

.....
 : “It is [exemplification], we
 : are told, an unmediated
 : linker; and this fact is taken
 : to be a primitive categorical
 : feature of the concept of
 : exemplification.” (LOUX, 1998,
 : p. 40).

Outra objeção à ontologia de universais é quanto ao modo como ela lida com propriedades que podem ser definidas por outras propriedades em princípio mais simples, como é o caso de “**solteiro**”. Um objeto que tenha a propriedade “**solteiro**” necessariamente também terá “**ser humano**”, “**homem**” e “**não casado**”. De acordo com o que tem sido apresentado, deveria haver então um universal distinto para cada uma dessas propriedades. Mas será que isso não acaba gerando um número enorme de universais redundantes? Precisamos, para compreender nossas asserções acerca do mundo, de um universal para “**solteiro**” e outro para “**não casado**”? E se já temos um universal “**casado**”, precisamos de outro para sua negação? Esse tipo de questionamento levou parte dos realistas a fazerem mais uma restrição em sua ontologia. Admitindo que existam

algumas propriedades que podem ser definidas a partir de outras mais simples, alguns realistas resolveram alocar em sua ontologia somente as que foram consideradas **primitivas**, deixando as outras para serem **derivadas** delas. Mas com isso, ao invés de resolver o problema, criaram um ainda maior, que é o de saber quais propriedades são as primitivas. Tentativas nesse sentido foram feitas, até que se chegou ao básico do básico, como cores, formas simples, sabores, aqueles elementos que um empirista prontamente apontaria como os imediatos na experiência cotidiana. Evidentemente, isso só fez gerar ainda mais críticas, pois podemos pensar em propriedades como as morais (por exemplo, a justiça ou a lealdade) que não se reduzem a esses aspectos empíricos, o que mostrou que esse tipo de diferenciação enfraquecia a teoria ao invés de fortalecê-la.

Wittgenstein também criticou esse tipo de comprometimento ontológico com universais a partir da observação dos múltiplos usos que fazemos de um termo geral. Seu exemplo clássico é com a palavra “**jogo**”. Na tentativa de dar uma definição do que seja jogo, nos encontramos numa difícil situação, pois cada jogo parece ser diferente dos demais. Por mais que alguns aspectos se assemelhem, não há uma característica fundamental que una todos os diferentes tipos de jogos numa mesma definição. Sendo assim, como fica o universal para jogo? Será que devemos pensar em um universal distinto para cada jogo distinto? Esse seria mais um fenômeno que poderia levar a um número desmedido de universais desnecessários. A melhor resposta dos realistas para esse tipo de objeção foi dizer que não seria adequado, pois, falar em um universal “jogo”, que teria muitos sentidos, mas sim em “ser jogo”, o que acomodaria toda a variedade dentro de um único universal.

Outro grande obstáculo que serviu para aumentar as discussões entre os próprios realistas foi a explicação que cada um se propôs a dar acerca de *atributos não exemplificados*. Se os universais surgem no cenário filosófico para resolver a questão das semelhanças entre características de indivíduos, o que dizer daquelas características que não se encontram em nenhum indivíduo? Como lidar com propriedades sem instanciação? Se podemos imaginar uma propriedade que seja círculo-quadrangular, devemos supor que ela expressa um universal mesmo sabendo que não há e nem nunca

haverá um objeto que instancie tal propriedade? Realistas platônicos que defendem que os universais existem independentemente das nossas ideias ou das coisas mesmas não se encontram em grande dificuldade para responder a essa questão. Para eles, uma vez que os universais não têm nenhum vínculo espaço-temporal e existem antes das próprias coisas não há problema algum em falar de universais que nunca serão exemplificados, pois estamos aqui diante de dois reinos de entidades completamente diferentes, e o pelo fato de uma entidade não ser possível no mundo concreto não tem ligação com o mundo dos universais. A justificativa continua a mesma, a saber: se podemos fazer um pronunciamento acerca de alguma propriedade, se compreendemos o sentido da sentença na qual ela aparece, ela existe enquanto universal. Ou seja, universais existem à parte ao valor de verdade das sentenças em que são expressos. A maior dificuldade desses realistas é, então, justificar a ligação que há entre o reino dos universais e o dos particulares, haja vista suas diferenças materiais intrínsecas.

Quanto aos realistas naturalistas ao modo aristotélico, que defendem que os universais existem nas coisas concretas particulares, há um problema em explicar esses atributos impossíveis. Como poderíamos falar de propriedades tais quais ser círculo-quadrangular se não pode haver entidade que as exemplifique? De onde tiramos essa ideia se ela não se dá nas próprias coisas? Sua defesa segue a linha das abstrações que fazemos no nosso imaginário a partir das coisas mesmas. Do mesmo modo que vendo um cavalo, um pássaro e depois um bode, podemos juntar tudo em nossa cabeça e criar a ideia de um unicórnio alado, assim podemos ver características contraditórias em indivíduos distintos e falar em coisas como círculos quadrados. Essas abstrações não implicam a existência efetiva desses entes ou atributos, ao contrário, elas antes mostram como chegamos a conhecer universais abstratos a partir do mundo concreto. Inclusive pode-se desafiar alguém a falar de algo tão incrível que não use elementos de coisas reais existentes (você consegue?). Mas aí fica complicado dizer que os universais existem nas coisas mesmas.

Apesar de todas essas críticas feitas à ontologia de universais, ainda existem realistas dispostos a defender tal posição rebatendo

as objeções e insistindo no ponto de que com tal teoria é possível responder a várias questões filosóficas de maneira simples e intuitiva. Talvez a grande objeção então seja a dos nominalistas, que asseguram poder resolver os mesmos problemas sem a necessidade de apelar para tal ontologia, a qual, segundo eles, não tem nada de simples ou de intuitivo. Se isso for possível, os universais mostram-se dispensáveis e ganhamos uma teoria ontologicamente mais econômica.

2.2 NOMINALISMO



William de Occam (1285-1347).

Filósofo nominalista medieval de onde se originou a expressão “navalha de Occam”, que significava exatamente isto: **eliminar da metafísica a proliferação de entidades desnecessárias**. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:William_of_Ockham.png>.

A grande motivação dos nominalistas é então a economia de princípios. Enquanto os realistas defendem uma ontologia com duas categorias distintas e irreduzíveis (**particulares e universais**), nominalistas esperam resolver os mesmos problemas de seus opositores com uma ontologia de uma única categoria, a de **entidades particulares**. Isso veio como herança de *William de Occam*. No entanto, nominalistas discordam entre si a respeito do que são particulares. Alguns aceitam todos os objetos concretos e os indivíduos do nosso senso comum pré-filosófico, tais como pessoas, animais, plantas e coisas materiais. Outros, por defenderem um reducionismo fisicalista, dirão que os particulares fundamentais são as partículas subatômicas da física quântica e o resto do que vemos e conhecemos pode ser reduzido a elas. Outros ainda defenderão que só existem tropos, ou particulares abstratos. Mais uma vez, a despeito de suas diferenças internas, trataremos os nominalistas genericamente como antirrealistas, analisando suas teorias a partir da recusa que fazem da ontologia de universais. Vejamos então como eles lidam com a questão da predicação e da semelhança de atributos.

Uma resposta é dada ao assumir a semelhança de atributos entre diferentes particulares como uma característica fundamental e não analisável do mundo. Nominalistas que tomam isso como ponto de partida dizem que toda teoria (científica ou ontológica) parte de algum aspecto primitivo de onde se pode construir todo o resto, e que o ponto deles será justamente esse, que alguns particulares são de tal forma que possuem determinados atributos e não há fato mais básico a ser usado para explicar esse fato primitivo. O primeiro apontamento feito à teoria dos realistas a partir daí é que

ela não foge muito dessa obviedade, pois ao dizer que um cachorro branco e uma camisa branca compartilham o universal “brancura”, ou que ambos exemplificam a brancura, diz-se somente que eles são brancos porque existe a brancura, mas não se está explicando o que é a brancura nem por que eles são brancos. Realistas tomam a exemplificação do universal como fato primitivo e explicam as semelhanças a partir daí; o que os nominalistas dizem é que isso não explica nada, e que se é para tomar algo como básico, então é preferível parar um passo atrás, e assumir que ser de tal forma ou ter determinada característica é básico, sem com isso apelar para esse reino de universais à parte aos indivíduos particulares. Isso aparece em Quine da seguinte maneira:

Alguém pode admitir que haja casas, rosas e ocasos vermelhos, mas negar, exceto como uma maneira de dizer vulgar e traiçoeira, que eles tenham algo em comum. As palavras “casas”, “rosas” e “ocazos” são verdadeiras de diversas entidades individuais que são casas e rosas e ocasos, e a palavra “vermelho”, ou “objeto vermelho”, é verdadeira de cada uma das diversas entidades individuais que são casas vermelhas, rosas vermelhas e ocasos vermelhos; mas não há, além disso, qualquer entidade, individual ou não, nomeada pela palavra “vermelhidão” nem, do mesmo modo, pela palavra “casidade”, “rosidade”, “ocasidade”. Que casas, rosas e ocasos sejam todos eles vermelhos pode ser considerado algo fundamental e irreduzível, e pode-se sustentar que McX [representante dos realistas] não ganha nada, em termos de poder explicativo efetivo, com todas as entidades ocultas que ele põe sob nomes tais como “vermelhidão”. (QUINE, 1980, p. 223).

A crítica de Quine nessa passagem se dirige ao poder explicativo dos realistas, que, ao estipularem um universal que represente uma propriedade com o objetivo de explicá-la, acabam não explicando nada novo. É como se eles dissessem que casas, rosas e ocasos são vermelhos porque compartilham algo, a saber, a vermelhidão, mas nosso acesso a essa vermelhidão é obscuro e só interagimos diretamente com particulares vermelhos. Logo, o que sabemos sobre esses universais se confunde com os aspectos das coisas mesmas numa espécie de circularidade. **Como dissemos acima, se não há ganho na teoria, então mantemos aquela que se compromete com o menor número de entidades.**

Mas os realistas contra-argumentam dizendo que se compreendemos um enunciado predicativo ou relacional, se ele é significativo para nós, é porque deve haver uma relação de equivalência entre a sentença e algum aspecto no mundo. E essa correspondência se dá justamente através do referencial de seus elementos. Se a referência funciona bem para sentenças predicativas como “Maria é bonita”, deve funcionar igualmente para “A beleza é uma bênção” ou “Elfos não existem”. Mas nessas duas últimas o sujeito referido deve ser um universal, senão o esquema não funciona. Nominalistas vão defender que o problema apresentado é linguístico, de como lidamos com nomes (por isso nominalistas), e vão tentar mostrar que os nomes são arbitrários nas sentenças e que podemos tranquilamente passar sem eles.

Quine, entre outros, usa a teoria das descrições definidas, de Russell, para eliminar nomes singulares das sentenças de nossos discursos e acabar com o que ele chama de “fardo da referência objetiva”.

Só para lembrar o que já foi estudado na disciplina de **Ontologia II**, a teoria de Russell nos diz que para analisar adequadamente o significado de uma sentença predicativa devemos substituir o nome singular por uma descrição definida desse nome. Assim, segundo o exemplo clássico do próprio Russell, ao dizermos que “A cúpula redonda e quadrada do Berkeley College é rosa” estamos dizendo que “algo é redondo e quadrado e é uma cúpula do Berkeley College e é rosa, e nada mais é redondo e quadrado e uma cúpula do Berkeley College”. (QUINE, 1980, p. 220).

Com essa descrição o nome é **parafraseado** no seu contexto, mostrando-se um símbolo incompleto. Ao substituímos o que seria o nome da referência objetiva por um termo geral, vemos que a significatividade da sentença não depende da coisa mesma referida (não precisamos que exista de fato o referente para compreender uma sentença), mas que ela vem a partir do termo geral, que os lógicos chamam de *variáveis ligadas ou de quantificação*, tais como “algo”, “tudo” ou “nada”. Desse modo, os nominalistas analisam as sentenças predicativas sem o compromisso com a existência de coisas como cúpulas redondas e quadradas. Mas o que aconteceria

com nomes singulares que em princípio não teriam uma tradução via descrição definida? Quine vai argumentar que nesse caso poderia ser usado um estratagema artificial, não analisável e irreduzível, que transformaria o nome, por exemplo, Pégaso (apesar de Pégaso ser passível de descrição) em um atributo “ser-Pégaso”, adotando o verbo “Pegasear” para exprimi-lo (QUINE, 1980, p. 221). Assim, falaríamos em coisas que “pegaseiam”. O fato é que não importa tanto como se faz a paráfrase, o que se quer mostrar é que a maneira como falamos das coisas é relativamente arbitrária e por isso não devemos inferir do discurso um compromisso com a existência dessas entidades, sejam elas concretas ou abstratas.

Importante ressaltar que a estratégia da paráfrase está sendo utilizada de um modo inverso ao que fizeram os realistas. Enquanto estes buscavam parafrasear termos gerais em nomes singulares para evidenciar seu caráter referencial, nominalistas pretendem que todo termo singular seja parafraseado em um termo geral, de modo a eliminar a necessidade da referência objetiva. Isso pode funcionar muito bem com algumas sentenças, mas talvez não funcione tão bem com outras. Como nos mostra Loux (1998, p. 62-69) em dois exemplos:

1. Triangularidade é uma forma.

2. Coragem é uma virtude moral.

Com relação a (1), poderíamos ter uma paráfrase bem-sucedida em (1a): “Objetos triangulares são objetos com formas”. Mas ao tentar fazer o mesmo com (2) encontramos problemas. Uma tentativa feita foi (2a): “Pessoas corajosas são moralmente virtuosas”. Mas essa segunda sentença não parece dizer a mesma coisa que a primeira. Podemos imaginar pessoas que apesar de corajosas não reúnem outras qualidades que as tornem dignas de serem chamadas de virtuosas e para as quais a coragem por si só seria insuficiente para tal. É preciso ressaltar que as pretendidas paráfrases precisam manter a significação e o valor de verdade da sentença original, senão não faz sentido tal empreitada. Para tentar responder a isso, pode-se dizer que (2a) não é uma paráfrase adequada para tal sentença e tentar encontrar outra melhor, mas o

problema de fato é que esse tipo de paráfrase implicitamente indica que ao utilizar um termo singular abstrato em uma sentença, ao invés de falarmos diretamente de universais, estamos antes falando de particulares. Ou seja, o problema é continuar supondo que as sentenças contendo termos singulares abstratos falam de algo extralinguístico.

Carnap (1980) percebeu esse problema e propôs uma resposta diferente para essa questão. Para ele, sentenças em que aparecem termos singulares abstratos dizem respeito ao termo geral correspondente daquele termo abstrato e não a um indivíduo externo à linguagem. De modo que o que aparenta ser um discurso sobre a propriedade (ou universal) “coragem”, do exemplo acima, é antes um discurso sobre o termo geral “corajoso”. Assim, uma paráfrase adequada para (2) seria (2b): “‘Corajoso’ é um predicado de virtude”; e para (1), (1b): “‘Triangular’ é um predicado de forma”. Com essa mudança na abordagem do assunto, Carnap (1980) pretende eliminar a referência a universais mantendo a discussão no plano linguístico, falando apenas do significado das palavras, das suas relações internas e das funções sintáticas que elas exercem. Com Carnap (1980), a discussão ontológica que envolve particulares e universais intensifica-se numa discussão metalinguística sobre os termos proposicionais e suas funções.

Outra maneira de compreender o antirrealismo é através da *teoria dos tropos*. Quando apresentamos a disputa entre realistas e antirrealistas, falamos da maneira como eles compreendem particulares e universais levando em conta principalmente a questão da predicação e da semelhança de atributos entre diferentes indivíduos. Mas devemos considerar que um dos fatores em disputa é o tratamento ou o entendimento dessas duas posições com relação ao que são entidades concretas e o que são entidades abstratas. Os realistas consideram propriedades como entidades universais e abstratas, enquanto antirrealistas as consideram nomes de qualidades de entidades concretas. Como veremos agora, autores que defendem a teoria dos tropos falam de propriedades como **particulares abstratos**.

Um tropo é um atributo de um ser concreto, como forma, cor, sabor, cheiro, qualidade moral, defeito, mas é fundamen-

talmente algo único, que só aquele ser concreto possui. Nessa visão, o azul de uma blusa é único e exclusivo daquela blusa e o sorriso de uma pessoa somente aquela pessoa o possui. Por mais que falemos de diversos sorrisos ou que façamos várias blusas do mesmo rolo de fio azul, ainda assim essas qualidades são exclusivas dos diferentes particulares que as possuem. Isso porque um tropo é por definição um particular abstrato: particular na medida em que ele é único para cada indivíduo, negando com isso a propriedade dos universais de ser multiexemplificável; abstrato porque é incompleto – nas palavras de Donald Williams: “na sua extensão o ‘verdadeiro’ significado de ‘abstrato’ é *parcial, incompleto, ou fragmentário*, o traço do que é menos do que sua totalidade inclusiva” (WILLIAMS, 1999, p. 122). O que o autor deseja com essa definição é desfazer a ideia de que algo abstrato seja algo místico, transcendente, independente do espaço e do tempo, confuso (termo muitas vezes utilizado por outros autores). Assim, um sorriso é abstrato porque não ocorre independente, solto por aí no mundo, ele precisa de uma boca, de um rosto para acontecer; mas é um particular porque sua ocorrência é distinta em cada pessoa distinta.

A ontologia da teoria dos tropos continua sendo uma ontologia de uma categoria só, contrária a dos realistas, mas ao invés de defender que só existem particulares concretos, eles defendem que o que existe são particulares abstratos e que os particulares concretos podem ser derivados destes.

Assim, diz Williams (1999, p. 122):

Eu proponho agora que entidades tais quais nossas partes puras ou componentes abstratos são os constituintes primeiros desse ou de qualquer mundo possível, o grande alfabeto do ser. Elas não são apenas atuais, mas as únicas atualidades. Nesse sentido, considerando que entidades de todas as outras categorias são igualmente compostas delas, elas não são, em geral, compostas de nenhuma outra sorte de entidades. [...] Uma descrição disso em boa velha fraseologia tem uma ligação paradoxal: nossas partes tênues são ‘particulares abstratos’.

Como então, a partir dessa nova abordagem, resolver os problemas que vínhamos discutindo até agora? Como a teoria dos tropos lida com termos singulares abstratos? No contexto atual dessa teoria, termos singulares abstratos são nomes que, ao invés de no-

Exemplo retirado de Loux
(1998, p. 83).

mearem universais, nomeiam conjuntos de tropos semelhantes. O ganho teórico que há em falar de conjuntos ao invés de universais é que conjuntos têm um critério de identidade bem definido, enquanto universais distintos podem ser exemplificados exatamente pelos mesmos objetos, gerando confusão. Um exemplo disso é considerarmos a propriedade “possuir coração” e a propriedade “*possuir rim*”. Dentro do esquema realista de universais, esses dois grupos serão exemplificados exatamente pelos mesmos indivíduos, uma vez que todo animal que tem coração tem rim. Assim, simplesmente separando um grupo qualquer de animais como instanciadores exemplares das propriedades, não teríamos como distinguir o que é ter um coração do que é ter um rim, o que poderia levar a uma conclusão falsa de que ter um coração é a mesma coisa que ter um rim. Na teoria dos tropos, “ter coração” é um tipo de tropo diferente do tropo “ter rim”, de modo que o conjunto formado por todos os tropos “ter coração” é diferente do conjunto formado pelos tropos “ter rim”. E como em teoria dos conjuntos se define a identidade de dois conjuntos pelos elementos que o formam, não ocorreria aqui a mesma conclusão errônea que poderia ter ocorrido no caso dos universais, pois os tropos que compõem os dois conjuntos são distintos. É uma vantagem poder usar a teoria dos conjuntos como suporte, uma vez que ela é uma teoria bem estabelecida e “comportada” dentro da matemática.

Com essa abordagem, os teóricos de tropos escapam da ontologia dúbia e desconcertante dos realistas que têm de lidar com entidades fora do espaço e do tempo, repetíveis e multiexemplificáveis e com o modo (mágico!) com que essas entidades se relacionam com nosso conhecimento e entendimento; e ao mesmo tempo não caem no absurdo dos outros nominalistas de negar que existem cores, formas, qualidades morais, afirmando que quando falamos dessas coisas estamos apenas falando de nomes, mantendo-nos dentro do universo da linguagem apenas. Note-se: o tropo que caracteriza a cor da laranja é diferente do tropo que dá cor ao carro laranja, apenas o nome é igual; tropos não são nomes, mas particulares abstratos, isto é, componentes das próprias coisas.

2.3 CONCEPTUALISMO

Uma posição alternativa entre o realismo e o nominalismo foi introduzida na Antiguidade pelas escolas ditas helenísticas (Epicurismo e Estoicismo), em geral associadas ao atomismo materialista. Segundo essa concepção, os nomes comuns expressam conceitos ou noções (*ennoia*), os quais são estados da mente (*pathematas tes psyques*). Para essas escolas, o que há são corpos, indivíduos particulares. Os nomes comuns não nomeiam corpos, mas indicam as **impressões mentais** provocadas pela percepção dos corpos. Uma vez que a mente era concebida por eles como sendo também corpórea, mantinha-se assim a coerência da tese de que só há corpos e nada mais.

Essa posição foi retomada e desenvolvida na modernidade, sobretudo pelos empiristas. Em geral, a posição moderna de fundo é nominalista, como mostra Hobbes (1588-1679) quando afirma que “fora os nomes, nada no mundo é universal, pois cada coisa existente é individual e singular” (HOBBS, 1979, p. 39), no que é seguido por Locke (1632-1704). Todavia, o primado da consciência e da mente, característico das filosofias desse período, restaria assim sem explicação. O próprio Locke levanta a questão: “Visto que todas as coisas que existem são apenas particulares, como formamos os nomes comuns, ou onde encontramos estas naturezas gerais que eles supostamente significam?” (LOCKE, 1980). A resposta de Locke é clara e inequívoca:

As palavras tornam-se gerais por serem estabelecidas como os sinais das ideias gerais; e as ideias tornam-se gerais separando-se delas as circunstâncias de tempo e lugar, e quaisquer outras ideias que possam determiná-las para esta ou aquela existência particular. Por este meio de abstração elas tornam-se capazes de representar mais do que um indivíduo, cada um dos quais tendo nisto uma conformidade com esta ideia abstrata, é (como o denominado) desta espécie. (LOCKE, 1980).

Nessa resposta recusa-se a posição realista, mas também é recusada a posição nominalista. Os nomes comuns, os termos gerais, não são meros nomes coletivos, antes são nomes comuns por expressarem ideias abstratas, as quais, elas sim, por abstraírem tudo o que é particular, apreendem diferentes particulares. As palavras

são significativas na medida em que expressam ideias: “Palavras, em seu significado primário e imediato, nada significam senão **as ideias na mente de quem as usa**” (LOCKE, 1980, p. 2). As ideias, por sua vez, a mente as tem na medida em que recebe e trabalha com impressões provenientes dos sentidos.

A versão contemporânea dessa posição abandona a teoria empiricista das ideias e passa a sustentar a tese de que os nomes comuns expressam conceitos, os quais são capacidades cognitivas de classificação e organização de uma mente. Em outras palavras, os universais seriam formas (regras) de aparência das coisas para uma mente ou intelecto; ou ainda, estruturas lógico-formais *a priori* do pensamento ou juízo.

Portanto, quando falamos em predicação, na associação de uma qualidade a um objeto, do ponto de vista dos conceptualistas, estamos falando de uma operação de uma mente capaz de pensar e formar conceitos, como base para a expressão linguística e a comunicação, que permite a predicação e a asserção, resultado de uma evolução histórica, social e cultural dos seres humanos no meio em que vivem.

Uma frase predicativa, como “A bola é azul”, seria a manifestação dessas operações e capacidades mentais. **De acordo com o filósofo Nino B. Cocchiarella (1986, p. 7), há dois tipos de capacidade cognitiva que caracterizam a predicação dentro do conceptualismo: a capacidade referencial, que quando exercitada dá ao discurso seu elemento intencional-referencial, isto é, o caráter de estar direcionado a algo; e a capacidade predicativa, que quando exercitada fornece os elementos relacionais e predicativos (inferenciais) do discurso.** Note-se que nessa caracterização conceitos não são objetos ou entidades mentais, não são “imagens” ou “ideias” que estão de alguma forma alocadas na mente humana a partir de um esforço de abstração do pensamento. Aqui é preferível falar em uma capacidade cognitiva concebida intersubjetivamente, de atos e operações mentais, que possibilita o entendimento comum e a comunicação entre as pessoas.

Nessa concepção, pode haver conceitos nunca exercitados, ou seja, a capacidade estrutural do pensamento pode não ser praticada

em toda sua potencialidade. Conceitos em geral (isto é, capacidades de discriminação) e conceitos predicáveis em especial não são entidades individuais, mas, antes, estruturas e operações cognitivas insaturadas cuja realização ou preenchimento fornece o conteúdo para os *atos mentais e linguísticos*. Desse modo, pode haver conceitos exercitados por pessoas diferentes ao mesmo tempo, ou em tempos diferentes pelas mesmas pessoas; essa possibilidade é o que está pressuposto quando falamos em intersubjetividade. Mas a característica fundamental que Cocchiarella levanta é a da complementaridade que há entre as estruturas conceituais referenciais e predicativas ou inferenciais. Afirma ele: “é essa complementaridade que realça a química mental entre linguagem e pensamento” (COCCHIARELLA, 2007, p. 71). Ou seja, quando são exercitadas juntas, essas duas estruturas completam-se mutuamente no discurso ou em atos mentais, o que faz com que tenhamos uma expressão predicativa coerente e compreensiva.

Vejamos um exemplo. Na sentença “Todo jogo de copa do mundo é bom” temos a frase nominal “Todo jogo de copa do mundo” no papel de indicador daquilo de que se fala, o conceito referencial, e a frase “é bom” no papel do conceito predicativo ou classificador. A complementaridade mencionada é entre as duas operações mentais de referir e classificar, articuladas linguisticamente nessas duas estruturas frasais, cujo sentido é uma articulação entre conceitos que dá sentido para a asserção, pois sozinhas nenhuma delas nos diz nada.

ATOS MENTAIS E LINGUÍSTICOS

Conceptual Realism and the Nexus of Predication. “Conceptualism is a sociobiologically based theory of the human capacity for thought and concept-formation, and, more to the point, systematic concept-formation. Concepts themselves are types of cognitive capacities, and it is their exercise as such that underlies the speech and mental acts that constitutes our thoughts and communications with one another. But thought and communication exist only as coordinated activities that are systematically related to one another through the logical operations of thought; and it is with respect to the idealized closure of these operations that concept-formation is said to be systematic. It is only as a result of this closure, moreover, that the unity of thought as a field of internal cognitive activity is possible.” (COCCHIARELLA, 2007, p. 87)

Asserção (julgamento)
Ato referencial ... Ato predicativo
 ↓
Nexo da predicação
 (mútua saturação, ou complementaridade)

No exemplo acima vimos uma expressão referencial, um termo geral (jogos de copa do mundo), mas se a referência fosse a um particular singular (com um termo singular, como “Sócrates”), não haveria grandes mudanças no esquema. Primeiro porque os atos referenciais são capacidades cognitivas e não particulares no mundo; segundo porque no conceptualismo só existe uma categoria geral de nomes, que tem como subcategorias os nomes comuns e os particulares, de modo que é indiferente fazermos uso de um nome próprio ou de um nome comum ocupando o papel referencial ou designador na sentença, embora sejam formadas expressões gramaticalmente distintas (na frase eles exercem a mesma função).

Desse modo, o conceptualismo dissolve o problema que deu origem à questão dos universais, implícito na suposição de que a predicação é “dizer algo de algo”, ao explicar tanto a objetividade ou referencialidade (dizer de algo) quanto à predicação (dizer algo de) discursiva em termos de capacidades e operações. A questão acerca do que é que há, e acerca do que é isso de que se fala, não é assim respondida, mas também não é confundida com a explicação da estrutura do pensamento e da linguagem.

Em relação ao nominalismo, o conceptualismo rejeita a tese de que há apenas particulares individuais, pois o sentido em que há particulares não é o sentido em que há conceitos. Mais especificamente, rejeita-se a tese nominalista de que não há universais além dos predicados (nomes comuns), pois o conceptualismo compromete-se com a existência de universais no sentido de conceitos, para os quais é possível estabelecer condições de aplicação correta (COCCHIARELLA, 2007, p. 8). A habilidade de aplicar um conceito está associada à habilidade de usar certas expressões linguísticas e de se comportar de um modo específico. A tese conceptualista, porém, não identifica o conceito com essas habilidades e atividades, mas as vincula com a sua posse, indicando assim que os conceitos são realidades dependentes. Justamente esse fator faz a diferença em relação ao realismo, pois o conceptualismo não atribui aos conceitos uma realidade independente das atividades conscientes e linguísticas.

LEITURAS SUGERIDAS

O livro organizado por Guido Imaguire, *Metafísica contemporânea*, fornece um panorama atualizado das discussões ontológicas atuais. Já o livro de Thomas M. Simpson, *Linguagem, realidade e significado*, apresenta os principais conceitos e problemas da ontologia relacionados à lógica e à análise da linguagem. Nesse livro, assim como no livro de Paul F. Strawson, *Análise e Metafísica: uma introdução à Filosofia*, abordam-se o problema de como compreender o sentido das frases e o problema do comprometimento com a existência de entidades.

REFLITA SOBRE

- O que há de comum entre as coisas de que falamos e o que falamos das coisas?
- O que há de comum entre o sentido de “é azul”, “é existente” e “é pesado”?

■ CAPÍTULO 3 ■

O QUADRADO ONTOLÓGICO E AS FORMAS DE PREDICAÇÃO

Neste texto, discutimos as distinções entre particular e universal, e concreto e abstrato, enquanto noções em que se articulam conceitos lógicos, semânticos e ontológicos. O objetivo é refletirmos sobre as implicações ontológicas e categoriais dessas distinções e suas conexões com as teorias da predicação.

3. O QUADRADO ONTOLÓGICO E AS FORMAS DE PREDICAÇÃO

As palavras “tem”, “há” e “existe” são de uso corrente em diferentes contextos de nossas interações comunicativas, e estão em geral associadas a diferentes substantivos. Na vida cotidiana usam-se essas palavras sem maiores problemas, e quando ocorre alguma dúvida, ela é facilmente sanada. Se vamos à feira, as questões “... tomates?”, “... frutas vermelhas hoje?”, “... dinheiro suficiente?” e assemelhadas, nas quais se usa, no lugar dos três pontos, uma daquelas palavras, são rapidamente respondidas com uma breve investigação. Em geral, o sentido dessas expressões, o de existência de objetos, é idêntico ao da pergunta “**existe** uma pedra no meio do caminho?”. Agora, além desse uso, fala-se seguidamente em “existe um modo de fazer caipirinha”, “não há nada como uma paixão”, “tem uma relação entre o sabor e a cor”, “há um número primo par”, “há um conceito de consistência”, etc. Diante desses usos, uma pergunta então pode ser posta: há um único sentido de existência codificado nessas diferentes expressões, ou não? E se não, quantos há? Perguntado de outro modo: sempre se trata aí da existência de objetos e entidades? Será que esses usos prejudgam o tipo de objeto ou entidade?

Uma maneira de explicar esses usos consiste na introdução de diferentes tipos de seres, aos quais se pode atribuir existência, e na afirmação de que as diferenças de significação se devem aos diferentes modos de ser/existir. A diferença entre universais e par-

ticulares às vezes é assim explanada. A diferença entre uma pedra e uma relação seria a de que a pedra é um particular e que a relação é um universal. Os particulares são concretos e os universais são abstratos. Para alguns, apenas os particulares existem propriamente; para outros, os particulares são apenas exemplificações efêmeras dos verdadeiramente existentes, os universais. Outra abordagem diz que ambos existem segundo seu próprio modo, e mantêm uma relação extrínseca; para outros, a relação é intrínseca, no sentido de que não existiriam particulares e universais separados uns dos outros. Outra corrente de pensamento faz colapsar a distinção abstrato–/concreto e admite a existência de universais concretos e particulares abstratos.

Agora, não obstante os pares de expressões “particular e universal” e “concreto e abstrato” serem de uso corrente, e expressarem duas oposições incorporadas no nosso linguajar cotidiano, não é claro em que sentido elas são empregadas. Por um lado, diz-se que uma pedra é uma entidade *particular*, em contraste com uma ideia, que seria um *universal*. O que se quer dizer é que a ideia, seja ela a ideia de redondeza, se aplica a muitas entidades diferentes sem deixar de ser uma e a mesma ideia; enfim, que ela pode se repetir. Em termos espaçotemporais, uma mesma ideia se aplica a diferentes entidades em diferentes regiões do espaço-tempo. Já uma entidade particular, ao contrário, somente é o que é uma única vez, não podendo ser diferente ou estar simultaneamente em diferentes regiões espaçotemporais, enfim, é algo irrepetível. Por outro lado, diz-se que uma pedra é uma entidade concreta, em contraste com uma qualidade da pedra, que seria um abstrato. O que se quer dizer é que a qualidade, seja ela a sua forma redonda, não existe em separado, e apenas pode ser apreendida na pedra, no sentido de que a temos ao abstrairmos (deixarmos de lado) a massa, o peso, a localização espaçotemporal, etc. da pedra. A pedra, porém, existe e é o que é, dá-se independentemente de qualquer processo de abstração. Em geral se diz que um objeto abstrato não está localizado no espaço-tempo e que a pedra não entra em relações causais, no sentido de não ser atual ou efetiva.

Uma maneira de compreender essas distinções é tomá-las como formas de contribuição semântica de expressões para o

conteúdo de nossas enunciações. Admitido o campo de doação da enunciabilidade, trata-se de explicitar diferenças naquilo que é dito por uma frase. Considerem-se as seguintes afirmações e a contribuição semântica das expressões em negrito para o que é enunciado por essas frases:

1. João cortou **a árvore** plantada por Airton.
2. **O verde dessa árvore** é mais escuro do que o daquela.
3. **O corte de árvores** nem sempre é um crime.
4. A igualdade é um caso de **identidade**.

A partir da distinção acima, podemos dizer que as expressões em negrito referem-se respectivamente a um particular concreto (1), um universal concreto (2), um particular abstrato (3) e um universal abstrato (4). Note-se, porém, que as expressões “a árvore” e “o verde dessa árvore” indicam um conteúdo **coisal** que ocorre efetivamente e de maneira única, localizável espaço-temporalmente e possuidor de relações causais energéticas. Já as expressões “o corte de árvores” e “identidade” indicam um conteúdo conceitual que pode ser dito de diferentes ocorrências e cujas determinações independem de haver ou não ocorrências efetivas. Ora, essas explicações são claramente insuficientes. Primeiro, por causa do uso frouxo das noções de entidade, conteúdo, qualidade, localização espaçotemporal, etc. Segundo, por causa da suposição geral de que se podem usar exemplos cotidianos, tais como pedras, formas, propriedades e relações, para ilustrar conceitos e distinções teórico-filosóficos. Terceiro, pela suposição de que há realmente definições coerentes para esses quatro termos. Façamos então um desvio pela história da filosofia e vejamos se essas distinções ficam mais claras.

3.1 O QUADRADO ARISTOTÉLICO

No Livro 2 das *Categorias*, Aristóteles introduziu uma distinção ontológica pré-categorial que ainda hoje tem seus efeitos. Trata-se da distinção entre “ser afirmado de um sujeito” e “ser em um sujeito” (ARISTÓTELES, 1985). O ponto de partida de Aristóteles é

dios entre os gêneros mais gerais e as espécies mais ínfimas. É mais geral o termo acima do qual não pudesse haver outro gênero superior; é mais especial o termo do qual não pudesse haver outra espécie subordinada; são intermediários entre o mais geral e o mais especial outros termos que são ao mesmo tempo gêneros e espécies, entendidos, é verdade, relativamente a termos diferentes. Procuremos esclarecer quanto dizemos tomando apenas uma categoria. A substância é em si mesmo um gênero; abaixo dela acha-se o corpo; abaixo do corpo, o corpo animado; abaixo do corpo animado, o animal; abaixo do animal, o animal racional; abaixo do animal racional, o homem; abaixo do homem, enfim, Sócrates e Platão, e os homens particulares. (PORFÍRIO, 1994, p. 60).

Desse modo, o significado das expressões em posição predicativa se distribui em cinco diferentes modos: gênero, espécie, diferença, próprio e acidente. A distinção entre “ser-em” e “ser-afirmado de” agora pode ser explicitada por meio de uma relação hierárquica de dependência quanto à existência: as únicas entidades propriamente existentes seriam as concretas, ou indivíduos *particulares*, como Sócrates, aquele que conversou com Platão e Antístenes no dia tal e em tal lugar de Atenas. As espécies (*eidos*), bem como os gêneros (*genos*), as diferenças (*diaphora*), os próprios (*idion*) e os acidentes (*symbebekos*), teriam um **modo distinto** de existência, pois eles são realidades **universais**. Porfírio deixou em aberto em relação aos universais “**a questão de saber se elas são realidades em si mesmas, ou apenas simples concepções do intelecto, e, admitindo que sejam realidades substanciais, se são corpóreas ou incorpóreas, se, enfim, são separadas ou se apenas subsistem nos sensíveis e segundo estes**” (PORFÍRIO, 1994, p. 51). Desde então debate-se essa questão, muitas vezes denominada de “o problema dos universais”, pois se trata da questão da posição ontológica das predicções verdadeiras que têm como sujeitos lógicos algo que não é um particular concreto.

Foram dadas quatro soluções para esse problema: **o realismo**, que afirma a existência e a entidade dos universais como independentes da mente, da linguagem e do conhecimento humanos, conforme certa leitura de Platão; **o realismo moderado**, que por sua vez afirma a existência objetiva e formal, mas nega a independência em relação às substâncias concretas; **o conceitualismo**, que afirma a existência mental dos universais, com valor objetivo (Epi-

curistas e Estoicos) ou sem valor objetivo (Céticos); e por fim o **nominalismo**, que nega a existência e a entidade dos universais, considerando-os meras palavras ou nomes comuns. Essa discussão em geral é codificada em três posições: *universalia ante res*, *in res*, ou *post res*. Respectivamente, universais “antes das coisas”, “nas coisas”, ou “depois das coisas”. Há diferenças quanto ao entendimento desse “antes, nas ou depois”: temporal, cognitivo, ontológico, etc. Em geral se menciona como exemplares, entre outros, Platão e Agostinho, com a opinião de que os universais (ideias) existem antes das coisas concretas, Aristóteles e Tomás de Aquino, com a opinião de que os universais existem nas coisas, e G. de Occam e T. Hobbes, da opinião de que universais apenas existem depois das coisas, como impressões mentais.

3.2 O MONISMO NOMINALISTA

A expressão “nominalismo” genericamente indica a posição pela qual os ditos universais seriam tão somente um efeito de linguagem, no sentido de que são as necessidades e propriedades da linguagem, sobretudo a nominalização, que nos induzem a pensar que há algo mais ali onde há apenas coisas concretas e particulares. Com efeito, Occam estabeleceu uma interpretação suficientemente clara desse problema. Esse monge franciscano, excomungado pelo Papa João XXII, tinha certa predileção pela vida minimal. Atribui-se a ele o lema “*Pluralitas non est ponenda sine necessitate*”, isto é, “a pluralidade não deve ser posta sem necessidade”. Esse lema está subjacente na sua teoria sobre os universais e predicáveis. Ele defendeu que os universais não tinham existência fora da mente, e que os universais eram apenas signos ou nomes usados para se referir a grupos de indivíduos e a propriedades de indivíduos. Os seus adversários defendiam que, para além das entidades individuais (substâncias particulares) e os estados mentais a eles associados (nossos conceitos), haveria ainda ideias, ou universais. Para Occam, isso era “pôr uma pluralidade para além da necessidade”. Ou seja, para os realistas, se há **um** indivíduo, digamos Sócrates, então há **várias** outras coisas, os universais: a humanidade, a animalidade, a corporeidade, a calvície, a brancura, a velhice, etc., que Sócrates exemplifica ou que o determinam

como isso e aquilo. Para Occam, essa pluralidade de entidades era um excesso desnecessário.

A posição de Occam sobre os universais abstratos inicialmente era de que eles não tinham nenhuma existência real, mas somente uma existência no pensamento, pertencendo ao domínio do ficício. Propriamente falando, haveria aí apenas nomes. Depois, ele adotou a teoria de que os universais eram atos do pensamento, e que estes eram atos sobre vários objetos simultaneamente. Tais atos ou estados seriam, por sua vez, ontologicamente particulares, e sua “universalidade” reduzir-se-ia a serem signos ou predicados de muitos (particulares). Desse modo, podia-se dispensar a sua existência e reformular o significado das sentenças predicativas. A sua análise de um enunciado como “Sócrates é semelhante a Platão” era que apenas se necessitava dos particulares Sócrates e Platão; a semelhança não era um terceiro, somente significava o fato de Platão ter um aspecto correspondente a cada aspecto de Sócrates. Assim, se Sócrates e Platão têm a pele branca, o cabelo louro e ambos são filósofos, eles são semelhantes, sem a necessidade de se acrescentar algo a mais. Por conseguinte, toda realidade extramental, isto é, toda entidade concreta seria um particular individual, que pode ser indicado por meio de nomes próprios. Os termos gerais, sobretudo os nomes comuns, não designariam entidades não particulares, mas significariam nomeando várias entidades particulares simultaneamente.

Mais tarde, Hobbes defendeu que “nada no mundo é universal senão os nomes, pois cada coisa particular é individual e singular” (HOBBS, 1979, p. 38), e outro inglês, J. Locke, no século XVII, conjuminou a posição nominalista sobre os universais com o empirismo epistemológico e a teoria mentalista da linguagem. Na obra *Ensaio acerca do entendimento*, de 1690, Locke combateu duramente a suposição de realidades abstratas para além das realidades concretas particulares. A sua doutrina combina uma teoria da linguagem e da mente pela qual palavras e ideias são sinais das coisas. As ideias gerais, expressas por nomes comuns, serão desligadas de qualquer referência a realidades:

Geral e universal não comportam a existência real das coisas, mas são criaturas e invenções do entendimento, formadas por ele para seu pró-

prio uso e se referindo apenas a sinais, quer palavras, quer ideias. Foi mostrado que as palavras são gerais quando usadas como sinais de ideias gerais, sendo, deste modo, indiferentemente aplicáveis a várias coisas particulares; e as ideias são gerais quando constituídas para representar diversas coisas particulares, não pertencendo universalmente às próprias coisas, por serem todas particulares do ponto de vista da existência, até mesmo as palavras e ideias que significam coisas gerais. (LOCKE, 1980, p. 229.)

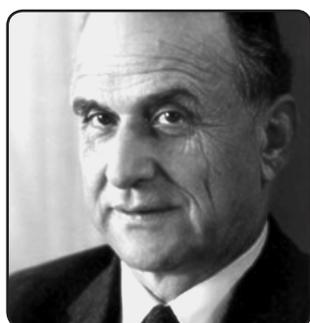
A tese de Locke era a de que as noções de essência, espécie, gênero, enfim, todas as ideias abstratas, são um produto do trabalho do entendimento “que abstrai e forma estas ideias gerais” (LOCKE, 1980, p. 229). O correlato das ideias gerais e dos termos abstratos, por conseguinte, não seria do âmbito da realidade; a sua função semântica seria tão somente de classificação das coisas reais a partir das suas relações de semelhança. O que há são coisas particulares. As próprias palavras e ideias são também entidades particulares:

[...] a classificação delas sob nomes é o trabalho do entendimento, captando oportunamente a similitude que observa entre elas para formar ideias gerais abstratas e estabelecê-las na mente, com nomes que lhe são anexados como modelos ou formas, com as quais as coisas particulares, como existentes, concordam, de sorte que passam a ser desta espécie, têm esta denominação, ou são colocadas nesta classis. Quando dizemos isto é um homem, este um cavalo; isto é justiça, aquilo crueldade; isto um relógio, aquilo uma alavanca: o que fazemos, além de classificar coisas sob diferentes nomes específicos, como concordantes com estas ideias abstratas, das quais fazemos estes nomes sinais? Que são as essências dessas espécies assinaladas e designadas por nomes, a não ser estas ideias abstratas na mente, que são os laços entre as coisas particulares que existem, e os nomes sob os quais elas estão classificadas? E quando os nomes gerais têm qualquer conexão com os seres particulares, estas ideias abstratas são os meios que os unem, de sorte que as essências da espécie, como distinguida e denominada por nós, nem são nem podem ser nada exceto estas precisas ideias abstratas que temos em nossas mentes. (LOCKE, 1980, p. 229-230).

A partir dessa doutrina, Locke desenvolveu uma teoria do conteúdo semântico das sentenças predicativas que não têm como sujeito lógico um particular. Por essa teoria, tais sentenças sempre são apenas sobre o “significado das palavras”, não informando nada acerca das coisas mesmas, mas somente sobre as palavras e o uso

das palavras. Por isso Locke as denominou de “proposições frívolas”: **“Todas as proposições em que as palavras mais compreensivas, denominadas gêneros, são afirmações ou subordinadas ou menos compreensivas, chamadas espécies, ou individuais, são puramente verbais”** (LOCKE, 1980, p. 263-264). Desse modo, o problema dos universais é resolvido com a eliminação da suposição de entidades abstratas. O ser que pode ser conhecido como existente é o ser que é apreendido pelos sentidos, coisas e sinais, ou é um estado particular de uma mente, apercebido pela introspecção.

Atualmente há diferentes versões nominalistas, sobretudo nas correntes filosóficas cientificamente orientadas. O principal problema enfrentado pelos nominalistas, contudo, é o da especificação das entidades particulares, ou indivíduos, que formariam a base de toda a realidade. Seriam os objetos individuais cotidianos, como pedras e nuvens, os átomos de Epicuro, as partículas subatômicas da física atual, os dados dos sentidos, as vivências? Essa pergunta apenas chama a atenção para o fato de que o nominalista, ao eliminar os universais do catálogo ontológico, ainda não resolveu todos os problemas. Uma versão contemporânea do nominalismo foi defendida por *Nelson Goodman*. A sua opinião é a de que “O nominalista continua nominalista; não importando que indivíduos, qualitativos ou concretos, ele reconhece, na medida em que ele reconheça apenas entidades que são indivíduos. O nominalismo, em outras palavras, exclui tudo exceto indivíduos, mas não decide quais indivíduos existem” (GOODMAN, 1951, p. 149). Ora, essa atitude liberal não é suficiente para apaziguar os ânimos. A principal crítica provém da aparente incapacidade dos nominalistas de explicarem as verdades matemáticas e de justificarem as teorias científicas, as quais utilizam termos abstratos e universais aparentemente irredutíveis.



Nelson Goodman (1906-1998). Fonte: <<http://www.nndb.com/people/679/000117328/>>.

3.3 O QUADRADO FREGEANO

Gottlob Frege, no final do século XIX, ao considerar a natureza dos números, defendeu uma posição segundo a qual os números são objetos que, por um lado, não são concretos e empíricos, e por outro, não são abstratos e universais no sentido do platonismo vulgar. Essa posição estranha resulta do entrecruzamento de várias

distinções. Primeiro, a distinção entre subjetivo, objetivo efetivo e objetivo não efetivo; segundo, a distinção entre objeto e conceito; terceiro, a distinção entre sinal, sentido e significado; quarto, a distinção de dois modos de predicação, a saber, a relação de *subsunção* de um objeto a um conceito e a relação de *subordinação* de um conceito a outro conceito (FREGE, 1983). Essas distinções são todas elas alcançadas por meio da análise do conteúdo lógico-semântico de enunciações com pretensão de verdade e, mais especificamente, por meio da análise do que determina as relações de implicação e consequência entre proposições.

A tese de Frege diz que o conteúdo (*Inhalt*) de um predicado difere do conteúdo de um nome. Além disso, um nome comum, tal como “azul”, pode ser usado tanto para indicar um particular (objeto) quanto um universal (conceito). Essas diferenças de conteúdo explicitam-se por meio de estruturas gramaticais e lógicas diferentes quanto se os analisa do ponto de vista das relações de implicação e consequência lógica. Ademais, ao explicar essas diferenças lógico-gramaticais, Frege formulou uma distinção propriamente ontológica entre dois tipos de entidades (conceitos e objetos), associando-a a uma distinção lógica entre dois tipos de relação lógica ou formas de predicação (subsunção e subordinação).

Primeiro, Frege argumentou que há uma diferença irreduzível entre objetos e conceitos, os quais são os dois tipos básicos de referentes (significados) de uma expressão com função conteudística numa sentença, ou seja, de uma expressão na posição do sujeito lógico ou na posição do predicado lógico. A distinção entre objeto e conceito diz respeito à contribuição semântica de uma expressão constituinte de uma sentença, contribuição essa explicitada no importe que o conteúdo dessa expressão tem nas relações de suposição e consequência. Frege utiliza três níveis de argumentação para fazer essa distinção: *gramatical*, *lógico* e *ontológico*. **Gramaticalmente** a diferença é indicada pelo uso dos artigos definido e indefinido e pela possibilidade de ocuparem a posição de sujeito gramatical e de predicado gramatical. **Logicamente**, em termos de simetria ou assimetria na permutação dos dois lados de um juízo de identidade. **Ontologicamente**, Frege argumentou que objetos e conceitos são entidades (*Wesen*) com naturezas distintas, no sen-

tido de que os objetos são completos e os conceitos incompletos. O fato de terem naturezas ou essências distintas implica que o que é próprio de um não é próprio de outro. Por isso, Frege defendeu que se deviam diferenciar as propriedades de um objeto e as notas características de um conceito. Em suma:

A confusão nasce aqui facilmente por falta de distinção entre conceito e objeto. Se se diz: “Um quadrado é um retângulo em que os lados que se tocam são iguais”, define-se o conceito *quadrado*, ao indicar as propriedades que algo deve ter para cair sob este conceito. A estas propriedades eu chamo características do conceito. Mas, observe-se que estas características do conceito não são suas propriedades. O conceito *quadrado* não é um retângulo; apenas os objetos que caem sob este conceito são retângulos, do mesmo modo como o conceito *pano negro* não é negro nem pano. Que existam tais objetos ainda não sabemos diretamente por meio da definição. (FREGE, 1990).

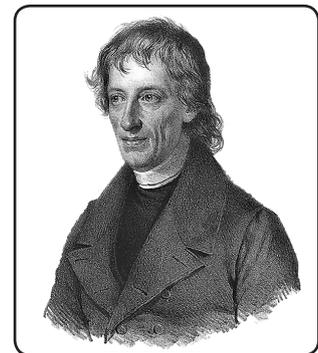
Usando essas distinções, podemos ver que o tampo de minha mesa tem quatro ângulos e quatro lados iguais, formando um quadrado; agora, o conceito de quadrado não tem ângulos nem lados, o que ele “contém” são as notas características (noções) de quaternidade, de angularidade e lateralidade. A partir dessa distinção, Frege diferenciava duas formas básicas de predicação: predicar um conceito de um objeto, e predicar de um conceito outro conceito. Note-se que se trata de duas operações distintas expressas por frases com forma gramatical idêntica, como exemplificam as frases “A Valentina é brava” e “A identidade é formal”. O “é” não significa a mesma operação lógica nessas duas frases. Frege denominou essas duas formas de predicação respectivamente de *Subsunção*, de um objeto a um conceito, e de *Subordinação*, de um conceito a outro conceito. A partir dessas distinções fregeanas pode-se refazer o quadrado ontológico, que lembra o de Aristóteles, mas construído a partir de noções e relações totalmente distintas, nos seguintes termos:

objetos	conceitos
propriedades	notas características

Esses termos indicam quatro tipos de significados, ou valores semânticos, para expressões que contribuem para o “conteúdo julgável” de uma sentença. Dada uma expressão, pode-se perguntar: “nessa posição gramatical, o que ela designa em termos de sua contribuição para o conteúdo lógico a ser avaliado?” E uma primeira resposta será: ela indica o sujeito lógico, ou o predicado lógico, ou um operador ou um conectivo lógico. Depois, se ela indicar o predicado lógico, uma segunda resposta deveria ser dada: ela indica o predicado lógico de uma subsunção, ou indica o predicado lógico de uma subordinação, resposta esta que apenas pode ser dada se se fixar o sentido do termo que exerce a função de sujeito lógico. Os objetos se diferenciam entre si por suas propriedades. Nesse sentido, propriedades **determinam** objetos. As notas características definem os conceitos. E os objetos **caem sob** conceitos. Ademais, algumas estruturas gramaticais predicativas indicam a relação de *subsunção*, isto é, a relação de ordem entre conceitos.

Além disso, Frege ainda distinguia estritamente representação mental (*Vorstellung*), nota característica (*Merkmal*) de um conceito, propriedade (*Eigenschaft*) de um objeto (*Gegenstand*), e sinal (*Zeichen*). Com isso ele queria salvaguardar um âmbito de objetividade e validação para além dos *âmbitos da subjetividade e da objetividade experimental*. Esta admissão de um domínio (de doação de objetos), para além do domínio de objetos efetivos, acessíveis na experiência sensorial, e do domínio do subjetivo ou dos estados mentais, sempre restou problemática. Embora Frege, assim como seu antecessor *Bolzano*, justificasse a introdução desse domínio em termos de compreensão do conteúdo julgável de certos enunciados, para os quais se atribui valores de verdade e relações de implicação bem determinados, como é o caso dos enunciados matemáticos, a suspeita de platonismo não pode ser facilmente evitada. O problema está na suposição de que as proposições lógico-matemáticas sejam sobre alguma coisa, e que as expressões lógico-matemáticas em posição de sujeito lógico designem algo. A objeção principal a Frege é que ele estaria fazendo uma falsa analogia – entre as condições de verdade de uma frase do tipo “João é menor do que Pedro” e “Pedro é calvo”, cuja verdade implicaria a existência de objetos, e frases do tipo “2 é menor do que 4” e “2 é primo”.

“Eu reconheço um domínio do objetivo não efetivo (*Objectiven Nichtwirklichen*), enquanto que os lógicos psicologistas consideram o não efetivo como o subjetivo (*Subjectiv*) sem mais. E, obviamente, não se vê claramente por que aquilo que tem uma existência (*Bestand*) independente do emissor de juízos deva ser efetivo, isto é, deva poder atuar diretamente ou indiretamente sobre os sentidos.” (*Grundgesetze, Einleitung*)



Bernard Bolzano
(1781–1848).

Além disso, a proposta pode ser questionada em termos ontológicos. Pois, **o problema de Frege está na atribuição de um conteúdo semântico a certas expressões e frases**. Mas, uma vez que para ele a verdade de uma frase depende de suas partes componentes com função semântica codificarem um sentido que tem de remeter a um referente, ele foi forçado a admitir a referência a objetos ideais (objetos não efetivos). Essa solução pode ser comparada e diferenciada em relação à tradição que, a partir de Platão e Aristóteles, reconhece diferentes tipos de ser (realidade), admitindo que para além das entidades particulares e concretas, as substâncias, haveria ainda entidades universais e abstratas, as propriedades e relações. O domínio dos objetivos não efetivos se comporta como o domínio das substâncias, mas tem características do domínio dos universais. Por um lado, um objeto não efetivo, seja ele o número 2, é um particular e tem propriedades e relações, ocupando o lugar de sujeito lógico; por outro, ele não é concreto, mas abstrato, embora não seja propriamente um universal, pois não pode exercer sozinho a função de predicado lógico. Isso mostra que as distinções indicadas pelos termos “universal” e “abstrato” deixam de ter um lugar bem definido na terminologia fregeana, o que causa espanto.

Com efeito, os quatro conceitos básicos de Frege parecem simplesmente não obedecer à quadripartição tradicional. Isso pode ser visto comparando-se o modelo teórico de Frege com uma reformulação contemporânea do esquema aristotélico, devida a Angelelli (1967), na qual aparecem as relações de predicação, análogas à subordinação e à subsunção existentes na quadripartição de Frege. A teoria clássica da predicação permitiria as seguintes relações de predicação:

substância segunda (humano)	[determinação]	atributos universais (sabedoria)
[exemplificação]		[instanciação]
substância primeira (Sócrates)	[inerência]	atributos particularizados (sabedoria sócrática)

A partir desse quadrado, emergem quatro relações: exemplificação, instanciação, determinação, e inerência. O que sugere Angelini é uma explicitação ontológica das diferentes formas de predicação. Desse modo, as distinções lógico-semânticas, referentes ao conteúdo semântico de partes sentenciais, são desdobradas e interpretadas ontologicamente. Aquilo que corresponde a distinção entre conceito e objeto, é a distinção entre substância e atributo; todavia, à distinção entre conceito de primeiro nível e conceito de nível superior possui várias distinções. Certamente Frege resistiria a tal leitura de suas teorizações, sobretudo tendo em vista o caráter nominalista de suas argumentações. Embora ele introduza um domínio de referência objetiva para além dos estados psicológicos particulares e para além dos objetos empíricos particulares, esse terceiro domínio somente era acessível via linguagem. Era, propriamente falando, um efeito do discurso, pois os domínios de referência apenas indicavam os *modos* de validação (*gelten*) de enunciações.

3.4 UMA ONTOLOGIA MONO-CATEGORIAL

Uma importante contribuição para esse debate foi a introdução do conceito de *particular abstracto*. Considere-se o uso da expressão “azul” numa frase do tipo “Essa bola é azul, e esse azul é escuro”. A diferença de função gramatical dessas duas ocorrências da palavra “azul” indica que o conteúdo semântico codificado a cada vez é diferente; porém, o mecanismo gramatical de retomada anafórica sinaliza que a segunda ocorrência da palavra “azul” indica e repõe o conteúdo semântico da primeira ocorrência. Usando a terminologia tradicional, deveríamos dizer que no primeiro caso “azul” significa um universal abstracto, e que no segundo designa um particular concreto. Porém, a forma gramatical é de predicação simples, trata-se em ambos da cor azul; logo, essa explanação ontológica não fecha com a explanação gramatical. E como explicar essa diferença?

Um diagnóstico a partir das distinções fregeanas consiste em dizer que estamos fazendo uma confusão entre a cor azul, como conceito, e a coloração azul, como objeto. Naquela frase, na primeira ocorrência a palavra “azul” significa um conceito, na segunda, um objeto. Esse diagnóstico, porém, repõe o problema de

Frege; pois se é assim, o que nos impediria de dizer “Esse azul é azul”? Essa frase inicialmente parece trivial e verdadeira; na verdade, parece ter de ser sempre verdadeira. Porém, seguindo Frege, o seu conteúdo seria explicitado como a subsunção de um objeto a um conceito. Mas o que é o objeto? O que é o conceito? A palavra “azul” significa o que mesmo? Um abstrato, a cor, ou um concreto, a coloração de tal objeto; um universal, ou um particular?

O problema está em como compreender a frase “Essa bola é azul”. Analisemos o dado, a bola. Podemos usar o conceito de *parte* para isso. A bola em questão é uma bola maciça de plástico. A nossa tendência natural é dizer que a bola não tem partes, ou então que ela tem apenas uma parte, o maciço de poliuretano que se confunde com a própria bola. E a cor azul, a forma esférica perfeita de 10 cm de diâmetro e o peso de 100g não são também partes? Muitos diriam que não, que a cor, a forma esférica, o diâmetro e o peso, não são partes, mas **propriedades** da bola. E isso porque as partes de uma coisa concreta e particular são também concretas e particulares; ora, a cor, a forma, o diâmetro e o peso não são concretos, mas abstratos e universais. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos perceber que a frase tomada como exemplar era ambígua, pois uma mesma palavra ocorria duas vezes, mas com funções semânticas distintas; já a frase “Essa bola é redonda, e essa redondeza é irregular” exhibe na sua estrutura essa diferença. Todavia, ainda resta a questão do valor semântico (significado ou referência) dessas duas funções semânticas.

Para esclarecer esse ponto, consideremos a teoria dos tropos. Donald C. Williams, no artigo *On the elements of being* (1953), defendeu uma posição que ainda hoje faz história. Considerando o exemplo de um pirulito, ele defendeu que:

Usando agora um termo antigo mas muito apropriado, uma parte grande, como o palito, é “concreta”, como o inteiro pirulito, enquanto que uma parte pequena ou difusa, como o componente cor ou o componente forma, é “abstrato”. A cor-com-forma é menos abstrata ou mais concreta, mais próximo do concreto que a cor sozinha, mas é mais abstrata ou menos concreta do que cor-mais-forma-mais-sabor, e assim por diante até alcançarmos o complexo total que é o inteiro concreto. Eu proponho que entidades como nossas partes finas ou componen-

tes abstratos são os constituintes primários desse ou qualquer mundo possível, o próprio alfabeto do ser. Elas não apenas são efetivos (*actual*) mas são as únicas efetividades (*actualities*), nesse preciso sentido de que enquanto as entidades de todas as outras categorias são literalmente compostas delas, elas não são compostas de nenhum outro tipo de entidade. Que tal categoria crucial não tenha um nome regular é a característica dos primeiros princípios e é parte daquilo que os tornam dignos de investigação. Uma descrição delas em boa e antiga terminologia tem um tom paradoxal: nossas partes finas são “particulares abstratos”. (WILLIAMS, 1997, p. 115).

Essas entidades, supostas por Williams como os constituintes básicos de todo e qualquer ser ou realidade, foram por ele batizadas de tropos (*tropes*), e essa tese é conhecida como *teoria dos tropos*.

A tese básica dessa teoria é que não precisamos introduzir uma ontologia dualista, com categorias exclusivas de ser – concretos e abstratos, ou particulares e universais. Uma única categoria seria suficiente, a dos tropos, os quais seriam as partes concretas mais ínfimas das coisas concretas. Além disso, essa teoria propõe uma reinterpretação da teoria da predicação ou da semântica das frases predicativas, pois tanto o sujeito lógico quanto o predicado significariam algo de concreto, e a relação entre eles seria análoga a de todo/parte.

Desse modo, ao dizermos “A bola é azul” estaríamos dizendo que um ser complexo concreto, a bola, tem uma parte concreta, o ser-azul. Ao dizermos “O azul é escuro” estaríamos dizendo de um ser complexo concreto, o ser-azul, que ele possui uma parte concreta mais ínfima, o ser-escuro. A recorrência da palavra “ser” nessa descrição indicaria que estamos nos referindo sempre a uma entidade concreta, isto é, da mesma categoria ontológica da bola inteira.

A noção de parte, entretanto, não parece ser adequada. Não se trata aqui, propriamente falando, da relação entre todos e suas partes. Um pirulito pode ser dividido em partes. Agora, se considerarmos uma partícula atômica, o que faz com que ela seja um objeto único, completo e distinto? Na ontologia tradicional, as propriedades e relações de um objeto são *universais*; o objeto mesmo, um *particular*. A partir disso, podemos pensar em duas descrições do objeto particular em sua particularidade e completude: (1) um

Conferir CAMPBELL, K. *The metaphysics of abstract particulars*. In *Properties*, ed. by D. H. Mellor and A. Oliver; Oxford: UP 1997; BACON, J., *Universals and property instances the alphabet of being*. Cambridge: Blackwell, 1995.

objeto individual é a união de propriedades universais com algo adicional, uma realidade particularizadora (a matéria, o substrato puro). O problema com essa solução é que se formos eliminando as propriedades e relações de um objeto, no final desse processo parece não restar nada. A segunda solução consiste em conceber (2) um objeto individual como nada mais do que um feixe de propriedades. O problema com essa solução é que se perde a particularidade, pois as propriedades são universais e, não importa quantas se enfeixem, nunca se alcança a individualidade e a distinção características dos indivíduos particulares.

A solução de Williams consiste justamente em conceber (3) os objetos individuais como *feixes de tropos*, isto é, como feixes de casos particulares de qualidades. Desse modo, os elementos dos feixes são tropos, isto é, já particulares, e não importa o quanto eles sejam similares entre si: o vermelho e a maciez de uma rosa serão sempre distintos do vermelho e da maciez das outras rosas. Ou seja, os diferentes feixes (objetos individuais) nunca têm elementos em comum e muito menos podem coincidir completamente. (CAMPBELL, 1997, p. 132). Nessa teoria, cada rosa vermelha é de um vermelho único, não compartilhado pelas outras. Essa teoria ontológica, ao eliminar as entidades abstratas universais, pretende dar conta da multiplicidade de entidades e de propriedades apenas em termos de uma única categoria ontológica, os tropos ou particulares abstratos, pois também as substâncias particulares são agora explicadas em termos de feixes de tropos. A predicação, em última análise, sempre é uma relação entre uma totalidade (feixe) de particulares e um particular individual. Embora se aproxime e quase se encoste ao nominalismo, a teoria dos tropos não passa para o outro lado, pois nela uma predicação simples não exprime uma relação entre um nome múltiplo e um nome próprio, mas sim entre um todo e uma parte.

3.5 UMA ONTOLOGIA QUADRI-CATEGORIAL

O que foi dito até aqui nos permite retomar as distinções, postas no início, entre particulares e universais e entre concretos e abstratos. Poderíamos tentar fixar essas noções do seguinte modo: *particularidade se caracteriza pela unicidade e irrepetibilidade;*

a *universalidade* pela repetibilidade e possibilidade de múltiplas ocorrências. Uma vez fixadas essas noções, podemos nos perguntar pela existência ou não de entidades que preenchem essas condições. Além disso, embora as ontologias clássicas admitam a sua existência, a relação entre esses dois tipos de entidade tradicionalmente é um problema, pois uma coisa particular, seja ela uma pedra, aparentemente relaciona-se com diferentes universais, sejam a forma redonda, a cor marrom, o peso de 300g, etc.; universais esses que, por sua vez, podem estar relacionados, ao mesmo tempo, a outra pedra. O que se quer dizer inicialmente é que de duas pedras, x e y, pode-se afirmar com verdade os mesmos vários predicados: R, M, G, etc. A depender, porém, da concepção ontológica dos correlatos desses predicados, denomina-se a relação de instanciação, exemplificação, participação, imitação. O nominalista clássico, como vimos, diria que o que há são as entidades particulares, e que os predicados comuns são na verdade meros nomes (palavras, que são também entidades particulares) que nomeiam vários particulares. Logo, a sua tese é que a predicação não representa uma relação entre um particular e um universal, mas sim entre um particular, a coisa ou as coisas, e um signo.

A distinção entre concretos e abstratos, por sua vez, poderia assim ser fixada. Entidades **concretas** são aquelas apreendidas diretamente no sentir, localizadas espaço-temporalmente, independentes no existir, específicas (determinadas), que podem sofrer modificações intrínsecas e que entram em relações de causa e efeito. As entidades **abstratas** seriam aquelas apreendidas por meio da faculdade pensante, pela comparação e avaliação de vários indivíduos particulares; que são exemplificáveis e dependem, para existir, de particulares; que são genéricos (determináveis), sem limites nem contorno, nem interior, nem exterior (a-temporais e a-espaciais); e que não sofrem modificações intrínsecas nem causam ou sofrem efeitos. Note-se que assim se fixou o conceito, não a existência ou inexistência de entidades que caem sob esse conceito. Sendo assim, pode-se perguntar se essas distinções, detectáveis nos planos gramatical e lógico, têm conotações ontológicas? Em termos diretos, universal e particular, concreto e abstrato são tipos ou modos de ser que diferenciam entidades? Há entidades que são

ou concretas ou abstratas, universais ou particulares? Ou tais distinções dizem respeito ao modo de dar-se e de ser apreendido, ou ao modo de dizer e pensar a entidade dos entes que são objetos de nosso conhecimento, ação e consideração?

Como vimos nas seções anteriores, essa variedade de categorias básicas tem sido questionada, ora sob a alegação de que a categoria dos indivíduos particulares é suficiente, ora sob a alegação de que as qualidades particulares, ou tropos, são suficientes. **A doutrina de Frege pode ser vista como um passo intermediário, que reconhece tão somente objetos e conceitos, e faz as categorias de universais abstratos e particulares abstratos recaírem como determinações de conceitos e objetos, respectivamente.**



E.J. Lowe (1950 –)

Recentemente, em várias obras, *E. J. Lowe* retomou as distinções aqui discutidas e formulou uma doutrina de quatro categorias básicas, por meio de uma revisão das distinções fregeanas nos termos da categorização aristotélica, e explicitamente em oposição à teoria monocategorial dos tropos. Neste esquema temos quatro tipos básicos de entidades, indicados pelo nome da teoria – é o que dá título ao livro principal de Lowe, *The four-category ontology* (2006). O esquema ontológico de Lowe contém uma categoria geral, a de *entidade*, sob a qual se hierarquizam oito categorias:

Entidade

Universais

1. tipos
2. propriedades e relações

Particulares

3. objetos
 - substâncias*
 - não substâncias*
4. modos monádicos e relacionais

A justificação para essa hierarquia, e sobretudo para a adoção das quatro categorias fundamentais (tipos, propriedades; objetos, modos), é a adoção prévia das distinções entre universal e particular,

por um lado, e entre abstrato e concreto, por outro. Desse modo, uma entidade pode ser universal abstrata (tipo), universal concreta (propriedade), particular abstrata (modo), particular concreta (objeto). Nesse esquema, há diferentes relações entre as categorias, as quais são expressas por frases predicativas: os tipos são **instanciados** por objetos, e as propriedades e relações são instanciadas por modos. Por sua vez, os tipos são **caracterizados** por propriedades e relações, e os objetos são caracterizados por modos. Desse modo, a categorização ontológica estabelece uma relação direta com dois tipos básicos de predicação: atribuir uma propriedade a um tipo, por exemplo, “Gaviões são predadores”, e atribuir um modo a um objeto, por exemplo, “Esse gavião tem penas quebradas”.

O cerne da concepção de Lowe está na tese de que há quatro sentidos básicos de entidade. A postulação dessa pluralidade de categorias ampara-se numa argumentação que tem como base as noções de dependência quanto à existência e identidade. No que diz respeito aos objetos – as entidades independentes –, há os substanciais e os não substanciais. Os objetos não substanciais dependem, para sua existência e identidade, do objeto substancial que eles caracterizam. Por exemplo, o vermelho particular da rosa Z existe e se distingue dos demais vermelhos particulares precisamente por ser o da rosa Z. Ao contrário, a rosa Z não depende, nem para sua existência, nem para sua identidade, do seu vermelho particular, pois ela poderia existir sem ele, ao, por exemplo, mudar de cor. Podemos resumir esse tipo de assimetria ontológica entre elementos substanciais e não substanciais dizendo que os primeiros são particulares independentes e os segundos dependentes. Quanto aos universais, sejam substanciais ou não substanciais, eles são entidades dependentes em outro sentido. Com efeito, para os universais Lowe admite um tipo de imanência ou realismo “aristotélico”, concebendo-os como “genericamente” dependentes quanto à existência de suas instâncias particulares. Isso quer dizer que, de acordo com essa visão realista imanente, um universal apenas pode existir se tiver alguns casos particulares: há e pode haver universais não instanciados. Mas um universal não é dependente, quanto à sua identidade, de suas instâncias particulares: o mesmo universal poderia ter diferentes instâncias particulares, diversas daquelas que realmente tem.

3.6 IMPLICAÇÃO CATEGORIAL

A questão explorada até aqui se reflete no modo como explicamos a identidade na diversidade e a existência de múltiplos do mesmo. Em outras palavras, trata-se do problema de explicar a **unidade** de uma classe e a **diversidade** de seus membros. A dificuldade, todavia, está em explicar as nossas práticas de enunciação e validação de raciocínios, pois o problema está na explicitação das suposições que amparam as inferências que partem da atribuição bem sucedida de um predicado a diferentes objetos e concluem pela existência de uma propriedade comum compartilhada por esses objetos. Ou, inversamente, raciocínios que da atribuição bem-sucedida de um predicado a diferentes objetos concluem pela existência de diferentes instâncias de uma mesma propriedade. Em geral, aceita-se que da verdade de “há quatro carros amarelos no pátio” pode-se inferir que os quatro carros compartilham a mesma propriedade, a cor amarela, e também que a cor amarela possui quatro instâncias diferentes no pátio.

Esse tipo de raciocínio está bem no seu uso cotidiano. O problema surge justamente quando tentamos explicá-lo. Uma explicação seria dizer que há algo, uma cor, que é a mesma nos quatro carros e que se mantém a mesma não importa quantas instanciações ela tem ou não. A expressão “amarelos” na frase original designaria justamente esse algo. A partir daí temos três opções claras: ou se diz que esse algo, o amarelo, está em cada carro, portanto que é múltiplo, mas que os quatro casos mantêm entre si uma relação de identidade, estrita ou não; ou se diz que esse algo, o amarelo, é único e apenas se manifesta em quatro regiões do espaço; ou se diz que não há um algo designado pela expressão “amarelo”.

A **primeira solução** implica que o significado de “amarelos” seja múltiplo e supõe que seja possível identificar diferentes coisas por alguma propriedade. A **segunda solução** exige que a expressão “amarelos” seja permutada por uma expressão no singular, talvez desse modo: “há quatro carros no pátio e todos exibem a cor amarela”. Essas duas soluções supõem que uma expressão ser significativa implica que ela designe alguma coisa. A última solução não tem essas implicações, mas exige uma revisão da semântica

dos predicados. Ora, essas soluções são semanticamente ingênuas, pois **supõem que as expressões significativas têm de designar alguma coisa** e, se designam, essa coisa tem o mesmo tipo de ser de qualquer outra coisa designada por expressões. No caso, supõe-se que as expressões “pátio”, “carros”, “quatro” e “amarelos” designam alguma coisa, e que as coisas por elas designadas “são” no mesmo sentido. Caso se recuse a existência de um tipo de entidade, isto é, caso se recuse o “ser” para o putativo designado da expressão significativa, então se diz que há apenas a expressão, e que ela é uma mera palavra, que ela não designa nada. Outra explicação seria dizer que o que há é apenas uma relação de similitude para uma consciência que percebe os carros, mas que não há nada além de carros. A partir disso poder-se-ia ainda dizer que a expressão “amarelos” na frase original indica justamente essa similitude, mas não designa nenhuma entidade.

A solução de Frege consiste em manter a ideia da significatividade das expressões com função semântica, mas negando justamente essa pressuposição do significado único de “ser”. Os referentes, quando há, das diferentes expressões não têm o mesmo tipo ou modo de ser. Ele denominou esses referentes de objetos, conceitos, propriedades e notas características. A sua análise da frase “há quatro carros amarelos no pátio” diria que na região delimitada pelo termo “pátio” aplica-se o conceito “carro amarelo” quatro vezes. Por um conceito entenda-se aqui uma regra de separação que fornece uma condição a ser preenchida ou não por objetos. A expressão “amarelos”, nesse sentido, codificaria uma marca caracterizadora do conceito de carro, isto é, especificaria uma determinada condição. O fato de a aplicação do conceito “carro amarelo” ser bem-sucedida pode ser explicado dizendo-se que quatro objetos no pátio, que têm a propriedade de serem carros, têm também a propriedade de serem amarelos. Isso pode ainda ser dito de outro modo: aquele enunciado diz do conceito “cor amarela” que ele pode ser aplicado a quatro objetos no pátio, aos quais também pode ser aplicado o conceito “carro”. Note-se que nessa explanação da predicação nada é dito quanto à existência ou não de algo designado pela expressão “amarelos”.

LEITURAS SUGERIDAS

O problema da categorização ontológica é exposto de maneira sistemática e inovadora no livro de Bruno L. Puntel, *Estrutura e ser* (Porto Alegre: Editora Unisinos, 2008). Para uma visão histórica sobre os diferentes sentidos de “ser”, recomenda-se o livro de Martin Heidegger *Introdução à Metafísica* (São Paulo: Tempo Brasileiro, 1999). O livro de Paul F. Strawson, *Análise e Metafísica: uma introdução à Filosofia* (São Paulo: Discurso Editorial, 2002), é exemplo da abordagem analítica do problema da existência e da categorização ontológica. Por fim, recomenda-se a leitura do livro de Max Scheler, *A posição do homem no cosmos* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003), no qual se discute a especificidade do ser humano frente aos demais entes.

REFLITA SOBRE

- O que são as diferentes coisas das quais nós afirmamos predicados? Depois, reflita sobre os diferentes tipos de predicados que afirmamos das coisas. Então, pergunte-se pelo sentido de “ser” ou “existência” capaz de se aplicar tanto às coisas de que falamos quanto às coisas que predicamos.

■ CAPÍTULO 4 ■

DEPENDÊNCIA ONTOLÓGICA E RELAÇÕES CONCEITUAIS

O objetivo desse capítulo é apresentarmos o conceito de dependência e independência ontológica e relacioná-lo aos conceitos de fundação e emergência. A proveniência desses conceitos remonta a Aristóteles, que diferenciou duas formas de predicação a partir da distinção entre algo, “ser em” algo e “ser dito” de algo. A matriz contemporânea dessas noções é a obra *Investigações Lógicas*, de Husserl. Esse conceito será utilizado em vários momentos desse texto.

4. DEPENDÊNCIA ONTOLÓGICA E RELAÇÕES CONCEITUAIS

Quando observamos a natureza, os objetos domésticos, os acontecimentos sociais e políticos, as pessoas na rua, parece ser claro que podemos identificar e isolar os componentes como itens separados dos demais e do seu entorno. Se pensarmos em termos de condições de identidade, parece óbvio que cada coisa, sendo ela mesma e não outra, existe por si e em si. Mas se nos perguntamos pelas **condições de existência** dos objetos de cada um desses tipos, por sua origem ou por sua possibilidade, vemos que é impossível considerá-los em si mesmos sem relacioná-los com outros fenômenos. Por exemplo, se vejo um cachorrinho diferente em frente da minha casa, posso observá-lo como um indivíduo independente de todo o resto da rua e pensar somente: “que cãozinho bonitinho!”. Mas se me pergunto de onde ele veio ou por que ele está ali, as respostas serão tais que devem sugerir certa relação entre o cachorrinho e outros entes, como outros cães ou pessoas, assim: “ele apareceu aí porque os cães do vizinho deram cria”, ou “alguém o abandonou aí” – ele não veio a ser ali (*Dasein*, existir) por si e sem relação com nada mais. São diversos os tipos de relação que os seres estabelecem entre si, e agora vamos conhecer um pouco a relação de dependência entre elementos distintos (objetos, entidades, pessoas, eventos, qualidades, acontecimentos), em especial a que chamamos de *dependência ontológica*.

4.1 RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA

Os sentidos em que podemos dizer que um objeto depende de outro são vários e diversificados. O filósofo Peter Simons enumera pelo menos dez exemplos (como dependência psicológica, dependência causal, dependência financeira, etc. (SIMONS, 1987, p. 293), mostrando que a noção de dependência é antes um esquema, uma forma de ligação entre objetos, em que a dependência ontológica (que vai nos interessar aqui) é apenas um tipo. **Em linhas gerais, a dependência ontológica caracteriza-se por estabelecer uma relação necessária entre a existência de uma determinada coisa e a existência de outra coisa.** Nas palavras de Simons: a “dependência ontológica ou existencial trata das relações entre objetos em geral. A dependência ontológica de um objeto em outro ou outros é uma necessidade de re: o objeto ele mesmo não pode existir se outros não existirem.” (SIMONS, 1987, p. 294-295). Essa relação de dependência pode remeter à causa (surgimento, origem), à condição de existência (como uma dependência contínua), ou a outros aspectos que veremos mais adiante. Para ilustrar, no exemplo do cãozinho, podemos dizer que ele depende ontologicamente de seus pais para estar ali, assim como podemos dizer também que ele depende de água e comida para continuar existindo. Mas veja que a dependência que considera a origem não é do mesmo tipo da que considera a água e a comida. Pois, apesar de terem sido necessários os pais do cãozinho para ele vir a ser, ele não depende mais deles para continuar sendo, embora dependa a vida toda de água e comida. É dessas distinções que trataremos agora, a fim de clarificar a noção de dependência ontológica e algumas de suas implicações.

Em seu livro *Fiction and Metaphysics* (1999), **Amie L. Thomasson** estabelece três pares de opostos como classificações básicas para distinguir os diversos tipos de dependência ontológica (que ela chama de existencial) entre diferentes entes, a saber, dependência rígida ou genérica; dependência histórica ou constante; e dependência formal ou material. Depois ela estabelece a relação entre esses tipos e algumas propriedades neles implícitas. Vejamos: dizemos que uma entidade *depende rigidamente* de outra quando ela não pode existir se a outra não existir, e essa outra (da qual ela depende) deve ser necessariamente uma entidade particular espe-



Amie L. Thomasson.
Fonte: <<http://consc.net/pics/expressivism@/amierachael.jpg>>.

cífica; e dizemos que a *dependência é genérica* quando a entidade, embora dependa de outra, não necessita que esta seja uma em particular. Um exemplo dentro da teoria de tropos são as cores, pois nessa teoria as cores dos diferentes objetos são cores singulares. Posso dizer, nesse contexto, que a cor cinza do meu carro depende rigidamente do meu carro para existir, pois se outro fosse o carro, outro seria o cinza. E posso também dizer que o carro depende genericamente de gasolina para funcionar, pois não precisa ser uma gasolina específica, basta que seja alguma gasolina.

A dicotomia *dependência constante* ou *histórica* leva em consideração o tempo em que as entidades existem; assim, uma entidade *depende constantemente* de outra quando em todo o tempo em que ela existir a outra também deverá existir. Isso pode ser posto da seguinte forma: necessariamente, sempre que A existe, B existe. Se, porventura, a entidade B for um indivíduo particular, dizemos que a *dependência constante é rígida*. Por exemplo, posso dizer que eu sou constantemente e rigidamente dependente do meu cérebro para existir, o que significa que, necessariamente, enquanto eu existo, meu cérebro existe. Nesse caso ainda cabe mais uma especificação, que é quando a entidade é rígida e constantemente dependente de uma de suas partes, como no exemplo anterior. Dizemos então que essa parte é *essencial*. Estamos aqui falando de entidades e objetos concretos, mas Thomasson não restringe sua teoria a esses dois casos. Ela admite que a relação de dependência ontológica/existencial também ocorre entre estados de coisas e propriedades. De modo que ela apresenta exemplos de dependência constante entre indivíduos e estados de coisas ou entre dois estados de coisas, como no caso: o estado de coisa “Maria ser uma motorista legalizada” depende constantemente do estado de coisa “A carteira de habilitação de Maria permanece válida” (THOMASSON, 1999, p. 30). Podemos ainda encontrar casos em que a *dependência constante é genérica*. Por exemplo, para o Brasil existir enquanto Estado, ele depende de que existam indivíduos que instanciem a propriedade “ser brasileiro”, mas esses indivíduos, embora necessários para a existência do Estado, não precisam ser esses ou aqueles em particular, pois pode ser qualquer um; por isso a dependência é constante (em indivíduos) e genérica (algum indivíduo).

A *dependência histórica* está relacionada com a origem da entidade (objeto, estado de coisa, propriedade), com o momento de sua *fundação*. De modo que é mais comum encontrarmos exemplos de dependência histórica rígida, uma vez que entendemos o surgimento de algo como um acontecimento único. Assim, o exemplo mais óbvio é o nascimento de alguém. Todo indivíduo é histórica e rigidamente dependente dos seus pais. Se fosse outro pai ou outra mãe, seria outra pessoa. Algumas propriedades também são claramente dependentes histórica e rigidamente de determinados indivíduos, como “ser filho de João Carlos”, que necessita que em algum momento tenha existido João Carlos e que ele tenha tido ao menos um filho. Embora não seja muito comentado, também existem casos de *dependência histórica genérica*, que Thomasson coloca como o tipo de dependência que uma entidade tem com relação às condições de seu surgimento, as quais podem variar sem que isso implique a alteração de sua identidade. O exemplo dado é o de moléculas catalisadoras, que são fundamentais para algumas reações químicas, mas elas mesmas não aparecem no produto final, de modo que qualquer amostra dessas moléculas serve para a formação do produto sem, contudo, alterar sua identidade. (THOMASSON, 2008, p. 32).

Essa teoria é atribuída a Kripke e sua ideia da necessidade da origem. KRIPKE, S. A. **taming and Necessity**. Oxford: Blackwell, 1980.

Então, recapitulando: na dependência constante é necessário que a entidade (B) exista durante todo o tempo de existência daquela que dela depende (A), caso contrário, esta (A) perece. Enquanto que na dependência histórica, basta que a entidade fundante (B) tenha existido em algum momento (momento da fundação), mas depois a entidade resultante (A) não depende mais dela para continuar existindo.

Vejamos agora a terceira distinção apresentada pela autora, entre dependência formal e material. Essa distinção remonta a Husserl, o qual, segundo a autora, defendia que essas eram relações descobertas *a priori* pelo entendimento, baseadas simplesmente no conhecimento de princípios formais e na natureza material dos fenômenos envolvidos. *Dependência formal* é então aquela que

pressupõe o conhecimento de princípios lógico-formais e desconsidera o conteúdo dos elementos envolvidos. Por exemplo, quando temos a sentença “necessariamente, se A e B existem, A existe”. Não importa pelo que substituíremos A e B, essa relação sempre será verdadeira, portanto “A e B existirem” é formalmente dependente de “A existir”. Na *dependência material* o que importa é a natureza dos elementos envolvidos, seu conteúdo, digamos. Como, por exemplo, quando temos que “todo animal depende do seu corpo”. É necessário que saibamos o que é um animal e o que significa *corpo*, que se segue naturalmente a dependência de um por outro.

Podemos acrescentar ainda outra distinção feita por Simons que pode levar a alguma confusão nesse estudo. Ele estabelece a diferença entre *dependência ontológica* e *dependência nocional*. De acordo com seu apontamento, a confusão entre esses dois tipos se dá porque ambos podem ser formulados da mesma maneira, a saber, “um F não pode existir a menos que um G exista”. No seu exemplo “o maior satélite de Júpiter não pode existir a menos que Júpiter exista” (SIMONS, 1987, p. 296), o autor chama a atenção para o fato de que apenas numa descrição dos fatos é que faz sentido dizer que o satélite só existe porque Júpiter existe. É claro, nada poderia ser satélite de Júpiter se não existisse Júpiter. Mas a entidade que é o satélite não depende de Júpiter para sua existência. De modo que na mesma formulação de uma dependência ontológica, temos um outro tipo, que é a *dependência nocional*.

Vamos analisar agora algumas relações entre esses diferentes tipos de dependência, a começar pela última distinção de Thomason. Considerando a dependência formal e a material, vemos que a primeira é mais forte que a segunda, visto que ela restringe a liberdade daquela, uma vez que **se uma relação é formalmente necessária, ela também será materialmente necessária**. Dentro do que foi falado, podemos ressaltar também que se algo (A) é constantemente dependente de alguma coisa (B), então também é historicamente dependente dessa coisa. Ou seja, se A depende constantemente de B para existir, A precisou de B para surgir num primeiro momento. Por exemplo, se uma banda depende dos seus músicos para continuar existindo, é evidente que sem esses músicos ela não teria nem sequer surgido. Outra relação a ser con-

siderada é a que envolve propriedades. Se A é rígida/constante/historicamente dependente de um estado de coisas que envolve a propriedade Q, então dizemos que A é genérica/constante/historicamente dependente de Q. Assim, se seres humanos são rígida e constantemente dependentes do estado de coisas “o ar que respiramos deve conter oxigênio”, então seres humanos são genérica e constantemente dependentes de algum oxigênio. Thomasson (2008, p. 123) apresenta um quadro que resume essas relações:



Devemos notar também que a dependência, seja ela constante ou histórica, possui a característica da *transitividade*. Se A depende de B e B depende de C, A depende de C. Por exemplo, se eu dependo historicamente do meu pai para ter nascido, e meu pai depende do meu avô, logo eu também dependo do meu avô para ter nascido. Ou, se os animais dependem constantemente de água para viver, e água depende de fontes como mares, rios e chuva para existir, logo, animais dependem constantemente da existência dessas fontes. Por conta dessa transitividade, podemos considerar a relação de dependência como algo que se dá em camadas, uma se sobrepondo às outras. Assim, ao encontrarmos um cãozinho vivo e alegre, podemos inferir que a estrutura hierárquica de dependências na qual ele está fundado está bem formada: água potável, ar com níveis normais de oxigênio e sem substâncias tóxicas, alimentos, etc. A existência daquele cãozinho ali no portão **implica** a existência de muitas outras coisas. Nesse ponto aparece a relação entre dependência ontológica e dependência nocional. Se formos bem-sucedidos em aplicar o conceito de cãozinho saudável, então podemos inferir que podemos aplicar outros conceitos na situação. **Essa correlação entre redes de dependência quanto à existência e ordem de aplicação conceitual é uma das chaves para a investigação ontológica.**

4.2 A INDEPENDÊNCIA ONTOLÓGICA

O filósofo E. Jonathan Lowe trabalha com a relação de dependência ontológica segundo outra perspectiva; ele considera a questão a partir das noções de *substância* e *propriedade*. Afirmar ele que se, em princípio, o conceito substância remete a uma entidade teoricamente *independente* de outras entidades para existir, e o de propriedade a algo que depende daquilo que a possui para existir, a definição de dependência ontológica deve servir justamente para esclarecer esses dois conceitos. Assim, em seu texto “Dependência ontológica” (LOWE, 2009), ele apresenta algumas definições relevantes para tratar a questão e analisa as implicações dessas definições. Vamos aqui comentar apenas alguns desses pontos. Depois de considerar a dependência rígida e a genérica (como já vimos), Lowe apresenta a primeira tentativa de definir substância:

(SUB) x é uma substância = **df** não há nenhum y tal que y não seja idêntico a x , e x dependa rigidamente de y para existir.

Do que se segue o princípio:

(P1) x é uma substância se e somente se não há nenhum y tal que y não é idêntico a x , e x existe somente se y existe. (LOWE, 2009).

Esses são modos formais de dizer que uma substância é algo que não depende de outras coisas para existir, ponto que o filósofo procura defender ao longo do texto. **Note que o autor dá ênfase ao fato de as duas entidades em questão não serem idênticas, pois subentende-se que qualquer coisa depende de si mesma para existir.** A primeira consideração que ele faz a partir dessas definições é sobre o caso das substâncias serem objetos compostos. Nesse caso, elas possuiriam partes próprias, do que se seguiria que elas seriam dependentes da existência dessas partes para existirem. A partir disso, o autor faz duas observações: dependendo do objeto que considerarmos, tais como meras coleções de coisas, embora sendo um composto, não é apropriado chamá-lo substância, como no exemplo de um monte de pedras. Pode-se dizer que um amon-

toado de pedras é um composto que depende de suas partes para existir, mas não se trata efetivamente de uma substância real. Sua segunda observação é mais relevante, pois considera as partes que compõem substâncias legítimas como substituíveis; assim, o todo considerado não dependeria de nenhuma das suas partes especificamente. Pensemos num ser humano, composto por seus órgãos e membros. Nesse exemplo, todas as suas partes seriam substituíveis. Mas será que esse é mesmo o caso? E o que dizer das partes essenciais, como o cérebro? Lowe apresenta duas respostas, uma atribuída ao essencialismo mereológico de Chisholm (LOWE, 2009), que considera essenciais todas as partes de um composto; a outra, o extremo oposto, que considera que nenhuma parte de um composto é essencial. **Fica aqui como sugestão para refletir sobre essas duas possibilidades, pois o autor desconsidera essa discussão envolvendo as partes de um composto e diz que o mais intrigante, nesse caso, é o envolvimento de propriedades essenciais.**

Primeiro ele apresenta uma definição de propriedade em forma de princípio:

(P2): Se x é uma propriedade e y é um objeto possuindo x , então, necessariamente, x existe somente se y existe.

Nesse caso, as propriedades são vistas como universais à moda aristotélica (propriedades instanciadas, acidentes individuais, ou tropos), porque se as considerarmos como universais platônicos, elas deverão ser independentes dos objetos que as possuem. O que dizer então das propriedades particulares essenciais de uma substância individual? O exemplo dado pelo filósofo é Sócrates e a sua humanidade. É fato que a humanidade de Sócrates é dependente da existência de Sócrates para se dar. Mas será que Sócrates, por sua vez, também não é dependente de sua humanidade para ser ele mesmo? Pois, acabando sua humanidade, Sócrates deixa de existir como Sócrates. Assim, temos que substâncias e suas propriedades particulares essenciais são – para sua existência – mutuamente dependentes, ou, como ele acaba generalizando, idênticas. Não faz muito sentido distinguir Sócrates **da sua** humanidade. Daqui ele passa para um caso um pouco mais complicado que é considerar

a relação de dependência entre uma substância (Sócrates) e um evento ou processo (a vida de Sócrates). Sócrates e sua vida não são idênticos entre si. Sócrates é uma substância, algo contínuo; enquanto a vida de Sócrates é um evento, que pode ser compreendido como uma série de mudanças nas propriedades e relações de algo que persiste no tempo (Sócrates) e do qual Sócrates participa. Sendo assim, quem depende de quem? É plausível pensarmos novamente numa mútua dependência, mas aí teríamos um contraexemplo para a definição de substância dada acima, visto que Sócrates seria dependente de algo particular (a vida de Sócrates) diferente dele que não é uma de suas propriedades essenciais. Isso levou Lowe a falar de dependência ontológica como uma relação assimétrica. Ou seja, a vida de Sócrates depende dele para existir, ela só existe porque ele existe primeiramente, o contrário não procede. **Para não cair em uma circularidade explicativa, devemos pressupor que dois objetos distintos não devem ser mutuamente dependentes, a menos que sejam o mesmo objeto.**

A sua conclusão é que, para mantermos a noção intuitiva de que uma substância é algo independente ontologicamente de outros objetos, devemos considerar essa independência em relação à *identidade da substância*, considerar que ela não depende de nada além dela mesma para ser o que é. Isso se reflete no princípio:

(P3) se x depende para sua identidade de y , então, necessariamente, x existe somente se y existe.

Aqui x não seria uma substância, mas poderia ser um evento, como a vida de Sócrates, que para ser o que é depende da existência de Sócrates.

O filósofo Simons trata dessa questão da substância e propriedade (acidente) de uma maneira bem diferente. Uma vez que sua abordagem considera a relação entre as partes e o todo de um objeto (que Lowe deixou de lado); na sua exposição parece complicado apontar alguma entidade que pudesse ser completamente independente. Como ele mesmo coloca: “note que substância nesse sentido não precisa ser em nenhum sentido absolutamente in-

dependente: organismos claramente não são.” (SIMONS, 1987, p. 310). Nem mesmo o universo ou Deus caberiam aqui, pois aquele dependeria de suas galáxias e este de seus pensamentos. **A diferença entre Lowe e Simons está na teoria formal de fundo, a partir da qual eles teorizam as relações de dependência, a teoria da predicção (lógica de predicados) e a mereologia (lógica da parte e do todo).**

4.3 FUNDAÇÃO E EMERGÊNCIA ONTOLÓGICA

A noção de dependência sugere que uma entidade pode ter uma existência atual autônoma e, por conseguinte, ter sua identidade determinada em relação às demais entidades numa dada situação, embora dependa de outras entidades. É o caso do texto, que depende da existência de algum suporte, qualquer que ele seja, para continuar existindo, ou o caso de uma pessoa, que tem uma relação de dependência quanto ao seu nascimento e à sua formação com a família e a sociedade. Isso significa que se trata nessa relação de duas entidades distintas. **Uma pergunta que se põe é: são as entidades em relação de dependência necessariamente do mesmo tipo ou da mesma categoria ontológica?**

O aspecto a ser considerado agora é o fato de que a relação de dependência em muitos casos possibilita o surgimento de novas propriedades, relações e estruturas a partir de situações que não possuem elas mesmas essas propriedades, relações e estruturas. As expressões “emergência”, “sobreveniência” e “superveniência” são usadas para indicar esse aspecto. Usaremos a palavra “emergência” para denominar o conceito que explicita esses fenômenos. Falaremos tanto de uma entidade emergente como de propriedade, estrutura, evento, processos, leis *emergentes*. Com esse jeito de falar queremos sugerir um conceito de um tipo de realidade para a qual forneceremos as condições de existência e de identidade, sem, contudo, nos comprometermos com a postulação de tais realidades existirem de fato.

A noção formal inversa é a de *fundação ontológica*. Uma caracterização da noção de *fundação* pode ser feita desse modo: x está *fundado* em y caso a ocorrência de x pressuponha a ocorrência de y. Em termos ontológicos, trata-se de algum tipo de dependência

quanto à existência. A noção de *emergência* aplica-se a propriedades, estruturas, entidades e capacidades fundadas numa “base” ou “corpo” ou “sistema”, mas que de algum modo são “novas” ou “diferentes” das partes e das interações das partes que constituem a base. As propriedades emergentes são do todo ou do sistema e nenhuma das partes do todo pode ter tal propriedade isoladamente. Isso implica certa hierarquia de níveis de existência e também a ideia de complexidade. O senso comum propiciado pela educação científica atualmente opera com uma suposta hierarquia que tem energia-matéria como nível fundamental, depois organismos vivos, depois mentes e fenômenos psíquicos, depois sociedades e instituições, então discursos e linguagens, para finalmente poder haver teorias e conceitos, como o dessa hierarquia. Os níveis superiores dependeriam dos níveis inferiores. Os que defendem um fisicalismo materialista estrito dizem que as leis da física (da energia-matéria) explicam todas as realidades, isto é, que as leis e regularidades das demais realidades são redutíveis e dedutíveis das leis físicas. Em termos diretos, como foi o estilo de Epicuro, o que se diz assim é que tudo é matéria-energia.

Os conceitos de superveniência e de emergência em geral são introduzidos explicitamente como recusa desse tipo de reducionismo fisicalista. O problema principal do conceito de emergência é o de como explicar a interação entre a “realidade emergente” e a “realidade-base”, sobretudo se pode haver e como se daria uma interferência inversa, do nível emergente sobre o nível-base.

A noção de emergência envolve algum tipo de fundação, pois embora seja válido dizer que os fenômenos emergentes são *autônomos* em relação aos processos subjacentes, também é válido que os fenômenos emergentes são *dependentes* dos processos subjacentes. Fundação e emergência são conceitos complementares, como as duas faces de uma moeda, muito embora nem todo fenômeno de fundação seja também de emergência. Tanto o conceito de fundação quanto o conceito de emergência sugerem algum tipo de hierarquia ontológica ou alguma noção de níveis de realidade. Pois o propósito da introdução desses conceitos é explicitar diferenças ontológicas entre coisas que estão intimamente relacionadas. Os problemas de ambos os conceitos em geral surgem no momento de esclarecer esta noção implícita de não homogeneidade ontológica.

Para esclarecer isso, em geral primeiro introduz-se a noção de superveniência no seu sentido forte, supondo as noções de parte e todo. Aqui seguiremos a formulação de O'Connor (1994):

(SF) As propriedades-**P** do objeto **O** sobrevivem às propriedades-**Q** das partes de **O** = df

(1) necessariamente, para o objeto **O** e a propriedade-**P** **a**, se **O** tem **a**, então, existem propriedades-**Q** **b**, **c**, **d**... (incluindo propriedades relacionais) tal que:

(i) alguma parte própria de **O** possui **b**, **c**, **d**...

(ii) necessariamente, para qualquer coisa possuindo **b**, **c**, **d**..., existe um objeto que possui **a** do qual ela faz parte.

Admitida essa caracterização, introduz-se o conceito de *propriedade emergente*, utilizando conjugadamente os conceitos de parte-todo e de superveniência. A definição fica assim:

(PE) A propriedade **P** é uma propriedade emergente de um objeto **O** (mereologicamente complexo) = df

(1) **P** sobrevém às propriedades das partes de **O**;

(2) Nenhuma parte de **O** possui **P**;

(3) **P** é diferente de qualquer propriedade estrutural de **O**;

(4) **P** possui influência determinadora direta (descendente) no padrão de comportamento envolvendo as partes de **O**. (O'CONNOR, 1994).

Os fenômenos psicológicos, linguísticos e sociais constituem possíveis campos de aplicação desses conceitos. Com efeito, o filósofo Kim (1992) defende que os processos psicológicos (mente) são o exemplo de uma realidade sobreveniente e emergente em relação à realidade física e biológica. Isso implicaria tanto que os processos psicológicos dependeriam de processos biofísicos quan-

to que nesses processos surgiriam novas propriedades e relações, mais especificamente, diferenças causais no mundo. O surgimento de processos psicológicos não seria apenas uma extensão dos eventos biofísicos, mas seria um acréscimo de ser, uma diferença ontológica, no sentido de propiciar eventos, interações causais e capacidades impossíveis de se dar (haver) na ausência desses processos. O mesmo esquema de análise pode ser aplicado ao fenômeno da linguagem e ao fenômeno da sociabilidade. Nesses três âmbitos, o psicológico, o linguístico e o social, embora eles sejam fundados e dependentes quanto à existência em relação à natureza biofísica, emergem novas realidades (entidades, propriedades, relações, estruturas) ontologicamente diferentes e irreduzíveis às entidades físicas e biológicas. Em suma, o conceito de emergência ontológica, caso faça sentido, seja válido e aplicável ao mundo atual, implica que os processos psicológicos, linguísticos e sociais *contribuem efetivamente com novas forças causais para o mundo*, no sentido de que, em um mundo que pode ser descrito usando-se os conceitos de sociedade, linguagem e mente, devem existir propriedades e relações causais não explicáveis em termos de propriedades e relações biofísicas, sequer por aquelas das quais elas emergem (KIM, 1992).

A concepção emergentista do psicológico e de outros fenômenos é bastante polêmica, pois sugere a irreduzibilidade e a inderivabilidade de certos fenômenos a partir das leis e dos fatos físico-biológicos. O ponto principal é a sugestão de que as realidades dependentes e emergentes, em relação a uma base, teriam força causal retroativa, isto é, seriam capazes de modificar a base da qual dependem. O conceito de emergência exige que isso possa acontecer, do contrário não se poderia falar propriamente de um novo nível de realidade. É justamente quanto a esse ponto que se levantam as objeções principais. A ideia de uma “causação” descendente é, para alguns pensadores, incoerente, e é difícil negar que ela seja meio esquisita. Pois as propriedades de nível superior surgem a partir de condições do nível inferior, e sem a presença destas últimas em padrões apropriados, as primeiras não podem existir. Então, como poderiam essas propriedades de nível superior influenciar causalmente e alterar as condições das quais elas

surgem? Seria coerente supor que a presença de X é inteiramente responsável pela ocorrência de Y (tal que a existência mesma de Y depende de X) e que ainda assim Y de algum modo consegue exercer influência causal sobre X ? (KIM, 1999). Esse problema não encontrou uma solução adequada, apesar do sucesso do conceito de *emergência*. No entanto, do ponto de vista da ontologia formal, o fato de esses conceitos não se aplicarem à nossa realidade não faz diferença, pois o que importa é se tais conceitos nos permitem pensar e compreender melhor.

.....
 : Cf. o excelente livro de Achim
 : Stephan, *Emergenz: von der*
 : *Unvorhersagbarkeit zur*
 : *Selbstorganization*, 2005.

4.4 NÍVEIS DE REALIDADE E IMPLICAÇÃO CONCEITUAL

Os conceitos introduzidos neste capítulo (dependência, fundação, emergência) sugerem que **há** níveis de realidade ou estratos ontológicos, no sentido de o mundo não ser ontologicamente homogêneo ou simples. A realidade seria estruturada em hierarquias de entidades. O esquema de raciocínio é sempre o mesmo: há uma entidade X que depende para existir em relação à outra entidade Y , e X e Y não pertencem à mesma categoria ontológica. Ao não pertencerem à mesma categoria, os predicados de um não cabem ao outro. Esse fato sugere uma relação entre hierarquia de dependência e emergência ontológica e ordem conceitual que gostaríamos de explorar como a via de acesso a um procedimento metódico nas investigações ontológicas.

Está implícita nas teses emergentistas, que dizem respeito à diversidade ontológica do que há, a tese de que os conceitos aplicáveis às entidades emergentes estão numa certa “**desrelação**” com os conceitos que se aplicam às entidades de base. Essa “desrelação” não pode ser absoluta, pois o cerne da tese emergentista é que há uma relação de dependência forte **inversa** à relação de emergência. A questão então é acerca das relações entre os conceitos e sobretudo entre as categorias envolvidas na inteira situação. Pois, dada uma propriedade P emergente em relação às propriedades Q e R , o conceito de P é dependente quanto à ordem de aplicação em relação aos conceitos Q e R , mas, mesmo assim, o conceito P é irreduzível (não derivável, indefinível) aos conceitos Q e R . Essa situação paradoxal serve como sinal para não descuidarmos da acuidade do nosso senso ontológico.

Uma forma de abordar esse problema é através da reflexão, no conceito de ordem de prioridade conceitual, do conceito de ordem ontológica. O conceito de ordem conceitual foi proposto pelo filósofo Martin-Löf. Nas suas palavras, “a ordem da prioridade entre conceitos estabelece-se quando um conceito é anterior a outro se a definição do segundo refere-se ao primeiro”; dito de outro modo, “um conceito antecede conceitualmente a outro se ele tem de ser explanado antes que o outro o possa ser” (MARTIN-LÖF, 1996, p. 31). Essas considerações indicam que a ordem dos conceitos está relacionada com a sua definição. Todavia, outras relações entre conceitos podem ser usadas para estabelecer relações de ordem. Dados dois conceitos A e B, diz-se que A **acarreta** B se, e somente se, A é tal que, se A é instanciado, B é instanciado. Por exemplo, se o conceito de “X casa-se com Y” aplica-se numa situação, isso **acarreta** que o conceito “Y casa-se com X” também se aplica. Outra relação conceitual é a de inclusão. A inclui B se e somente se A é tal que tudo o que instancia A também instancia B. Nesse sentido o conceito de cachorro **inclui** o de animal, mas não vice-versa.

Dissemos antes que uma categoria ontológica estabelece as condições de existência e de identidade para entidades (objetos, eventos, processos, estruturas). Tendo isso presente, é possível usar a noção de ordem conceitual para estabelecer ordem de prioridade entre categorias ontológicas. Modificando um pouco as indicações de U. Meixner, no texto “Ontological priority”, podemos definir essa noção do seguinte modo:

(OC) **K1** é ontologicamente anterior a **K2** = **df**

- (i) a identidade das entidades-**K2** é explanável em termos da identidade das entidades-**K1**, mas não o inverso;
- (ii) a existência de entidades **K2** é explanável em termos da existência de entidades **K1**, mas o inverso.

Uma vez de posse dos conceitos de ordem conceitual e ordem categorial podemos introduzir o conceito de ordem de prioridade ontológica, da seguinte forma:

(PO) **X** é ontologicamente anterior a **Y** = **df** a categoria ontológica de **X** é anterior à categoria de **Y**.

A ideia geral é estabelecer uma correlação entre esses diferentes conceitos formais (conceito, definibilidade, categoria, ordem conceitual, ordem de definibilidade, ordem categorial) e os conceitos ontológicos formais. Contudo, para as investigações ontológicas concretas, importam sobretudo as correlações implicadas na ordem de prioridade ontológica, é a *ordem de aplicação* dos conceitos e categorias que permite o desdobramento das ontologias materiais.

Tome-se em consideração o caso do conceito de *entidade política*, como é caso o de um município. Dizemos no dia a dia que há tais e tais municípios, como Florianópolis e Pato Branco, e também que certos povoados, embora territorialmente grandes e populosos, não são municípios, como é o caso de São João do Rio Vermelho, onde este texto foi escrito. Quais são as condições de existência e de identidade de uma entidade política, no caso, de um município? Um Município é uma unidade territorial e administrativa de um estado nacional. Isso significa que o conceito político de município apenas pode aplicar-se quando já se aplicou o conceito de estado; por sua vez, o conceito de estado, como unidade-entidade política, exige a aplicação de outros conceitos. Um Estado é uma entidade que pode ser assim caracterizada: uma instituição organizada política, social e juridicamente, ocupando um território definido, normalmente onde a lei máxima é uma Constituição escrita, e dirigida por um governo que possui soberania reconhecida tanto interna como externamente. Podemos dizer que a existência de um município depende da existência de um Estado; podemos dizer também que a categoria de município é ontologicamente dependente da categoria de estado, e que ela é secundária em relação às categorias de território, órgão administrativo, população.

Considere-se ainda o evento consistente da aula do pai de Rafael proferida no dia 17 de maio de 2010 na universidade. Embora a referência a Rafael tenha sido usada, esse evento não depende dele para existir e para ser identificado. A identificação do evento apenas envolveu essa referência. Todavia, a aplicação do conceito “pai de Rafael” supõe que haja ou tenha havido um Rafael. Do mesmo modo, a ocorrência da aula implica a existência de uma pessoa identificada como “pai de Rafael”. Uma aula, quer seja pensada como um estado de coisas, quer como um evento, é um tipo de

entidade emergente complexa que envolve várias outras entidades. A aplicação bem-sucedida do conceito acarreta e implica a aplicação de outros conceitos. A exploração da hierarquia de conceitos implicada na aplicação do conceito de aula revela uma trama ontologicamente complexa de entidades interdependentes. A estrutura ontológica da ocorrência de uma aula contém entidades:

particulares individuais:	João, Maria, Esta cadeira, Aquele giz;
propriedades individuais:	A calvície de João, a cor branca daquele giz;
relações:	Professor/aluno, Falante/ouvinte;
fato:	João ser um professor calmo, Maria falar com Pedro;
evento:	Aula de João do dia 17 de Maio de 2010;
particular abstrato:	Universidade.

Cada um desses itens pode novamente ser analisado e explicitado. A aula é um evento que emerge da interação linguística e prática entre pessoas com o propósito de ensino e aprendizagem de algum conteúdo. Cada componente e cada parte da aula têm suas propriedades, mas é a interação que faz emergir a aula, do mesmo modo que não se pode dizer que uma universidade seja apenas um conjunto de prédios, equipamentos e pessoas. A aula e a universidade, enquanto entidades sociais, apenas existem em níveis superiores de realidades, pois são dependentes da existência articulada de entidades físicas, biológicas, psicológicas e sociais. A aplicação dos conceitos de aula e de universidade **implica** (acarreta e inclui) a aplicação concomitante de outros conceitos. Mais ainda, na medida em que uma aula e uma universidade são entidades de uma categoria específica, pois elas têm condições de existência e identidade determinadas, a sua ocorrência implica a ocorrência de outras entidades de outras categorias, pelo conceito de ordem de prioridade ontológica. Uma aula não é um evento que possa ocorrer num mundo onde não existam seres sencientes e falantes, nem uma universidade pode existir num mundo desprovido de entidades pensantes. Ou seja, não **faz sentido** dizer que nesses mundos ocorre uma aula ou existe uma universidade. Esses exem-

plos são suficientes como indicações para o método da investigação ontológica: explicitar e articular as relações de dependência entre as entidades e as relações de implicação entre os conceitos pelos quais apreendemos a identidade dessas entidades.

LEITURAS SUGERIDAS

Para acompanhar a discussão atual em ontologia, o livro organizado por Guido Imaguire e outros, *Metafísica Contemporânea* (Petrópolis: Vozes, 2007), é um excelente painel. Já o livro de H. D. Mutschler, *Introdução à Filosofia da Natureza* (São Paulo: Edições Loyola, 2008), discute os problemas das suposições ontológicas implícitas nas diferentes concepções de natureza. Especificamente em relação ao conceito de dependência e fundação, indica-se a leitura do livro de Peter Simons, *Parts: a study in ontology* (Oxford: Clarendon Press, 1987). Para o conceito de realidade emergente, o livro de Carlo Conni, *Identità e strutture emergenti* (Milano: Bompiani, 2005) é fundamental.

REFLITA SOBRE

- Os diferentes tipos de relação de dependência quanto à existência que ocorrem entre os diferentes objetos de um domínio. Depois, reflita sobre as relações de dependência entre domínios diferentes, como entre o biológico e o social.

■ CAPÍTULO 5 ■

SOBRE OS OBJETOS INTENCIONAIS

Neste capítulo, apresentamos teorias do objeto baseadas na noção de intencionalidade de Franz Brentano. Essas teorias permitem distinguir mais claramente entre entidades e objetos, além de permitir uma melhor diferenciação entre tipos de objeto. Utilizamos os conceitos de dependência e fundação para explicar as relações entre esses diferentes objetos e entidades. O objetivo é apresentar uma explicação para as propriedades semânticas de expressões linguísticas e pensamentos, de modo a poder diferenciar os casos de expressões referenciais e estados mentais cujo correlato objetivo é uma entidade, um objeto intencional ou algo inexistente.

5. SOBRE OS OBJETOS INTENCIONAIS

Kasimir Twardowski, na obra *O conteúdo e o objeto das representações* (apud BRAIDA, 2005), introduziu a distinção entre ato, conteúdo e objeto de uma representação. O propósito explícito do livro de Twardowski era tornar independentes os objetos frente às representações, distinguindo claramente entre aquilo que é **na** e **da** representação e aquilo **de que** e **sobre o que** é a representação. Embora mantivesse a tese de Franz Brentano, da intencionalidade da consciência – a saber, que toda atividade psíquica reporta-se a um objeto –, o seu texto retoma a tese de que o objeto não é constituído pela mente, mas sim apreendido. Em Brentano encontramos as teses de que todo ato mental é uma representação ou está fundado numa representação, e de que a atividade psíquica não pode jamais se reportar a algo que não seja objeto de representação, no sentido de que a mente não pode considerar o que não é representado. Esse modo de conceber a atividade consciente impõe uma revisão do conceito de objeto. Twardowski enfrenta esse problema distinguindo o *objeto imanente* e o *objeto transcendente*. O esquema da tese de Twardowski pode ser assim apresentado:

Ato [Conteúdo, Objeto] (X).

Nesse esquema temos quatro termos variáveis: (A [C, O] (X)), no sentido de que podemos admitir a variação de um deles e a manutenção dos outros. Pois, um mesmo ato pode ter o mesmo con-

teúdo e o mesmo objeto intencional, imanente à consciência, mas aplicado a algo diferente; ou ainda, submeter alguma coisa (X) a diferentes atos e conteúdos, como é o caso quando vemos uma mesma figura uma vez como um pato e outra vez como um coelho.

O ponto mais saliente dessa teoria, porém, é a colocação do objeto em dois lugares, interna e externamente, como consequência da separação estrita entre (1) o **que é da representação e da consciência**, simbolizado no esquema por “[C, O]”, e (2) o que é visado, apreendido ou referido, simbolizado no esquema por “(X)”. Digase, ao pé do ouvido, que essa duplicação apenas retoma a fórmula inaugural da ontologia “algo **como** algo”. O X é apreendido, objetivado, por meio do conteúdo conceitual, **como** tal e qual objeto. Por exemplo, um fenômeno, digamos a morte de alguém, ora é **visto como** um castigo, ora como uma passagem para a vida verdadeira, ora como um acidente, etc. Embora tenhamos um nome comum, “morte”, o **que é** indicado por esse nome vai depender do conteúdo associado, da representação ou conceito. Entretanto, as representações apenas objetivam o acontecimento, nem o constituem nem o esgotam. Expresso de modo não ambíguo: o **objeto** (*Gegenstand*), aquilo que se apresenta, é apreendido conceitualmente **como** tal e tal objeto (*Object*). Uma consciência apreende (ato) a morte de Cato (X) ora como o castigo de Cato (C), ora como a salvação de Cato (C’). No entanto, em ambos os modos de apreensão, se podemos dizer que o visado é o mesmo (a morte de Cato), temos de dizer que ora é como um objeto (o seu castigo), ora é como um outro (a sua salvação). Em ambos os atos de apreensão a morte de Cato é apreendida, mas ela o é como objetos diferentes.

Nesse sentido, Twardowski pretende superar a confusão entre objeto imanente e objeto referido ou transcendente: a palavra “objeto” tanto significaria o conteúdo pensado (o representado) quanto o que é visado pelo pensamento (o que se apresenta no representado). Com efeito, as palavras “*Gegenstand*” e “*Object*”, ambas traduzidas para o português por “objeto”, são usadas em dois sentidos: por um lado, para indicar o **existente em si** (*an sich Bestehende*) para o qual nosso representar e julgar se dirigem, e por outro para indicar a “**imagem**” (*Bild*) psíquica “**em**” **nós existente** mais ou menos aproximada daquele real (Realen). Nas

palavras de Twardowski (apud BRAIDA, 2005): “A partir disso diferencia-se o objeto (*Gegenstand*), para o qual nosso representar ‘igualmente se dirige’, do objeto imanente (*immanenten Object*) ou do conteúdo (*Inhalt*) da representação.” Em contraposição ao *Gegenstand*, ou objeto **real**, suposto como independente do pensamento, denomina-se o conteúdo de uma representação e juízo (igualmente sentir e querer) também o “**objeto imanente ou intencional**” desses fenômenos psíquicos.

A noção de objeto imanente, como distinto do objeto real, embora problemática e contestada por muitos, tem o propósito de manter a tese da intencionalidade da consciência e da linguagem mesmo ali onde os atos intencionais e semânticos não têm um correlato “fora” da consciência. Com efeito, Twardowski insiste no estar referido a algo diferente como propriedade das representações e da consciência:

[...] a paisagem pintada, a imagem, apresenta alguma coisa que não é pintada precisamente nesse sentido. Exatamente do mesmo modo, o conteúdo de uma representação se liga a alguma coisa que não é conteúdo de representação, mas objeto desta representação, de uma maneira análoga àquela da paisagem que é o “Subject” da imagem que a apresenta. E do mesmo modo que a paisagem é, em imagem, copiada sobre esta imagem, levada a exposição (*Darstellung*), portanto pintada num sentido diferente do precedente, exatamente do mesmo modo para o conteúdo da representação, o objeto correspondente a esta representação (*Vorstellung*) torna-se, como se costuma dizer, figurado em imagem espiritualmente, portanto, representado. (BRAIDA, 2005).

Essa teoria reflete-se diretamente na compreensão das frases e asserções, no plano linguístico. Com efeito, Twardowski transfere o esquema da intencionalidade dos atos conscientes para os atos semânticos, sob a doutrina de que as representações linguísticas estão direcionadas sempre para objetos, e que o juízo (asserção) implica sempre uma afirmação sub-reptícia de existência:

Pelo conteúdo do juízo deve-se compreender a existência de um objeto, aquele de que se trata em cada juízo. Pois, quem faz um juízo sustenta alguma coisa sobre a existência de um objeto. Quando ele reconhece ou rejeita este objeto, ele reconhece ou rejeita também a sua existência. (2005)

A partir dessa ideia, estabelece-se a distinção semântica, semelhante àquela proposta por Frege, entre *sentido* e *significado* de uma expressão linguística, numa formulação psicofenomenológica, como se pode entrever na seguinte passagem de Twardowski:

Do conteúdo nós diremos que ele torna-se pensado, representado *na* representação; do objeto, diremos que se torna representado pelo conteúdo de representação (ou a representação). O que se torna representado *em* uma representação, é seu conteúdo; o que se torna representado *por* uma representação, é seu objeto. (BRAIDA, 2005).

A diferença entre estar dado “em” e “por” uma representação, entre o conteúdo e o objeto, no plano das expressões linguísticas aparece como a distinção entre a “significação” expressa e “objeto” nomeado:

Nós vimos que a função originária do nome é de dar informação de um ato psíquico e, justamente o de representar. Por isso o nome suscita naquele a quem a fala se dirige uma significação (*Bedeutung*), um conteúdo (de representação) psíquico; e, em virtude dessa significação, o nome nomeia um objeto (*Gegenstand*). (BRAIDA, 2005).

Por conseguinte, a partir de Twardowski a tese da intencionalidade da consciência, no sentido de que toda consciência é consciência de objeto, aplica-se também às expressões linguísticas. Desse modo, é possível introduzir a noção de *objeto intencional* num sentido preciso e geral. Um objeto puramente intencional seria aquele visado por um ato consciente, psicológico ou semântico, que não pode não ser senão um objeto de pensamento ou discurso. Esse conceito emerge como uma consequência necessária da tese de que os atos da consciência têm sempre um objeto, mesmo quando aquilo a que a consciência se dirige não existe. Twardowski mantém essa tese e tira as consequências:

Quem enuncia a expressão: *quadrado de ângulos oblíquos* dá a informação que nele ocorre um representar. O conteúdo correlato desse ato de representação constitui a significação do nome. Esse nome, todavia, não significa apenas qualquer coisa, mas ele nomeia algo, a saber, algo que reúne em si as propriedades contraditórias umas com as outras, e do qual se nega prontamente a existência se se é levado a um juízo sobre o que é nomeado. Mas, pelo nome é nomeado, sem dúvida alguma, algo, mesmo se ele não existe. E este nomeado é distinto do conteúdo de re-

apresentação; porque, primeiro, este existe, aquele não; e, segundo, nós atribuímos ao nomeado propriedades que se contradizem umas com as outras, as quais porém não cabem ao conteúdo de representação. Pois, se este contivesse propriedades contraditórias umas com as outras, então, ele não existiria; mas ele existe. Não é ao conteúdo de representação aquilo a que nós atribuímos a oblicuidade dos ângulos e ao mesmo tempo o ser-quadrado; mas ao que é nomeado pelo nome, quadrado de ângulos oblíquos, que é o suporte, certamente não existente, mas representado, destas propriedades. (BRAIDA, 2005).

O ponto que nos interessa é a introdução de um objeto mesmo ali onde se trata de uma predicação contraditória. Sob uma interpretação extensional, como a de Frege e Quine, esse tipo de representação mental, ou linguística, simplesmente receberia a rubrica de “expressão com sentido sem objeto”. Por não haver algo (entidade extramental) que seja um quadrado com ângulos oblíquos, nega-se que tais representações referiram-se a algo (objeto). Todavia, a partir da distinção entre objeto intencional e objeto transcendente ou real, o ponto da concepção intencional de Twardowski (Brentano, Meinong) pode ser mostrado de modo claro na seguinte passagem:

A confusão feita pelos defensores das representações sem objeto consiste em que eles tomaram a não existência de um objeto de representação pelo seu não ser representado. Ora, contudo, para cada representação um objeto é representado, exista ele ou não, do mesmo modo que cada nome nomeia um objeto a despeito do fato de se ele existe ou não. (BRAIDA, 2005).

Desse modo a noção de objeto intencional puro, isto é, a noção de algo que é apenas um objeto (de representação ou discurso) pode ser introduzida. Essa é uma antiga noção e recebeu diferentes nomes ao longo da história da filosofia: “entes de razão”, “não seres”, “irreais”, “entes fictícios”, “quimeras”, etc. Essa noção está implicada na tese da intencionalidade da consciência da linguagem. Com efeito, Franz Brentano inicialmente defendeu a tese da “inexistência intencional” do objeto, no sentido de que toda consciência tem um objeto, não importando se esse objeto é real ou não, se existe ou não. Depois Brentano alterou sua doutrina, todavia preservando o cerne da teoria da intencionalidade:

Nossas atividades mentais (*Seelentätigkeiten*) não têm como objeto (*Objekten*) senão coisas (*Dinge*). Com isso não está dito que a coisa que se tem como objeto sempre é uma realidade (*Wirklichkeit*). Se eu penso numa montanha de ouro, eu penso uma coisa que não existe na realidade. Já por isso é claro que a multiplicação de nossos atos de pensamento (*Denktätigkeiten*) não implica uma multiplicação das coisas na realidade. Isto não se segue também por outra razão, a saber, porque a mesma coisa pode ser diferentes objetos e diferentes atos de pensamento podem estar dirigidos (*gerichtet*) para o mesmo objeto. (BRENTANO, 1985, p. 32).

A distinção de Brentano entre coisa e objeto nós vimos expressada neste livro com as expressões “entidade” e “objeto”. E do mesmo modo, pensamos ser sensato distinguir claramente os conceitos ontológicos em relação aos conceitos usados para a exposição da estrutura da consciência e da linguagem.

5.1 O PROBLEMA DA REFERÊNCIA DAS EXPRESSÕES

Se admitirmos que expressões designadoras sem referência são semanticamente legítimas e que podemos falar do que não existe, como sugere a teoria dos objetos intencionais, cabe-nos perguntar sobre o modo como a descrição semântica distingue entre uma sentença sobre um objeto inexistente de uma sobre um existente. Como vimos, na medida em que os mecanismos de introdução de um objeto no discurso permitem tanto o uso de uma remissão anafórica quanto de uma remissão dêitica, o objeto de que se está a falar em uma determinada sentença nem sempre é uma entidade. A mera análise da sentença, porém, não é suficiente para distinguir entre objetos existentes, fictícios, possíveis, impossíveis, etc. Para esclarecer este ponto explicitarei a distinção entre as noções de objeto e de entidade, fazendo-a recair na distinção entre *objeto de discurso e entidade*, e esta por sua vez na distinção entre *o que é dito e o que é referido*. Note-se logo que essas distinções parecem dizer respeito à Ontologia, embora, como mostrarei, elas sejam inteiramente semânticas (o que não quer dizer que, nelas, não ressoe a distinção ontológica entre *ser e ente*, e entre *realidade objetiva e realidade efetiva*).

A noção de objeto, utilizada em sentido amplo, apanha tanto as entidades existentes ou atuais (físicas, abstratas) como qualquer coisa passível de descrição ou referência, por exemplo, componentes de mundos possíveis, entidades fictícias, etc. Enfim, qualquer item de um domínio de referência, seja ele um domínio real, dito ou pensado. Considere-se, inicialmente, a noção geral de objeto sugerida por Twardowski:

[...] tudo o que é representado por uma representação, reconhecido ou rejeitado por um juízo, desejado ou repelido por uma atividade afetiva, nós denominamos objeto. Os objetos são ou não reais; eles são possíveis ou impossíveis; eles existem ou não existem. A todos é comum o fato de que eles podem ser ou são objetos (*Objekt*) (não intencional) de atos psíquicos. [...] Tudo o que é “qualquer coisa” no sentido mais amplo, denomina-se em função de uma relação a um sujeito que representa, mas depois independentemente desta relação, “objeto” (*Gegenstand*). (TWARDOWSKI, 1993).

Nessa formulação, joga-se com uma ambiguidade da palavra “objeto”: ora como o que é representado, como aquilo que é posto (a palavra *Vorstellung* sugere lançar diante); e ora como o que está diante (que se impõe à representação, enfim, o que é dado, o que se apresenta). Desse modo, sugere-se que a noção codificada na expressão *Objekt* seja dissociada da noção existência, a qual é reservada para a noção codificada na expressão *Gegenstand*. Obviamente há mais teoria nessa distinção, pois nela tanto ressoa a teoria da intencionalidade de Brentano quanto a distinção kantiana entre *coisa em si* e *fenômeno*, que não será aqui explorada.

Em Semântica formal tal distinção parece ter caído em desuso e, seguindo a lição de R. Carnap de distinguir entre questões de existência interna e externa, o termo *Gegenstand* seria metafísico, no sentido de estar para além daquilo que podemos pensar e dizer teoricamente. Contudo, se reservarmos o termo *objeto* para aquilo que é introduzido no discurso via descrição – isto é, introduzido pelo agenciamento de propriedades características para as quais há expressões na linguagem – e os termos *algo* e *entidade* para o que é introduzido via dêixis ou indicação formal, podemos recuperar a distinção entre *Objekt* e *Gegenstand* sem resvalar para o indizível. Para melhor visualizar isso, considerem-se as sentenças:

1. Este menino chamar-se-á “Pedro”, porque ele foi encontrado sobre uma pedra.
2. Pedro nada sabe acerca de sua mãe, porque ele foi encontrado sobre uma pedra.

A sentença (1) pode ser utilizada para se introduzir e disponibilizar **algo** no discurso, um *Gegenstand*, por meio de um dispositivo de indicação direta (dêixis), e uma vez disposto no discurso esse algo recebe um (codi)nome, “Pedro”, por associação a uma característica contingente relativa à situação de introdução. O nome “Pedro” agora **codifica** aquela entidade que foi introduzida com a expressão “Este”, e não a característica contingente expressa por “aquele que foi encontrado sobre uma pedra”, pois a entidade pode agora ser visada por outros atos mentais e semânticos nos quais essa característica não está presente. Nesse caso, a identificação do que foi introduzido não é garantida apenas pela significatividade das expressões linguísticas. Somente a conjunção do que foi dito e da situação de proferimento pode garantir que, por exemplo, o indivíduo nomeado em (1) seja o mesmo indivíduo designado em (2). A expressão “Pedro” em (2) **designa** um objeto (*Objekt*), isto é, algo já conhecido e disponibilizado para o discurso.

Observe-se a função semântica da expressão “ele” nas duas frases. A diferença semântica entre *Objekt* e *Gegenstand*, não é senão a diferença entre o conteúdo semântico da expressão “ele” nas duas frases. Em (1) tal expressão indica aquilo que na situação-contexto foi indicado pela expressão “Este”; em (2) tal expressão indica aquilo que foi designado pelo nome “Pedro”. Na segunda frase, para se chegar ao referente de “ele”, passa-se necessariamente por um conhecimento de um ato semântico, a atribuição de um nome a um objeto, o qual se realiza justamente na primeira frase. Em (1) **algo** é introduzido no contexto discursivo, o qual, em (2), é retomado discursivamente como **objeto** de uma predicação. A diferença é, portanto, semântica, e não ontológica. A referência a um objeto requer, como reza a ortodoxia, que se tenha algum critério de identidade para o objeto referido. Esse princípio não está sendo aqui questionado. Porém, o critério tem de ser aplicado a algo tomado

como objeto, o que exige que esse algo já tenha sido introduzido no discurso independentemente da aplicação do critério, pois, do contrário, cair-se-ia numa cadeia de retomadas sem fim.

Essa distinção semântica pode ser desdobrada de forma a dar conta também do modo como o que é dito aplica-se àquilo de que se diz. Trata-se, agora, de pensar não mais o nexos entre o termo e o objeto, mas o nexos predicativo entre os termos que compõem a proposição. Para isso, vou retomar duas distinções ambíguas, comumente tratadas conjuntamente. A primeira, diz respeito à distinção entre *modos de existência* (ser e ente, existir e subsistir, etc.); a segunda, à distinção entre *modos de predicação* (exemplificação, determinação, inclusão, etc.). Aquela está ligada à teoria dos objetos de A. Meinong (e mais remotamente à teoria dos incorpóreos dos estoicos antigos); ao passo que esta última foi proposta por *E. Mally*. A aludida ambiguidade dessas distinções está em que ora elas são pensadas como semânticas, ora como ontológicas, gerando-se daí uma confusão acerca do real importe teórico das mesmas. Cabe dizer que não farei aqui uma *reconstrução das teorias que estão por detrás dessas distinções*, pois o objetivo é tão somente questionar o uso delas na teoria descritiva do conteúdo semântico sentencial, a partir do que já foi desenvolvido.

A posição de Quine, tal como é exposta nos textos “Sobre o que há” e “Existência e quantificação” (QUINE, 1980), baseada na teoria das descrições de Russell, estabelece-se em franca contraposição à necessidade dessas distinções, sobretudo porque elas seriam a base para duas teses: primeira, que existir se diz de vários modos; segunda, que o nexos da predicação tem vários sentidos. Teses estas que, de certo modo, ecoam as distinções propostas por Twardowski, Meinong e Mally. As preferências de Quine são claras e explícitas: não é necessário postular vários modos de existência, e nem vários modos de articulação predicativa. Opções que estão fixadas na sua notação canônica. Quine argumenta que a postulação de múltiplos modos de existência e de múltiplos modos de predicação implica a aceitação de objetos para os quais não haveria critérios de identidade e diferença bem definidos (QUINE, 1980, p. 218-219), o que produz uma inflação descontrolada de entidades. O diagnóstico do problema é “**a confusão entre significar e**

Esta distinção reflete a distinção de A. Meinong entre *sein* e *sosein*. A primeira distinção foi proposta por A. MEINONG na obra *Über Gegenstandstheorie* (1904), e a segunda por E. MALLY, como uma reformulação da primeira, na obra *Gegenstandstheoretische Grundlagen der Logik und Logistik* (1912).

Este trabalho foi feito extensivamente por R. ROUTLEY em *Exploring Meinong's jungle and beyond* (1980); e também por J. N. FINDLAY em *Meinong's theory of objects and values* (1963).

nomear”. Para dissolver essa confusão, é suficiente utilizar o aparato de descrição semântica da teoria das descrições definidas de B. Russell, o qual permite o uso de termos singulares e termos gerais em sentenças com conteúdo semântico determinado, sem que se tenha de pressupor haver entidades que esses termos nomeariam (QUINE, 1980, p. 224).

A distinção entre subsistir e existir – enquanto dois conceitos diferentes relativos à existência de objetos – foi caracterizada por A. Meinong como necessária para explicar o conteúdo de nossos juízos: para algo ser um objeto de conhecimento não seria necessário que ele existisse (MEINONG, 1904, p. 7-9). Embora todo ato judicativo tenha um objeto como correlato, esse objeto nem sempre é existente. “Subsistência” e “Existência”, então, seriam dois predicados aplicáveis a qualquer item tomado como objeto (MEINONG, 1904; RAPAPORT, 1978, p. 155) de discurso. Enquanto tal, os objetos seriam *ausserseiend*, isto é, exteriores à questão de ser ou existir. Explicitamente, trata-se de dois modos de ser: subsistir (*Bestehen*) e existir (*Existieren*) (MEINONG, 1904, p. 39, 71). Essa distinção é claramente ontológica, mas é utilizada para explicar as propriedades semânticas dos termos: o significado (*Bedeutung*) de toda frase nominal ou sentença é um objeto (*Gegenstand*) (MEINONG, 1904, p. 24-29, 68), o que permite que se atribua “referentes” mesmo para aquelas expressões que nomeiam entidade inexistentes (RAPAPORT, 1978, p. 156). A diferenciação entre vários modos de ser permitia a Meinong operar com um único modo de predicação, ao mesmo tempo em que simplificava a análise semântica das expressões em posição de termo singular.

A distinção sugerida por E. Mally, entre dois modos de predicação, visa sobretudo tornar mais flexível a teoria de Meinong e ao mesmo tempo evitar os paradoxos a que ela conduziu. De modo abreviado, a sua solução consiste em diferenciar dois modos pelos quais um termo geral é dito de um termo singular: entre o predicado “ser satisfeito” (*erfüllen*) e o predicado “determinar” (*determiniren, konstituiren*) um objeto. Essa distinção é exposta por **Ed. Zalta** como se tratando de uma distinção entre dois modos (ontológicos) de relacionamento entre objetos e propriedades:

• Abstract objects, 1983.
 • “He distinguished two
 • relationships which relate
 • objects to their properties.
 • On Mally’s view, properties
 • can determine objects
 • which do not in turn
 • satisfy the properties”
 • (ZALTA, 1983). A mesma
 • distinção é utilizada por W.
 • J. Rapaport, que distingue
 • entre uma propriedade
 • “constituir” um objeto e um
 • objeto “exemplificar” uma
 • propriedade (1978, p. 167).

[...] entre *exemplificar e codificar* uma propriedade. Esta distinção é entre dois tipos fundamentais de predicação, e é formalmente representada na teoria como a distinção entre as fórmulas atômicas “Fx” (“x exemplifica F”) e “xF” (“x codifica F”). [...] Mally informalmente introduziu o conceito de “x F codifica (determiniert F / konstituiert x)” como um novo modo de predicação que é mais apropriado para a análise lógica das sentenças e outras ficções sobre objetos abstratos. (ZALTA, 1998, p. 1-2).

Essa leitura torna possível que ambas as distinções sejam aglutinadas. Ainda que a relação de satisfação implique a existência do objeto de que se está a predicar, a relação de determinação não o exige. Desse modo, podem-se distinguir dois tipos de objetos, os que “subsistem” e os que “existem”, aos quais correspondem os dois tipos de nexos predicativos. Dado um termo designador, ele sempre designa um objeto, que pode existir ou não. Tal distinção é o correlato ontológico da distinção entre os dois modos de predicação. Isso permite distinguir, por exemplo, entre objetos concretos, os quais “exemplificam” ou “satisfazem predicados”, e objetos abstratos e fictícios, os quais seriam “constituídos” pelos predicados, uma vez que esses predicados os “determinariam” como tal e tal.

O que importa para a discussão ora em curso é que este aparato é pensado como necessário para a explicitação do conteúdo semântico das sentenças sobre objetos não existentes, e também para os atos de pensamento com conteúdo objetivo. O procedimento de distinguir entre ser e existência possibilita uma descrição do funcionamento das sentenças com expressões que nomeiam ou aplicam-se a objetos inexistentes, sem que tais sentenças tenham de ser descritas como anômalas semanticamente. Dizer algo de algo não implica afirmar a existência daquilo acerca do que é dito alguma coisa, mas tão somente a suposição de que se trata de um *ser subsistente*. Pode-se falar de algo, a partir de seu ser ou tipo, e negar-lhe a existência:

Isto permitiria desenvolver uma “Metafísica livre de existência”, em conjunto com uma semântica não existencial, no sentido de que a quantificação seria atribuição de número ao “ser” da coisa, e não atribuição de “existência”, de tal modo que a dizibilidade e a significatividade suporiam apenas o “ser”, não o “existir” (RAPPAPORT, 1978).

muitas frases cujos sujeitos não se referem a entidades, por exemplo, “O quadrado redondo não existe”, “Primocarlot é primo”, são significativas. Além disso, o significado de sentenças cujos sujeitos são sobre (ou pretendem ser aproximadamente) itens singulares é independente da existência, ou possibilidade, dos itens sobre os quais elas são. (ROUTLEY, 1980, p. 14).

Note-se que a diferenciação entre modos de existir e modos de predicação pode ser traduzida para o aparato semântico de Frege. Com efeito, a partir da semântica de Frege, podem-se distinguir quatro sentidos diferentes da predicação ou cópula (HAAPARANTA, 1986, p. 157): (1) “identidade” ($a = b$); (2) “predicação” ($P(a)$), ou “determinação”; (3) “quantificação existencial” (Existe um x tal que x é G) (Existe pelo menos um ser humano); (4) “inclusão de classe” (Um cavalo é um animal vertebrado). Além disso, pode-se dizer que, em Frege, as expressões “existe” e “é” têm duas leituras, conforme se apliquem a um objeto ou a um conceito: como conceito de primeira ordem vazio e como conceito de segunda ordem. O primeiro tem o sentido de um enunciado metalinguístico em que se diz de um nome que ele tem referência, o segundo diz de um conceito que ele é instanciado.

A pergunta que se põe é quanto à necessidade dessas distinções para a explicitação do conteúdo semântico (se elas são necessárias para uma teoria ontológica é outra questão). A essa pergunta a resposta padrão (Russell, Quine) é que tais distinções não apenas não são necessárias como são enganadoras. No que concerne à distinção entre dois tipos de relação entre propriedades e objetos, enquanto ela é utilizada para diferenciar dois tipos de objetos, pode-se responder conforme a objeção de R. B. Marcus: a simples agregação de propriedades não pode ser considerada como equivalente a um objeto. E, por outro lado, como a teoria das descrições de Russell permite **dizer** tudo o que se quer sobre entidades fictícias e *possibilias* sem que **haja** tais entidades (MARCUS, 1993, p. 197), não há por que introduzir dois modos de existência:

Quando um enunciado de ser ou não ser é analisado segundo a teoria das descrições de Russell, deixa de conter qualquer expressão que até mesmo pretenda nomear a suposta entidade cujo ser está em questão, de modo que não se pode mais conceber que a significatividade do enunciado pressuponha haver tal entidade. (MARCUS, 1993, p. 221).

Estas objeções sem dúvida são plausíveis, mas têm um preço: a unidimensionalização da forma semântica das sentenças, sugerindo ou até obrigando a redução à forma canônica de primeira ordem, reduzindo todo discurso significativo ao discurso sobre

coisas concretas e particulares. Mas, além disso, seria necessária, ainda, a transferência da explanação de propriedades semânticas de certos tipos de sentença para o âmbito da pragmática. Por isso, em vez de retomar este caminho prosseguirei com a tese de que uma expressão tem seu conteúdo semântico constituído pelos nexos referenciais e inferenciais, tese esta que aplicada a esse problema, permite interpretar aquelas distinções como sendo relativas ao modo de introdução de um termo designador no discurso. Os dois modos de predicação, e os tipos de objetos correlatos, tornam-se então dois modos de tornar um objeto disponível para retomadas anafóricas, isto é, de dotar de conteúdo um signo de objeto. Enquanto noções pertinentes ao aparato de descrição do conteúdo sentencial, tais noções podem ser reformuladas sem que para isso seja necessário abandonar o âmbito da semântica.

Admitida essa interpretação daquelas distinções, podemos falar de uma diferença entre objeto de discurso (*Objekt*) e entidade (*Gegenstand*), entre **objetividade** e **entidade**, sem que isso implique uma assunção ontológica, mas sim uma diferenciação semântica. Pois um objeto fictício e um objeto real – do ponto de vista das suas propriedades e do ponto de vista inferencial – têm a mesma objetividade, não obstante as diferenças; ambos podem ser retomados anafóricamente sem prejuízo semântico. Considere-se o seguinte contexto:

Airton foi um exímio cavaleiro. Todavia, ele jamais conseguiu montar Pégaso e Hilda Furacão. Por não ter montado estes dois cavalos ele desistiu da equitação.

A expressão “estes dois cavalos” não diferencia Pégaso de Hilda Furacão, embora um seja uma quimera mitológica e o outro um ser concreto, apenas difícil de montar. Para Airton, ambos não se deixaram montar, mas por causas bem diferentes. Para a descrição semântica dessa expressão, todavia, conta apenas o nexos anafórico. Quer isso dizer que “estes”, nessa frase, designa e não designa? Quer isso dizer que essa expressão é semanticamente anômala? Penso que a resposta adequada é “não”, pois ela cumpre inteira e

adequadamente sua função retomando a contribuição semântica dos nomes “Pégaso” e “Hilda Furacão”. Então, o problema seria ontológico, relativo a uma diferença do ser daquilo que é designado pelos termos “Pégaso” e “Hilda Furacão”?

A resposta adequada é a negativa, uma vez que nada na frase indica essa diferença ontológica, embora saiba-se que há uma diferença ontológica atuando ali. O problema é semântico e resolvido na descrição do conteúdo da sentença através da reativação dos nexos inferenciais que constituem essas duas expressões como expressões da linguagem, isto é, como significativas. Considere-se este outro contexto:

(i) João pensa que os homens e os cavalos descendem dos centauros. Estes teriam desaparecido no momento em que os homens e os cavalos se separaram. Estes, portanto, um dia já foram um e o mesmo ser, o qual se dividiu, o que explicaria a fascinação dos homens pelos cavalos.

Outra vez a expressão “Estes” não distingue entre objetos concretos e objetos inexistentes. Embora do ponto de vista de sua existência ou materialidade, isto é, do ponto de vista referencial, cavalos e centauros sejam absolutamente diferentes, o que se mostra no fato de ser possível utilizar um dêitico para introduzir um exemplar cavalo no discurso e não o ser para um centauro; noutras palavras, um particular ente cavalo pode estar na relação que fornece o ponto de referência para o início de uma cadeia anafórica, o mesmo não sendo possível para um centauro. Na primeira ocorrência a expressão “Estes” retoma ou repõe o conteúdo semântico codificado por “centauros”; na segunda ocorrência essa expressão retoma ou repõe o conteúdo semântico posto por “cavalos” e “homens”. Nenhuma anomalia há aqui, por conseguinte. A função semântica da expressão é idêntica nas duas ocorrências; a diferença de conteúdo resulta da diferença do modo pelo qual as expressões “centauros”, “cavalos” e “homens” foram introduzidas na linguagem. Mas isso depende das relações inferenciais desse contexto com outras sentenças da linguagem em questão e da situação de introdução e de proferimento.

Considere-se ainda:

- (ii) Este é Sócrates. Sócrates foi o cavalo vencedor do grande prêmio de 1997 no Campestre da Água Negra. Ele é descendente direto da tricampeã Hilda Furacão.
- (iii) Pégaso é um ser mitológico. Ele aparece nos mitos X11 e Y3R, datados como pertencentes ao século XII a.C. A descrição mais completa de Pégaso aparece no texto anônimo JGL234.1007 da Biblioteca do Vaticano.

Os dois contextos introduzem dois objetos, Sócrates e Pégaso, disponibilizando-os para as retomadas anafóricas. Cada um é introduzido por meio de um dispositivo semântico diferente, isto é, uma função semântica codificada por uma expressão, e é essa diferença que determina que as propriedades semântico-inferenciais dos contextos em que eles são designados sejam diferentes. Isso mostra que um objeto de discurso *se diz* de dois modos, conforme a sua introdução, seja por anáfora ou por dêixis, e que é esse fato que importa na descrição semântica.

Essa distinção é suficiente e resolve os problemas para os quais as distinções entre tipos de objetos (existentes e inexistentes, concretos e intencionais), tipos de existência (ser, existir, subsistir) e entre tipos de predicação (instanciar, determinar, incluir) foram concebidas. A distinção entre ser e existir recai na distinção entre dois modos de introdução no discurso. **Para aqueles objetos que conduzem a um termo referencial ou dêitico reserva-se o atributo “existente”, para aqueles que o foram por um termo anafórico reserva-se o atributo “objeto”. Se essas distinções também têm de ser retomadas em uma teoria ontológica é uma outra questão. O que importa é que não se confunda os conceitos introduzidos para dar conta da descrição semântico-gramatical com conceitos e categorias da análise ontológica.**

As duas formas de predicação também podem ser recuperadas na medida em que forem pensadas como relativas aonexo semântico referencial/inferencial. Em conformidade com a distinção, um objeto pode ser pensado como (1) **algo que exemplifica os predi-**

cados que podem ser verdadeiramente atribuídos a ele; ou como (2) **algo que se determina pelo conjunto de predicados** que são postos em consubstanciação. Trata-se, obviamente, de duas caracterizações de objetos semânticos, isto é, de objetos ditos. Seguindo a tradição, denominemos esses objetos de discurso como “concretos” e “abstratos”, respectivamente. Considerem-se, nesse sentido, as seguintes análises do nexu predicativo respectivo:

1. Os equinos são mamíferos e vertebrados:
(Equino (x) = MV(x)).
2. Os centauros são humanos e equinos:
(HE(x) = Centauro (x)).

Em (2) a conjunção dos predicados “humano” e “equino” **determina** o que são os centauros, estabelecendo a condição para que algo possa ser identificado como um centauro, e permitindo assim que estes sejam objetos de discurso, embora não haja tais entidades. Nesse caso, as cadeias anafóricas sempre retrocedem a essa conjunção que **determina** o conteúdo das retomadas posteriores. Em (1), porém, a conjunção de “mamífero” e “vertebrado” é exemplificada pelos equinos, no sentido de que a introdução do objeto tipo “**equino**” no discurso pode ser feita sem que esteja estabelecido ou se saiba que esses predicados sejam verdadeiros acerca desse objeto. Nesse caso, as cadeias anafóricas de “Os equinos” podem retroceder até um ponto em que tais predicados são **atribuídos** a um objeto particular anteriormente e independentemente introduzido no discurso, por exemplo, por uma asserção do tipo “Este e aquele animal são ambos equinos”. Note-se que, amiúde nas fronteiras do uso da linguagem, expressões que são termos no segundo sentido tornam-se termos no primeiro sentido, e vice-versa. Além disso, a diferença não está explícita naquelas sentenças, senão para quem conhece o resultado de retroceder nas cadeias anafóricas.

Resumindo o alcançado até aqui, a tese defendida parte da independência entre significar e existir, e entre ser significativo e significar uma entidade, alcançando a dispensabilidade de distinções extrassemânticas – sejam pragmático-psicológicas,

sejam ontológicas – na descrição do conteúdo semântico sentencial. Por isso, a relação que constitui a significatividade é externa, isto é, não é intrínseca nem a expressão nem a coisa. Desse modo, o nexó semântico entre a expressão e o objeto (mesmo não estando fundado na natureza interna dos itens anexados), até mesmo na relação de referência (embora haja ali uma dependência que vai do existir da coisa para a significatividade da expressão) possui uma autonomia em relação à existência, pois ambos – objeto e expressão - podem ser o que são, mesmo que o outro não exista. Essa tese foi defendida explicitamente por J. Poincaré no século XVII, com o mote “basta que algo seja signo virtualmente para que possa significar efetivamente” (POINCARÉ, 1985, p. 126). Em termos mais técnicos:

Um signo é uma causa objetiva, não a principal, mas uma causa substituta, [...] representando de fora aquilo que representa, [...] uma causa formal extrínseca que não causa a existência, mas a especificação. [...] A especificação pertence à ordem de uma causa formal extrínseca. [...] o movimento relativo ao ato de ser e à existência está fora da ordem de especificação. (POINCARÉ, 1985, p. 166, 177-178, 195).

E, inversamente, por conseguinte, não é necessário que um objeto seja existente para ser objeto de discurso ou pensamento. A diferença entre “objeto” e “(exist)ente” revela-se como uma distinção semântica, portanto. Dizer algo acerca de algo não implica a existência daquilo acerca de que é dito alguma coisa. A “dizibilidade” supõe a objetividade, a “determinidade”, mas não a existência. Os ditos objetos não existentes são exatamente isso, não entidades, embora sejam objeto de discurso. Do mesmo modo, os objetos fictícios, impossíveis, etc. Sem o discurso, sem uma linguagem ou outra forma de apresentação, não haveria como se ter consciência deles; dito de modo exato, eles não existiriam. Por consequência, que eles apenas podem receber alguma qualificação ou predicação verdadeira na medida em que se diferenciarem dos objetos existentes (entidades), os quais, por definição, não dependem do discurso e dos modos de apresentação para que se tenha acesso a eles.

Por conseguinte, não é necessário distinguir, *em semântica*, diferentes modos de existência. A distinção entre modos de predicação seria suficiente e estaria mais de acordo com a distinção

que realmente se faz necessária, a saber, entre diferentes modos de significação. A introdução de um objeto intencional para dar conta das atitudes de pensamento sobre o inexistente é necessária apenas se o pensamento for isolado da linguagem. Do contrário, é possível se pensar e se dizer o inexistente sem que para isso seja necessário nada mais além do que expressões significativas. A descrição semântica de sentenças com expressões sem referente, por conseguinte, não precisa atribuir um referente especial a tais expressões para determinar as suas propriedades lógico-semânticas, pois, para isso, basta a determinação dos nexos anafórico-inferenciais dessa expressão com as demais expressões da linguagem e com a situação de proferimento.

5.2 EFETIVO, OBJETIVO E SUBJETIVO

Até aqui exploramos a diferença entre as noções de *objetividade* e *entidade*. Embora esta seja uma distinção metodológica cujo objetivo principal é o de livrar o questionamento ontológico de falsos problemas, ela tem origem na tese de E. Mally, a saber, que “**todo objeto é algo, mas nem todo algo é.**” Esse modo de pensar não é estranho aos hábitos linguísticos brasileiros, pois dizemos, muitas vezes sem pensar, que “pensamos em algo que não existe”, ou ainda, que “falamos de algo bem definido, mas que infelizmente não pode ser realizado”. Esse jeito de falar pode ser esclarecido com a distinção entre **objetividade** e **entidade**, pois, como vimos, nem todo objeto é uma entidade. Agora, uma reflexão sobre aqueles objetos que não são e não podem ser entidades pode esclarecer a própria noção de entidade. Pois, como afirmou Apostel, “O filósofo tem de explicar **por que é necessário estudar o que não é para compreender o que é e como é possível compreender o que é por meio do estudo do que não é.**” (APOSTEL, 1964). Os objetos que não são e não podem ser entidades serão a seguir denominados “objetos puros”, conforme a teorização de Millan-Puelles (1990). Essa expressão indica a diferença entre dois tipos de objetividades, aquelas que têm um correlato ôntico e aquelas que são meros objetos. Esse tipo de objeto tem sido denominado com várias expressões enganosas, como “entidades de razão”, “entidades inexistentes”, “entidades fictícias”, “entidades de pensamento”. O problema

“Jeder Gegenstand ist etwas,
aber nicht jedes Etwas ist”
(Mally).

com essas expressões é que elas empregam a expressão “entidade” ali onde não há nenhuma, além de juntarem objetividades diferentes na mesma classificação.

Essas são considerações metódicas e distinções formais sem considerar os conteúdos, o de que se fala e pensa, que é aquilo que realmente importa e nos mobiliza. Ora, o que importa para nós é a realidade e os diferentes modos pelos quais ela se apresenta. “Realidade” e “Real” são palavras equívocas e também podem ser eliminadas ou regimentadas por meio de uma análise lógico-semântica. Entretanto, no seu uso genérico, aqui adotado, a palavra “realidade” indica tudo aquilo que é, foi, ou pode vir a ser objeto de atenção e investigação, isto é, para uma consciência senciente falante, a realidade consiste na dimensão de “objetividades” por ela visadas, constituídas e ditas objetivamente. Todavia, a realidade objetiva é uma só? Há graus ou níveis de realidade? Há diferentes realidades para diferentes observadores? **Seguindo Brentano e Frege, diremos que a realidade que nos toca é apenas uma objetivação do real.**

Considerem-se os seguintes enunciados proferidos com verdade numa situação real de um passeio no horto florestal do Córrego Grande:

1. A pedra é aquecida pelo sol;
2. O lagarto está sobre a pedra;
3. Ao ver o lagarto Maria sentiu medo;
4. A palavra “lagarto” é um substantivo masculino e não é o sujeito lógico de (3).

Cada um desses enunciados pode estar referindo-se a um objeto e ou fato na situação de proferimento. A situação poderia ser objetivada de modo a fazer ressaltar objetos usando-se diferentes visadas e perspectivas de objetivação:

- (i) Objetos independentes: a pedra, o sol, o lagarto, o falante, a palavra;
- (ii) Objetos dependentes (propriedades e relações): o aquecimento da pedra, o “estar sobre” do lagarto em relação à pedra, a visão do lagarto, o medo de Maria, o sujeito lógico de (3).

Todos esses itens podem ser **objeto** de investigação e discurso; podemos falar objetivamente em relação a eles e asserir sentenças que seriam ou verdadeiras ou falsas, passíveis de adjudicação pública. Todavia, do fato de que todos eles sejam objetos *bona fide* não se segue que eles sejam entidades do mesmo tipo ontológico e que sejam independentes ou realidades em si e por si mesmas. Apenas uma investigação cuidadosa pode esclarecer a natureza desses objetos, se é que são objetos. Considere-se o caso de uma moeda de dez centavos, feita de **uma liga de aço e bronze**, e uma de um centavo, feita de **aço revestido de cobre**.

Esses objetos são metálicos e têm propriedades típicas dos metais. Mas eles também têm a propriedade de serem **moedas do sistema monetário brasileiro**. Essa propriedade, porém, é intencional, pois depende da existência de entidades conscientes e linguísticas que constituem essas entidades, os objetos de metal com essas características, como **dinheiro**, isto é, como 10 centavos e 1 centavo, respectivamente. Os objetos {R\$ 0,10} e {R\$ 0,01} são propriedades intencionais das entidades que podem ser identificadas como peças de metal com tal formato e tais marcas em relevo. Todavia, esses objetos são autônomos no sentido de serem independentes dessas bases metálicas particulares, pois esses mesmos centavos podem ser **transferidos** para a conta de alguém na forma de dígitos, ou para a forma de papel, etc.

O ponto a ser percebido está no fato de que nem quanto à existência nem quanto à identidade o objeto {dez centavos} depende da entidade metálica que o instancia em determinado momento e lugar, pois pode-se **trocar** de suporte. Se Cato tem um real em dez moedas de dez centavos, ele pode preservar o seu dinheiro trocando os seus cobs por uma nota de papel; se as moedas forem



logo a seguir derretidas, como faz o Banco Central quando retira moedas de circulação, isso não afeta o dinheiro de Cato.

Frege sugeriu uma repartição dos enunciados referenciais a partir do **modo como** eles podem ser determinados como verdadeiros ou como falsos: enunciados subjetivos, se eles dependem das representações e estados da consciência particulares ao falante; “objetivos”, se eles podem ter um valor de verdade independentemente do falante. Por sua vez, objetivos “efetivos”, se a verificação for baseada em alguma experiência (relação causal-energética), e objetivos “não efetivos”, caso a verificação seja lógico-formal. A partir desses tipos de enunciados, poder-se-ia falar dos seus referentes como tipos de “objetos reais”: objetos efetivos, objetos não efetivos, estados subjetivos. A realidade efetiva seria a dimensão do experienciável e da causalidade, da matéria-energia espaço-temporal; a realidade subjetiva, a dimensão da consciência, das sensações e dos sentimentos; e a realidade ideal à dimensão do formal ou lógico. Respectivamente, no exemplo das moedas: o pedaço de metal, a percepção e o interesse de Cato, e o valor monetário. Dito grosseiramente, teríamos três domínios, o Físico (químico, biológico); o Psicológico; e o Lógico-Matemático. Esses domínios esgotariam a realidade a que podemos nos referir de modo determinado através de nossos enunciados e atos conscientes, isto é, com enunciados e pensamentos que podem ser verdadeiros ou falsos intersubjetivamente. Note-se que no âmbito subjetivo a verdade ou a falsidade dependem inteiramente do enunciador. Além disso, cabe notar também que para Frege os discursos de ficção e imaginação (literatura, poesia, mitologia, etc.) não são nem verdadeiros nem falsos, justamente porque a eles falta o referente, ou, dito de maneira técnica, as suas expressões referenciais são *pseudos*, ou fingidas. Outra maneira de fazer essa distinção é utilizando o conceito de tempo. Claramente, Frege considerou as realidades subjetivas e efetivas como temporais, enquanto que as formais eram para ele atemporais.

O pensamento ocidental sempre esteve embaraçado com a distinção desses âmbitos ou modos de ser. Ao menos desde Platão essas distinções sempre estiveram aí. Desde Descartes, Kant, Schelling, faz-se a distinção entre coisas da realidade física-causal e as coisas

do espírito, entre o domínio da causalidade (ciências da natureza) e o domínio da consciência (ciências do espírito). Frege segue essa tradição, todavia modifica o fundamento dessas distinções. Com efeito, para ele tais distinções e tipificações referem-se aos **tipos de enunciados** e ao modo como eles podem ser determinados como verdadeiros ou falsos. Da análise desses enunciados é que se depreendem os tipos de conceitos e de objetos. Portanto, não se trata de distinções metafísicas, mas antes de distinções conceituais alcançadas por meio da análise dos nossos enunciados significativos.

Na verdade, Frege sugeriu que os objetos se subdividem em **efetivos e não efetivos**. O plano subjetivo, propriamente falando, não é de objetos, mas de estados da consciência. Além disso, o que ele denominou ora objetos formais ou lógicos, ora realidade objetiva não efetiva pode ser enquadrado como simbólico, como dependente da forma lógica dos enunciados. Assim, teríamos três domínios derivados da forma de acesso (modo de dar-se). Enunciados verificados por introspecção (autoconsciência), enunciados verificados por experiência sensível-causal, e enunciados verificados por análise lógico-gramatical, respectivamente os enunciados (3), (1) e (4) do exemplo acima. A independência em relação aos observadores (consciência, discurso) e a possibilidade de ser apreendido como o mesmo por diferentes observadores seria a característica do *objetivo* para Frege. A característica do *subjetivo* é a singularidade e a completa dependência em relação ao observador-sujeito, não podendo ser compartilhado por mais nenhum outro sujeito. O objetivo *efetivo* é aquilo que faz efeitos ou sofre efeitos, aquilo que se dá por meio da experiência sensível-causal espaçotemporal; o objetivo *não efetivo*, ou formal, não seria nem subjetivo nem efetivo, sendo apenas comunicável e apreensível como o mesmo por diferentes sujeitos.

Todavia, essas considerações somente têm sentido no contexto da distinção entre objeto e conceito – e entre conceito de primeiro nível e conceito de nível superior –, bem como entre conceito e propriedade. Pois o ponto de Frege é que **não é qualquer objeto que pode ter qualquer propriedade e estar em qualquer relação**; ou seja, dado um objeto, não é qualquer conceito que pode ser predicado dele. Assim, dos lagartos **faz sentido** predicar a cor

verde, embora em alguns casos isso produza um enunciado falso. Agora, do número dois não faz sentido predicar esta ou aquela cor. Por outro lado, de um lagarto faz sentido dizer que ele foi visto por duas pessoas, mas não faz sentido dizer que duas pessoas sentiram o mesmo medo. Portanto, o que está em questão nessas distinções é a distinção de **categorias** de objetos e conceitos. E essa distinção é feita sempre com base na “predicabilidade” ou não de um conceito, na possibilidade **lógica** de aplicar um conceito.

A questão ontológica não está propriamente em reconhecer esses âmbitos, mas sim no modo como eles são pensados em suas interações. No modelo de Descartes, herança da teologia cristão-platônica, por exemplo, o físico e o espiritual eram duas substâncias independentes uma da outra. E o subjetivo era o plano da intersecção entre as duas. Essa teoria é conhecida como a tese do dualismo corpo–alma, ou corpo–mente.

Atualmente, tem ganhado adeptos uma teoria ontológica interacionista e estratificada dos diferentes planos de realidade. Retomando o exemplo inicial, pode-se dizer que a realidade do lagarto, o plano biológico, é um desdobramento da realidade da pedra e da luz solar, do mesmo modo que a imagem na mente do leitor, a sua exclamação “Ai!” e o seu medo seriam desdobramentos do biológico. Embora pareça haver uma independência dos fatos indicados por aqueles quatro enunciados, haveria uma relação de dependência ontológica descendente de (4) até (1), o que poderia sugerir a redução dos níveis superiores aos inferiores, a cada degrau surgindo propriedades novas não encontráveis no degrau inferior, de tal modo que os degraus superiores seriam ontologicamente autônomos, no sentido de os conceitos instanciados nesses níveis não serem redutíveis aos conceitos instanciados nos níveis inferiores. Por exemplo, no plano físico atuam **forças** que interagem espaço-temporalmente sob um certo padrão, o da conservação da energia; no plano subjetivo (e social), entretanto, embora tudo o que aí ocorra dependa das forças físicas, dão-se relações, capacidades e propriedades que não se explicam em termos de interação de forças físicas e que também não seguem o padrão observado nesse âmbito. Além disso, no plano simbólico-formal,

seriam possíveis relações, propriedades e estruturas impossíveis no plano físico-químico-biológico e no plano sócio-psicológico.

Desse modo, a pedra, o lagarto, Maria e a frase, são objetos ontologicamente distintos, visto exemplificarem conceitos e categorias irreduzíveis entre si. Dito de outra maneira, há conceitos aplicáveis à Maria que não fazem sentido em relação à pedra e ao lagarto, e há propriedades da frase e de Maria que não podem ser realizadas no lagarto e na pedra. Se isso é feito, ocorre uma quebra de sentido, como na frase “A pedra sentiu medo do lagarto”. Quando isso se dá, estamos diante de objetos **categorialmente** distintos. Embora haja relações de dependência ôntico-causal entre os objetos citados, eles são ontologicamente distintos. Os seus *tipos* ou *categorias* são diferentes. Do ponto de vista inaugurado por Frege, a tarefa de uma investigação ontológica seria esta: a de distinguir e esclarecer as diferentes categorias de objetos e conceitos, o que deveria ser feito a partir da análise dos nossos enunciados ou sentenças significativas quanto às suas condições de sentido e de verdade. O sentido das nossas frases, porém, não é sempre o mesmo. Certas frases fazem sentido no plano subjetivo de doação, do sentir e das afecções; outras frases fazem sentido com base no plano efetivo e agentivo de doação, das interações causais e do agir; já outras, fundam-se plano formal de doação da própria linguagem, do dizer e do calcular.

Todavia, o mundo humano, a realidade urgente da nossa vida, constitui-se dessas dimensões, não apenas no sentido de ser assim objetivada, pois o que nelas se apresenta dirige nossos pensamentos e ações. O domínio do imaginário, do fictício, do abstrato, do formal, enfim, o domínio dos objetos intencionais, tem para nós tanta ou mais realidade quanto uma pedra ou uma descarga elétrica. Nos próximos capítulos exploramos alguns aspectos ontológicos dessa realidade.

LEITURAS SUGERIDAS

Para uma compreensão da teoria dos objetos intencionais, sugere-se a leitura dos textos de Kasimir Twardowski, “Para a doutrina do conteúdo e do objeto das representações”, e de Alexius Meinong, “Sobre a teoria do objeto”, publicados em *Três aberturas em Ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*. (BRAIDA, C. R. (org., trad.). Florianópolis: Nephelibata, 2005.). Para a crítica desse conceito, os textos de Bertrand Russell, “Sobre a denotação” (*Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979), e de W. Quine, “Sobre o que há” (*Os Pensadores*, São Paulo: Abril, 1998), fornecem os elementos básicos.

REFLITA SOBRE

- O fato de usarmos expressões referenciais como nomes, demonstrativos e descrições definidas para falar de coisas nas quais e sobre as quais pensamos. O que está implicado nessa atividade e qual o “ser” dessas coisas em que pensamentos e das quais falamos?

■ CAPÍTULO 6 ■

NOÇÕES DE ONTOLOGIA DA REALIDADE SOCIAL

Neste capítulo, expomos alguns conceitos e distinções relativos à abordagem ontológica de fenômenos sociais. O objetivo é exemplificar a aplicação dos conceitos ontológicos já desenvolvidos na compreensão da sociabilidade, na medida em que a dimensão da existência social seja compreendida como autônoma em relação aos fatos e fenômenos biológicos e físicos. A abordagem ontológica da realidade social, em geral, permanece implícita e não tematizada, o que não significa que os diferentes discursos sobre a sociabilidade não contenham suposições e consequências no que se refere a posições em ontologia.

6. NOÇÕES DE ONTOLOGIA DA REALIDADE SOCIAL

A vida humana constitui-se como uma existência social e política. Usamos no dia a dia diferentes conceitos e expressões que se referem a objetos e entidades sociais. Um Estado, uma Constituição, um Tribunal, um Parlamento, ou mesmo uma simples Aula de filosofia, são exemplos desse tipo de coisa. Em geral, somos educados para ser políticos e reconhecer as outras pessoas como seres políticos. Todavia, não é claro o que se quer dizer com a expressão “objeto social”, “**entidade política**”.

Entidade Política

termo usado para referir-se a um partido, a uma lei ou a um costume

Filosofia Social

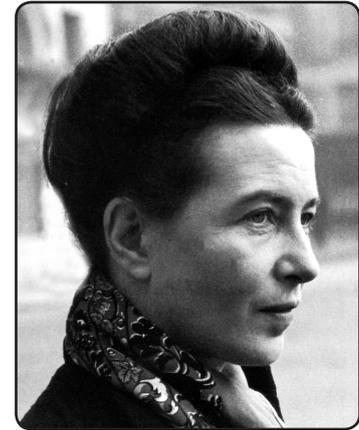
A Filosofia Social se ocupa de questões referentes ao significado e à essência da sociedade, considerando sua trajetória, suas mudanças e tendências, bem como as relações entre o indivíduo e a comunidade e as estruturas de convivência. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Filosofia_social

Um exemplo de aplicação dos conceitos ontológicos à realidade social é a teorização do filósofo Lawson. O seu projeto, orientado por uma análise prescritiva baseada na plataforma ontológica da escola da **filosofia social**, denominada Realismo Crítico, caracteriza-se por adotar cinco propriedades que descrevem ontologicamente as realidades sociais. Essas propriedades são: (i) realidades sociais são produzidas em sistemas abertos; (ii) possuem forças ou propriedades emergentes; (iii) são estruturadas; (iv) são internamente relacionadas; e (v) são processos. Note-se que a partir da admissão dessas propriedades, enquanto marcas características da categoria entidade sociopolítica, como constitutivas das realidades sociais, torna-se possível o estabelecimento de critérios de identidade e condições de existência para entidades sociais e políticas.

Fullbrook ilustra essa teoria através de uma comparação rica em consequências para a história da filosofia contemporânea, ao

mostrar os pontos de congruência da teoria de Lawson com a concepção desenvolvida por *Simone de Beauvoir*, na obra *O segundo sexo*, livro que já foi um best-seller da filosofia. O objetivo de Beauvoir é pensar a mulher no contexto de sua realidade, mas sua teorização permite vislumbrar as suas suposições gerais sobre as entidades sociais. O conceito de “sistema aberto” tem como equivalente o caráter histórico defendido por Beauvoir, no sentido de que “a humanidade é mais do que uma mera espécie, ela é o seu desenvolvimento histórico” (BEAUVOIR, 1980). A propriedade de ser uma realidade emergente é ilustrada por Beauvoir ao defender, por exemplo, que “a mulher não é uma realidade completa, mas um vir-a-ser (1980, p. 66), no sentido de que “ninguém nasce, mas antes se torna uma mulher” (1980, p. 295). A característica de ser estruturada pela realidade social equivale, na concepção da pensadora francesa, a ser situado numa estrutura, pois “a mulher é definida como um ser humano em questões de valores num mundo de valores, um mundo no qual é indispensável saber a estrutura social e econômica”. Desse modo, “deve-se estudar a mulher na perspectiva existencial com respeito à sua inteira situação” (1980, p. 83). A propriedade de ser internamente relacionado, uma consequência da estruturação, aparece sob a categoria do “outro”: “Outro é uma categoria fundamental do pensamento humano” (1980, p. 17), visto que “o outro é posto como tal por o (si) mesmo ao definir-se como (si) mesmo” (1980, p. 18). Por fim, a característica da processualidade aparece em Beauvoir no próprio conceito de existência: “um existente não é outra coisa senão o que ele faz” (1980, p. 287).

Esta equiparação entre Lawson e Beauvoir deve ser vista com muitas reservas, pois os dois pensadores teorizam a partir de métodos e concepções filosóficas muito diferentes. No entanto, esse exemplo é suficiente para ilustrar o problema de como pensar em termos ontológicos as realidades sociais, políticas e jurídicas. O que é uma pessoa? O que é uma pessoa jurídica? O que significa dizer que um Estado “decidiu” ou “fez” isso ou aquilo, como costumamos ouvir nos noticiários? Não podemos negar as práticas em relação aos objetos sociais nem o uso bem-

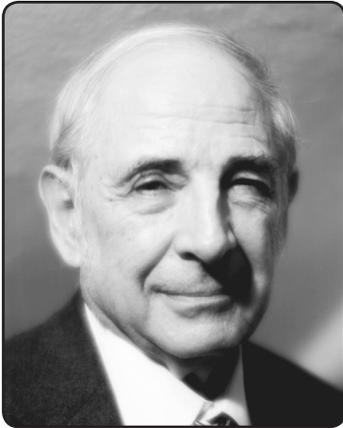


Simone de Beauvoir (1908-1986). Foi uma escritora, filósofa existencialista e feminista francesa. Fonte: <http://marksrichardson.files.wordpress.com/2009/11/simone_de_beauvoir_cartierbresson.jpg>.

O SEGUNDO SEXO

O segundo sexo (*Le deuxième sexe*, em francês) é um livro escrito por Simone de Beauvoir, publicado em 1949 e uma das obras mais celebradas e importantes para o movimento feminista. O pensamento de Beauvoir analisa a situação da mulher na sociedade. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Le_Deuxi%C3%A8me_Sexe>.

sucedido de expressões referenciais que nomeiam as entidades sociais e políticas, mas o sentido dessas práticas e expressões implica alguma categorização ontológica especial? As leis e conceitos usados para explicar as realidades naturais, físicas e biológicas não são suficientes? Muitas pessoas estão preparadas para dizer “não” a esta última pergunta; poucas são capazes de explicitar o significado dessa resposta.



John Searle (1932 -).
Fonte: <<http://socrates.berkeley.edu/~jsearle/photos/index.html>>.

6.1 A ONTOLOGIA SOCIAL DE JOHN SEARLE

Para ilustrar a abordagem ontológica da realidade social, faremos uma exposição das teses principais de *John Searle*. Ele se tornou conhecido por sua teoria dos atos de fala e também por suas teses em filosofia da mente, sobretudo por seu argumento do Quarto Chinês, no qual critica a Inteligência Artificial Forte e a concepção funcionalista da mente. Ele se autodenomina um racionalista biológico, conceito este que perpassa quase toda sua obra mais recente. Aqui apenas exporemos de forma sucinta a teoria da *realidade social*, ou ontologia social, desenvolvida por Searle e apresentada principalmente em seus livros *The Construction of Social Reality* (1995), *Rationality in Action* (2001) e de forma concisa em *Mente, Linguagem e Sociedade* (2000).

Através de uma *ontologia social*, Searle desenvolve a sua *teoria da realidade social*. Essa realidade social seria muito própria e muito particular não apenas por se relacionar diretamente com os *fatos institucionais*, mas principalmente porque através dos sujeitos sociais que criam esses *fatos institucionais* a realidade também se origina das mentes dos indivíduos. A estrutura e a natureza da *realidade social* não são atribuídas aos fenômenos físicos e externos, mas aos fenômenos subjetivos da mente. Searle defende um caráter essencialmente social nos atos de linguagem e na realidade compartilhada pelos indivíduos. Para o filósofo, não há qualquer conflito entre a relação da *realidade social* composta pelas instituições sociais em geral e pela *intencionalidade individual* manifestada nas mentes individuais. Ou seja, não há conflito entre uma *realidade objetiva* e a *subjetividade da mente*, pois há uma ponte que liga a *intencionalidade individual* e a *realidade social*, que é a *intencionalidade coletiva*.

Um dos grandes problemas que Searle expõe não está apenas na simples relação da realidade externa com as mentes individuais, mas na concepção desta *realidade social*, pois esta é concebida pelas mentes individuais. Como podem estas mentes criar um tipo específico de realidade denominada realidade social? Como um conjunto de fenômenos institucionais aceitos coletivamente pode ter uma existência epistemologicamente objetiva? Que fatos fazem com que um *fato institucional*, como o dinheiro, seja considerado da mesma forma que um fato físico ou bruto, como uma pedra, e pensemos que eles tenham uma realidade equivalente? O que faz com que um objeto social como o dinheiro torne-se uma realidade objetiva? O que faz com que o dinheiro seja confundido com outros tipos de objetos naturais, como uma árvore ou uma pedra?

Searle procura desenvolver uma teoria unificada de elucidação e relações da mente e da consciência com a linguagem e a realidade social. Ele defende uma consistência entre uma *filosofia da consciência* e o *âmbito social* através de uma abordagem naturalista, o que significa dizer que a consciência dos indivíduos é um fenômeno natural do cérebro humano enquanto fenômeno biológico. Essa teoria é o que o autor chama de *naturalismo biológico*. A consciência inicialmente é um fenômeno biológico, por serem os estados mentais causados por processos neurobiológicos; a consciência e a intencionalidade, apesar de serem causadas por tais processos, não se reduzem aos processos físicos. Searle explica o caráter biológico da mente, porque quer mostrar que estes fenômenos são de natureza física, em primeira instância; os fenômenos mentais como a consciência e a intencionalidade têm uma parte física em sua estrutura, mas não são redutíveis a esta parte, pois também possuem uma parte de caráter social. Searle também acentua a característica biológica da mente para não cair numa pura metafísica da mente, recusando tanto o dualismo cartesiano quanto o materialismo ingênuo.

Podemos dizer que o objetivo principal de Searle, na questão da realidade social, consiste em mostrar como a realidade objetiva do social emerge a partir da estrutura geral da mente, da linguagem e da sociedade.

6.2 A NATUREZA DA REALIDADE SOCIAL E INSTITUCIONAL

O ponto de partida é o conceito de realidade social epistemologicamente objetiva fundada (constituída) por um conjunto de atitudes ontologicamente subjetivas. Em primeiro lugar, Searle tenta diferenciar a *realidade social* e a *realidade física* através de uma diferença de natureza. Para o autor, a realidade social é uma realidade construída por nós através de *atos institucionais*, e estes atos tornam-se realidade pela aceitação e reconhecimento coletivo dos indivíduos em relação a eles. É necessário fazer as devidas diferenciações entre fatos brutos, fatos sociais e fatos institucionais para esclarecer uma diferença qualitativa, para depois mostrar como a partir destes fatos a *realidade social* se diferencia da realidade física. Num segundo momento apresentaremos o *modelo searliano* da construção da realidade social, modelo este composto basicamente pela *intencionalidade coletiva, atribuição de funções e regras constitutivas*.

O problema específico da ontologia social pode ser apresentado diante de um paradoxo: “como pode haver uma realidade social epistêmica e institucional objetiva, sendo que esta realidade parece ser ontologicamente subjetiva, construída por atitudes humanas?” (SEARLE, 1995, p. 107).

6.3 FATOS BRUTOS E FATOS INSTITUCIONAIS

Searle descreve nosso entendimento científico sobre a estrutura física do mundo e o compara com o âmbito social. Segundo ele, a estrutura do universo é fixada pelos fatos físicos que são descritos pela física atômica e pela biologia evolucionista. Mas estes fatos físicos não dão conta de explicar como compartilhamos a realidade social, embora a realidade social esteja imersa também no âmbito físico.

Entendemos por “fatos” as ocorrências que têm caráter objetivo por terem uma possibilidade objetiva de verificação. Podemos chamar de *fatos objetivos* tanto os *fatos brutos*, como o fato de “o monte Everest ter neve e gelo perto do cume”, quanto os *fatos institucionais*, que são fatos como o de possuímos dinheiro no bolso ou de ser cidadão de determinado país. **Mas, afinal, qual a diferença entre esses dois tipos de fatos, sendo que ambos são objetivos?**

Basicamente podemos diferenciar os *atos brutos* dos *atos sociais* utilizando os termos de dependência ou independência em relação à opinião humana. Os *atos brutos* são independentes da opinião humana, porque embora um átomo de hidrogênio possua um elétron, e este fato seja classificado de acordo com teorias científicas que fazem parte do conhecimento humano, o elétron existe independentemente deste conhecimento. Já os *atos institucionais* são dependentes das instituições humanas, assim como a nota de 5 Reais requer a instituição humana do dinheiro para existir. E mesmo que o fato de um átomo de hidrogênio conter um elétron requiera o instituto da linguagem, este fato não depende da declaração de que um átomo de hidrogênio contém um elétron. Por outro lado, o fato de o dinheiro ser dinheiro depende de uma aceitação coletiva e de uma declaração para que seja dinheiro, ou seja, para que o dinheiro se torne uma realidade objetiva é necessário o compartilhamento dessa mesma realidade, conseqüentemente essa realidade é dependente da opinião humana. **Searle tenta responder como esses fatos institucionais são possíveis e tenta determinar as estruturas de tais fatos.** De maneira geral, não reconhecemos diferença em tais fatos, pois lidamos com estes diferentes fatos da mesma forma; como exemplifica Searle, para o jogador de baseball os pontos marcados são tão reais quanto o bastão com que ele joga, assim como para os cidadãos em geral seus documentos são tão reais quanto o céu e a terra.

Os *atos institucionais* tornam-se possíveis pelo fato da linguagem ser entendida e compartilhada, sendo que o seu vocabulário introduz critérios normativos de avaliação. Segundo Searle, a estrutura da realidade é apreendida por nós através da nossa cultura; aprendemos a utilizar objetos artificiais em geral como utensílios domésticos, ferramentas, carros, etc. e passamos a enxergar estes objetos da mesma maneira que enxergamos uma árvore ou um rio. Mas quando descrevemos objetos naturais e artificiais encontramos diferenças quantitativas entre eles. Searle se utiliza do aparato conceitual *intencionalista* e do background das capacidades, habilidades, tendências e disposições para explicar esta estrutura da realidade social.

Para apresentar mais claramente a diferença entre os fatos brutos e os fatos institucionais, Searle emprega os conceitos de *regras*

constitutivas e regras regulativas, diferenciando-as para mostrar como as regras constitutivas fundam os fatos *institucionais*. As *regras regulativas*, como o próprio nome já diz, regulam atividades que não dependem das próprias regras para existir, atividades que existem independentemente da existência da regra. Regulam comportamentos e ações que a princípio são anteriores à própria regulação, como no caso das regras de trânsito que existem a fim de regular ações no trânsito, ainda que a ação de dirigir e se locomover seja independente quanto à existência em relação às regras de trânsito. Searle, ao introduzir o conceito de regras constitutivas para diferenciá-la das *regras regulativas*, demonstra que as *regras constitutivas*; além de regularem, *inauguram, instauram e dão sentido* a determinadas atividades, como, por exemplo, no caso do jogo de xadrez: através das suas regras é que o jogo passa a existir, a existência e a identidade do jogo é dependente do fato de haver determinadas regras. Ou seja, as regras criam determinada atividade, de modo que se não houvesse a regra, a atividade também não existiria; assim como ocorre com os *fatos institucionais*, que são criados pelas próprias “regras”, “normas”, “condutas”, “declarações” ou “enunciados”.

Ao diferenciar estes dois tipos de regras, Searle nos mostra que os *fatos institucionais* só existem no conjunto das *regras constitutivas*, por constituírem a própria atividade que regulam, ou seja, os *fatos institucionais* são dependentes das regras que os caracterizam como tais e são criados por tais regras. Estas *regras constitutivas* têm uma forma lógica “**X equivale a Y**” ou “**X equivale a Y em (no contexto) C**”. Ou seja, determinadas ações equivalem a regras determinadas, assim como no futebol a ação de chutar a bola para dentro da trave equivale a um gol, se desconsiderarmos o caso de impedimento, poderíamos dizer que isto é uma regra em relação à regra, ou uma exceção à regra. Assim também no xadrez determinada posição no tabuleiro equivale a um xeque-mate. A realidade do gol e a realidade do xeque-mate dependem da regra que as instaura.

Dessa forma, a realidade dos *fatos institucionais* é instaurada por suas regras, mas isso não acontece com os *fatos brutos*. Estes, por sua vez, não dependem de regras preestabelecidas. Um fato bruto como o de “haver neve no cume do monte Everest” não é constituído por uma regra que o regula, mas por fenômenos cli-

máticos e geográficos naturais. A realidade dos fatos brutos ou exclusivamente físicos nos é dada, não as determinamos ou constituímos, embora possamos encontrar determinadas regularidades nos fenômenos físicos e possamos usar essas regularidades como regras. Mas não somos nós quem as define. Só podemos constituir as regras dos fatos institucionais, por estes serem determinados e fundados pelas próprias regras.

Ao diferenciarmos os *fatos brutos* dos *fatos institucionais*, podemos agora ver mais claramente uma distinção da *realidade social*. O que faz com que o dinheiro seja dinheiro não é apenas o fato de ele ser feito de celulose, ter determinadas características físicas e químicas como cor, etc., pois estas são características de um fato bruto. A física e a química tornam-se insuficientes para determinar o objeto dinheiro como tal. Porém, considerar algo como dinheiro é uma condição necessária, mas ainda insuficiente, pois não basta o fato de um conjunto de pessoas considerar algo como dinheiro para ele ser de fato dinheiro, pois é necessário mais do que um conjunto de atitudes, mesmo que estas atitudes sejam constitutivas. É necessário haver determinadas condições simbólicas, até mesmo para evitar circularidades do tipo: algo é dinheiro porque acreditamos que seja dinheiro, e o conteúdo da crença de ser dinheiro é acreditar que seja dinheiro.

6.4 UM MODELO SIMPLES DE CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

A *realidade institucional* tem consequências causais para nós, embora não tenham força da mesma maneira que a força gravitacional tem sobre nós. **A linguagem é um dos elementos principais para que a *realidade institucional* se constitua, pois a linguagem não é somente usada como um instrumento para descrever fatos. Como afirma Searle, ela é parte constitutiva dos fatos, pois a linguagem, além de descrever, cria determinados fatos.** Por exemplo, o enunciado impresso na nota de 20 dólares. “Esta nota é moeda legal para todas as dívidas públicas e privadas”, é um fato constitutivo da própria nota de vinte dólares, ou seja, este *proferimento performativo* a torna de fato uma nota de 20 dólares. A própria sentença (enunciado) faz com que o fato seja verdadeiro

por criar o próprio fato que descreve. Nesse sentido, os atos linguísticos são o elemento constitutivo de determinados fatos.

Para Searle, toda *realidade institucional* pode ser explicada através das noções de *intencionalidade coletiva*, *atribuição de funções* e *regras constitutivas*. Para explicar de forma sumária como poderíamos ter desenvolvido as *estruturas institucionais*, o filósofo utiliza-se de uma “espécie de fábula”. Segundo ele, criaturas como nós poderiam ter adquirido tais estruturas pela *atribuição de funções* a objetos naturais, podendo atribuir funções diferentes aos mesmos objetos e de forma coletiva. Agindo coletivamente, o que implica a existência de uma *intencionalidade coletiva*, os indivíduos podem construir objetos artificiais utilizando objetos naturais de que dispõem, criando dessa forma novos objetos e atribuindo funções aos objetos naturais. Admitido isso, o último elemento para a constituição da *realidade social* seriam as *regras constitutivas*, que se dariam de uma forma muito peculiar, visto que atribuem status ou *função de status* aos objetos em geral. Searle dá o exemplo de um conjunto de criaturas primitivas que constroem um muro; esta construção requer *intencionalidade coletiva* porque tais criaturas têm de agir conjugada e coordenadamente; além disso, esta ação de construir um muro é intencional, no sentido de estar dirigida para a função de manter intrusos afastados e proteger as criaturas construtoras, ou seja, o muro recebe uma *atribuição de função*. Mas e se tais criaturas continuam a considerar o muro **como se** cumprisse a função de proteção, ainda que esse muro, como descreve Searle, se deteriore e não cumpra mais a sua função, – mesmo que esta proteção não seja mais atribuída à sua estrutura física –, esta atribuição que esses indivíduos dão ao muro é o que os diferencia dos animais em geral. Searle denomina essa atribuição de **função de status**. Segundo Searle, esta aceitação coletiva de uma função de *status* é um dos elementos que forma a estrutura conceitual básica subjacente à realidade institucional humana.

6.5 INTENCIONALIDADE COLETIVA, ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÃO E FUNÇÕES DE STATUS

Para entender o conceito de intencionalidade coletiva faz-se necessário distinguir antes dois tipos básicos de intencionalidade in-

dividual, a saber, a *intencionalidade intrínseca* e a *intencionalidade derivada*. A intencionalidade intrínseca não depende dos observadores, embora seja ontologicamente subjetiva, como quando penso “tenho fome”; este fato é independente do que qualquer outra pessoa pense a respeito. Já a intencionalidade derivada depende dos observadores, como no caso da frase “*J’ai faim*”; esta sentença só tem significado para determinados observadores, aqueles que falam francês. Esses dois tipos de intencionalidade se caracterizam por sua individuação, enquanto que a *intencionalidade coletiva* se caracteriza por ser conjunta e unificada.

A intencionalidade coletiva pode ser detectada nas sentenças que expressam vontades, desejos, intenções conjuntas, como quando dizemos “nós temos a intenção de”, “nós acreditamos que”, “nós esperamos que”. Embora na intencionalidade coletiva haja um “nós”, este não é apenas um exterior a mim. A *intencionalidade coletiva* implica necessariamente a intencionalidade individual, mas este individual é em relação a mim e à coletividade ao mesmo tempo, pois tenho a intenção de fazer a minha parte e tenho a intenção de fazer algo que faça parte do fazer algo coletivo. Para Searle, a intencionalidade coletiva não pode ser reduzida a uma intencionalidade individual ou a um conjunto de intencionalidades individuais e também não pode ser uma soma das intencionalidades individuais. E seria um engano pensar que a irreduzibilidade da intencionalidade coletiva acarretaria a postulação de algum tipo de entidade mental coletiva, como um Espírito Universal Hegeliano, ou pensar que a intencionalidade coletiva seria uma intencionalidade individual somada à crença a respeito da intencionalidade do outro. A intencionalidade coletiva funda-se e depende das intencionalidades individuais, mas não é uma simples soma destas.

A intencionalidade coletiva é irreduzível à individual pelo fato de, em primeiro lugar, aquela ser primitiva, o que significa dizer que a intencionalidade individual é que deriva da intencionalidade coletiva. O fato de que “nós temos a intenção de” enquanto intencionalidade coletiva acarretará no fato de que “eu acredito que nós temos a intenção de”, não exigindo que se empregue o termo na primeira pessoa do singular. Searle dá o exemplo de uma orquestra tocando uma sinfonia: há uma diferença entre a intencionali-

dade do comportamento coletivo cooperativo e a intencionalidade do comportamento individual. Para que a sinfonia aconteça e exista como tal, os seus membros precisam coordenar e cooperar coletivamente, o que significa dizer que o resultado das ações individuais equivale a uma só ação, por ter sido sincronizada e harmônica, porque houve intencionalidade coletiva, ou seja, cooperação conjunta e um objetivo comum. Podemos notar a diferença mais claramente com o exemplo de uma luta: quando dois lutadores fazem parte de uma luta de boxe há um nível de cooperação, os dois adversários compartilham regras e objetivos comuns; já numa simples briga, em que um homem ataca outro por trás, não é necessário nenhum tipo de intencionalidade coletiva. Muito pelo contrário, os dois homens têm objetivos diferentes e pode-se dizer que até mesmo contrários; um tem a intenção de atacar e outro tem a intenção de fugir.

Dessa forma, os agentes que possuem intencionalidade coletiva produzem *atos sociais*, por compartilharem objetivos comuns, interajam na mesma direção e cooperarem uns com os outros visando à coletividade e ao mesmo fim. Os *atos* são atribuídos a dois ou mais agentes que possuem intencionalidade coletiva. Esses agentes podem ser seres humanos e animais sociais, como pássaros, animais caçando conjuntamente, formigas, abelhas e outras espécies que trabalham em conjunto. Podemos dizer que os *atos sociais* são como uma grande categoria que envolve os *atos institucionais*, pois todos os fatos institucionais são fatos sociais, mas nem todos os fatos sociais são fatos institucionais. Embora os *atos institucionais* sejam uma subcategoria ou uma classe dos fatos sociais, eles vão além destes por não estarem restritos a uma mera interação e cooperação física.

Além da intencionalidade coletiva, a *atribuição de funções* é outro elemento necessário para a construção da realidade social. A atribuição de funções é o resultado da capacidade dos seres humanos e alguns animais superiores no uso de objetos para determinado fim. Sendo que determinada função não é inerente ao próprio objeto, os indivíduos por sua vez atribuiriam funções específicas aos objetos. Ilusoriamente pensamos que a função do objeto faz parte da sua natureza, mas a propriedade funcional do objeto não é intrínseca

a ele. Dessa forma, a função seria empregada por algum agente externo ao objeto, como quando um macaco utiliza um galho para alcançar uma banana ou utilizamos um tronco para sentar. Ao objeto é atribuída uma função que ele por si só não teria. **Segundo Searle, todas as funções são relativas aos observadores, só existem em relação a observadores ou agentes que atribuem a função, e mesmo as funções que atribuímos ser naturais, independentes dos observadores,** como a função do coração de bombear o coração, são funções relativas aos observadores por pressupormos que o sangue bombeado assegura a vida. Na ideia de função implicamos a ideia de finalidade e de utilidade. Dessa forma, no contexto de uma teologia pressuposta, atribuímos finalidades específicas a determinados tipos de fenômenos. Essa atribuição funcional introduz normatividade, por tentar explicar através da ideia de função a finalidade ou o objetivo de determinados fenômenos.

Searle afirma que as funções são relativas aos observadores e dependentes destes para diferenciá-las da ideia de causalidade, que seria, por sua vez, independente dos observadores. Como ele mesmo diz: **“aquilo que a função acrescenta à causalidade é normatividade ou teleologia. Mais precisamente, a atribuição de funções e relações causais situa as relações causais em uma teologia pressuposta.”** (SEARLE, 1995, p. 115).

Mas, em relação aos fatos institucionais, as funções que atribuímos aos objetos são chamadas de *funções de status*. Logo, as *funções de status* são *atribuições de função*, mas referentes às instituições humanas em geral. O dinheiro, por exemplo, tem uma função de *status* pelo fato de hoje em dia não ter uma correspondência direta com objetos como ouro ou prata, pois de “dinheiro-mercadoria” passou a ser “dinheiro de contrato” e deste passou a ser “dinheiro fiat”, o que significa dizer que o dinheiro fiat é considerado dinheiro “em virtude do fato de que algum agente poderoso, algum fiat, declarou que era dinheiro” (SEARLE, 1995, p. 118). Dessa forma, ao possuímos uma nota de 20 dólares possuímos um pedaço de papel que, em razão da função de status, podemos utilizar para fazer compras.

Podemos entender melhor a questão da *função de status* quando Searle diz que “durante muito tempo, o Tesouro permitiu que se continuasse a ter a ilusão de que o pedaço de papel ainda era um contrato. Assim, por exemplo, está escrito na nota de 20 dólares do Banco Central que o Tesouro pagará ao portador, quando solicitado, a soma de vinte dólares. No entanto, se alguém fizesse questão do pagamento, a única coisa que obteria seria uma moeda equivalente, como outra nota de 20 dólares do Banco Central.” (p. 119-120).

A forma lógica da função de status é “**X equivale a Y em C**”. Desse modo, as funções de *status* rompem a relação física do objeto. As *funções de status* diferem da função física dos objetos, como cadeiras, banheiras, facas, etc. A função desses objetos é coordenada de acordo com suas estruturas físicas, sua função se restringe ao seu aspecto físico. A função-dinheiro de um pedaço de metal ou de um pedaço de papel é *intencional* ou simbólica.

Descrevemos até aqui um modelo simples da realidade institucional, que poderíamos resumir com a fórmula empregada por Searle “**X equivale a Y em C**” em razão duma intencionalidade coletiva, o que significa dizer que ao atribuirmos *funções de status* aos objetos e sendo estas funções direcionadas por uma intencionalidade coletiva, temos a base de um modelo da realidade social.

Mas, segundo Searle, a criação das *estruturas institucionais* mais complexas requereria um aparato também mais complexo. O filósofo aponta dois pontos fundamentais para que o modelo simples – que abrangeria apenas fatos isolados – passasse a ser um modelo mais complexo para poder dar conta da estrutura da realidade social como de fato acontece. O primeiro ponto é a possibilidade de reiteração da forma lógica “X equivale a Y em C”. E o segundo ponto é o fato de que os fatos institucionais não existem isoladamente, pois dependem de outros fatos igualmente institucionais.

A possibilidade de reiteração da forma lógica “X equivale a Y em C” possibilita que essa estrutura seja compartilhada por um conjunto social através das funções de status. Estas, por sua vez, pode-

riam se transformar em outros tipos de *funções de status* em contextos diferentes, como X poderia em um determinado contexto equivaler a Y (promessa) e em outro contexto X poderia equivaler a Y (contrato). Assim como os termos X e Y poderiam intercambiar suas funções, e também X poderia vir a ser X', X'' e assim por diante, como no caso do dinheiro-mercadoria que passa a ser dinheiro fiat.

Searle aponta como segundo ponto para o funcionamento de uma estrutura mais complexa da realidade social o fato de que os *atos institucionais* não existem isoladamente, mas em complexas inter-relações. Como o filósofo mesmo diz “eu não tenho dinheiro apenas. Tenho **dinheiro** ganho como *empregado do Estado da Califórnia*, e o tenho em minha **conta bancária**, que uso para pagar meus *impostos estaduais e federais*, bem como as **contas de companhias elétricas e de gás** e meu **cartão de crédito**.” (p. 121) Como ressalta Searle, os termos em negrito nesta passagem por ele descrita são todos termos institucionais que se ordenam, variam e se interconectam. Não temos fatos institucionais isolados e exclusivos, pois mesmo no caso do dinheiro este requer uma cédula de papel para existir, requer um fato bruto para materializar sua função de status. O que temos então é a institucionalização dos fatos brutos e interpenetrações complexas de fatos brutos e institucionais. Para Searle, a finalidade da estrutura institucional é criar e controlar os fatos brutos. Desse modo, a atribuição coletiva de funções de status e seu reconhecimento possibilitam criar e manter fatos institucionais numa realidade social, como no caso de governos, dinheiro, linguagens, propriedades privadas, universidades, partidos políticos e assim por diante.

Como muito bem lembra o filósofo, se essas entidades institucionais perderem a reiteração da aceitação coletiva, elas podem vir a sucumbir, como no caso do colapso do império soviético em 1989, e sua realidade objetiva desfalece em consequência da subjetividade coletiva. Essa realidade, que é dependente dos observadores e agentes, se apoia na consciência e na intencionalidade destes para se constituir e se manter. Desse modo, essas mentes criam um tipo específico de realidade, denominada **realidade social**, que, embora dependente e fundada na realidade física e biológica, tem propriedades, modo de ser e vigorar autônomos.

LEITURAS SUGERIDAS

Para uma exposição do problema de como conceber a realidade social, recomenda-se o livro de John Searle *Mente, Linguagem e Sociedade* (Rio de Janeiro: Rocco, 2000). No livro de 1995, *The Construction of Social Reality* (Nova York: Free Press), Searle diferencia os fatos institucionais dos fatos brutos para explicar através desta diferença que a realidade social é fundada pelas mentes dos indivíduos através da intencionalidade coletiva.

REFLITA SOBRE

- As suposições ontológicas quanto ao modo de existência e à identidade das assim chamadas entidades políticas e jurídicas. O que é uma nação? O que é um cidadão? As diferentes concepções do político e do social estão fundadas nos mesmos conceitos ontológicos, ou pensar diferente sobre a política e a sociedade implica pensar com diferentes conceitos e suposições em ontologia?

■ CAPÍTULO 7 ■

A ONTOLOGIA DA OBRA DE ARTE EM INGARDEN

As obras de arte constituem um domínio de objetos de difícil abordagem ontológica. O que é que é uma obra de arte? Que tipo de objeto é um objeto artístico? Todas as obras de arte pertencem a mesma categoria ontológica? O que é que torna um objeto físico, ou um gesto, ou um evento, uma obra de arte? Neste capítulo, apresentamos a ontologia da obra de arte de Roman Ingarden, filósofo polonês, discípulo direto de Husserl, que elaborou uma teoria da obra de arte literária e, posteriormente, das outras formas de arte.

7. A ONTOLOGIA DA OBRA DE ARTE EM INGARDEN

No prefácio da primeira edição de *A obra de arte literária*, Ingarden afirma que a sua motivação para a investigação é o problema filosófico mais geral da relação entre realismo e idealismo. Ele parte de uma crítica ao idealismo transcendental de Husserl, entendido como uma tentativa de “conceber o mundo real e seus elementos como objetividades puramente intencionais, que têm seu fundamento ontológico e sua razão determinante nas profundidades da pura consciência constitutiva” (INGARDEN, 1965, p. 4). No entanto, o pensador polonês, ao menos até a época da redação de *A obra de arte literária*, mantém-se fiel à filosofia fenomenológica que Husserl desenvolve principalmente em *Ideias I*. Por isso, pode-se afirmar que **o ponto central de Ingarden é recusar o idealismo transcendental, sem, todavia, cair no extremo oposto de um realismo epistemológico ou empirismo ingênuo**. A crítica de Ingarden a Husserl foi pouco corroborada por outros críticos de Husserl, que afirmam que o idealismo transcendental não implica uma metafísica idealista, e o próprio Husserl afirma, em correspondência com seu discípulo, que este não compreendeu o sentido revolucionário de sua fenomenologia constitutiva (HUSSERL, 1997). Ingarden, entretanto, afirma que Husserl está comprometido com uma posição mais radical de idealismo, que não é apenas epistemológico, mas, em última instância, corrobora a ideia ontológica de que os objetos do mundo “real” devem sua

existência à atividade constitutiva da consciência humana. Mitscherling explica que:

De acordo com Ingarden, o idealismo transcendental de Husserl era em princípio o mesmo que todas as outras formas de idealismo que tornam o mundo, ou o “ser”, ou a “realidade”, dependentes da atividade de alguma mente ou consciência. (MITSCHERLING, 1997, p. 6).

Assim, conforme Ingarden, a ontologia de Husserl coloca todas as entidades como puramente intencionais, pois não existe nada cuja existência não dependa da intencionalidade da consciência. O que significa negar a existência de qualquer coisa em si mesma: “essa negação é mais do que um postulado epistemológico – é uma asserção metafísica a respeito tanto do ser do mundo natural quanto do ser do mundo cognoscível” (MITSCHERLING, 1997, p. 48).

As obras de arte se apresentam como um campo de investigação privilegiado para Ingarden, pois são claramente entidades puramente intencionais, o que permite contrastá-las com entidades que escapam ao modo de ser puramente intencional. Caso essa distinção fosse bem-sucedida, ela consistiria em uma refutação ao idealismo transcendental husserliano:

A investigação de Ingarden em *A Obra de Arte Literária* confirmou sua suspeita da posição radical transcendental de Husserl – de acordo com a qual todas as entidades participam do estatuto de objetividades puramente intencionais – e o convenceu de que também existem entidades ontologicamente autônomas e não intencionais, tanto objetos materiais “reais” quanto entidades puramente ideais (ou “objetividades” ideais), como conceitos ideais, ideias e essências. (MITSCHERLING, 1997, p. 6).

Contra o idealismo transcendental, que postularia a consciência como base ôntica e ontológica do mundo, Ingarden afirma que há objetos existencialmente autônomos, que são formalmente diferentes dos objetos puramente intencionais. Além disso, o objeto da percepção, seja ela interna (percepção dos estados psíquicos do sujeito), externa (percepção das coisas “reais”) ou imanente (percepção dos fenômenos da consciência), é transcendente ao ato da consciência perceptiva, ao passo que, em Husserl, todas as percepções são remetidas, pelo método das reduções, à imanência da consciência, compreendida como um objeto puramente inten-

cional, sem nenhuma conexão com o mundo real e seus objetos (MITSCHERLING, 1997, p. 81).

Ingarden defende que há três modos de ser: o *real*, o *ideal*, e o *puramente intencional*, sendo os dois primeiros autônomos em relação à consciência constitutiva. No entanto, isso não leva Ingarden a um realismo ingênuo, pois ele não se compromete com a existência dos objetos que caem sob o escopo desses modos de ser. Ele afirma que, no caso de questões ontológico-existenciais, há dois tipos de pergunta: a primeira é se o objeto em questão (uma cadeira, um homem, o mundo) existe de fato de acordo com seu modo de ser apropriado; a segunda é qual é o modo de ser apropriado ao objeto, que é predeterminado pela sua essência, pela própria ideia do objeto, independentemente de sua existência factual. Conforme Ingarden, a primeira questão é metafísica ou científica. Apenas a segunda é ontológica e demanda “uma análise puramente ontológica da ideia da existência em geral e das ideias dos modos particulares de existência, assim como uma análise da ideia do objeto em questão” (INGARDEN, 1997, p. 87). Desse modo, Ingarden não retorna a um realismo ingênuo ou à atitude natural descrita por Husserl, porque não está falando da existência das coisas ou do mundo, mas da autonomia dos modos de ser em relação à consciência, chegando à conclusão de que é inerente à ideia de ser real e de ser ideal sua autonomia ontológica. Por isso, Ingarden postula que há três modos de ser, afirmando que Husserl reduz todos eles a um único: o modo de ser puramente intencional, que, para Ingarden, caracteriza o ser das obras de arte. Daí a relevância de seus estudos estéticos em relação ao problema do idealismo metafísico que ele detecta em seu mestre.

Tratar a intencionalidade como um modo de ser, no entanto, já mostra um afastamento do conceito husserliano de intencionalidade, que se caracteriza muito mais como a capacidade da consciência de referir-se a algo, o que pode ocorrer de diversos modos, como percepção, afecção, memória, imaginação, entre outros. Ao falar de “objetos puramente intencionais”, Ingarden não trata mais a intencionalidade nos termos de Husserl, enquanto um encontro entre o ato e o conteúdo da consciência, como nas *Investigações Lógicas*, ou enquanto o modo de constituição dos fenômenos,

como em *Ideias I*, mas como um *modo de ser*, como uma categoria ontológica “que caracteriza, entre outros, o ser da obra literária” (INGARDEN, 1965).

As obras de arte são classificadas pelo pensador polonês como puramente intencionais porque sua existência depende não apenas do ato intencional de um criador, mas da “concretização” da obra, realizada pela intencionalidade de algum espectador. No entanto, embora sejam entidades heterônomas e dependentes ontologicamente da consciência, esta não é sua única base ôntica, pois elas dependem tanto de entidades ideais (significados) quanto de entidades reais (matéria, suporte). Diferentemente de seu predecessor, a transposição da ideia da obra para uma presença física qualquer é pensada como fundamental para que haja uma obra de arte; logo, não se pode conceber uma ideia de obra de arte na mente de um artista como uma obra de arte verdadeira e completa. Essa concepção estritamente idealista ou “irrealista” da arte pode ser detectada em Husserl, embora o fundador da fenomenologia não construa um pensamento claro acerca do estatuto ontológico das obras de arte ou dos objetos ficcionais.

Em *Experiência e Juízo*, pode-se resumir a posição de Husserl em relação à arte do seguinte modo: as obras de arte são entidades irreais, uma vez que possuem a forma temporal da irrealidade, a oni-temporalidade, mas são irreais enquanto idealidades limitadas, isto é, é intrínseco à sua essência incorporar-se em alguma entidade real, em tinta, em ondas sonoras, em papel. Talvez seja um pouco mais esclarecedor diferenciar os entes reais dos irreais levando-se em conta que os irreais são conteúdos intencionados como objetividades de sentido; os reais, por sua vez, são conteúdos cuja objetividade é perceptiva, sensorial. Assim, sentido e objeto contrastam, são uma diferença absoluta, tal como real e irreal. Quando Husserl defende que a obra de arte é um irreal, ele está afirmando que ela é um sentido, ou seja, que na apreciação de um quadro como uma obra de arte, o que está em questão não é a matéria tinta sobre tela em certa forma e localização espaço-temporal, como quando se percebe uma caneca sobre a mesa. O que está em

questão é o sentido da pintura, que se encarna na matéria, mas que poderia encarnar-se em qualquer outra matéria e ainda assim manter-se idêntico a si mesmo. Esse vínculo frouxo da arte à matéria que lhe serve de suporte caracteriza Husserl como um idealista para Ingarden, posição da qual ele busca afastar-se (HUSSERL, 1973).

Ingarden, diferentemente, toma as obras de arte como exemplo privilegiado da zona ontológica do ser puramente intencional, que ele pretende preservar e distinguir do ser real e do ser ideal, mantendo assim três zonas de ser ou três categorias ontológicas fundamentais (INGARDEN, 1965, p. 4). **Em virtude dessa motivação basilar, Ingarden torna-se um dos primeiros pensadores a construir uma teoria positiva da arte – pensando-a principalmente na investigação acerca da obra de arte literária – sem a tratar negativamente como irreal ou como ilusão.**

O filósofo elabora uma extensa e complexa teoria sobre a obra de arte literária, cujas principais divisões são: a defesa de que a obra de arte literária pertence à categoria dos objetos intencionais; a inovadora concepção de que a obra de arte literária tem várias camadas, sendo que uma delas consiste em um “esquema” que permite ao leitor “concretizar” a obra; e, finalmente, a compreensão da obra de arte literária como uma harmonia polifônica entre suas distintas camadas, formada através da experiência do leitor. Embora Ingarden trate privilegiadamente da obra de arte literária, as aquisições teóricas e conceituais que ele realiza podem ser estendidas para a obra de arte em geral, o que ele faz posteriormente, todavia resguardando com cuidado as diferenças específicas de cada tipo de arte.

7.1 CONSIDERAÇÕES ONTOLÓGICAS ACERCA DA OBRA DE ARTE LITERÁRIA

Ingarden busca diferenciar-se dos críticos e historiadores da arte, afirmando que o que busca é a **essência** da obra, enquanto estes partem dela como algo já dado ou consideram esse problema insignificante (INGARDEN, 1965, p. 19). As questões estéticas ou de valor artístico das obras são metodologicamente deixadas de

lado pelo autor, nesse primeiro momento, não porque as considera irrelevantes, mas porque são posteriores, isto é, ontologicamente fundadas na essência da obra, no que ela é. Trata-se explicitamente de uma investigação ontológica. Nessa direção, o autor afirma, seguindo a meta husserliana de pensar as coisas mesmas, que não deseja encaixar a arte em uma categoria preexistente, como “objeto físico” ou “entidade psicológica”, pois pensa que a arte tem sua própria estrutura ontológica, seu modo de ser específico. Logo, não deve ser forçada a se adequar a uma categoria prévia, mas exigir a construção da sua própria categoria, destituída de pré-conceitos e pré-compreensões que a determinem de antemão. Essa tendência filosófica ao pré-conceito é sua principal inimiga, tanto no combate ao psicologismo da arte quanto no combate às duas concepções tradicionais da teoria geral da arte, que ele condena como insuficientes, pois em uma ela é pensada em analogia com as artes visuais, especialmente a pintura, logo, ignora-se o seu aspecto linguístico; em outra, põe-se a ênfase nos elementos linguísticos e ignoram-se os elementos perceptivos (INGARDEN, 1965, p. 3). **Ingarden explica que o problema de ambas as concepções é tratar da obra de arte literária unilateralmente, ignorando sua polifonia, sua multiplicidade de camadas.**

No enalço da essência da literatura, Ingarden investiga a estrutura comum ou essencial às obras de arte literárias. Tomando como exemplo casos paradigmáticos de obras de arte literária, o autor questiona se elas são entidades reais ou ideais, concluindo que o problema é que a própria distinção entre real e ideal ainda não foi bem elaborada. Além disso, classificar uma entidade como real ou ideal pressupõe um conhecimento acerca do seu modo de ser, que, no caso, é precisamente o que está sendo buscado e não pode, portanto, ser pressuposto. Por isso Ingarden pretende começar a pesquisa eliminando todos os preconceitos tradicionais acerca da essência da obra de arte, para poder investigá-la partindo apenas da coisa mesma como algo que é dado, todavia sem ser conhecido:

Ainda que tenhamos que nos contentar, provisoriamente, com conceitos de objetividades reais e ideais não suficientemente clarificados, as tentativas fracassadas em considerar a obra literária como objetividade ideal ou real mostrar-nos-ão, da maneira mais sensível, quão obscuro e insuficiente é o que sabemos da obra literária. (INGARDEN, 1965, p. 25).

FAUSTO



(Fausto, água-forte de Rembrandt). Considerado símbolo cultural da modernidade, Fausto é um poema de proporções épicas que relata a tragédia do Dr. Fausto, homem das ciências que, desiludido com o conhecimento de seu tempo, faz um pacto com o demônio

Mefistófeles, que o enche com a energia satânica insufladora da paixão pela técnica e pelo progresso.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/67/Rembrandt%2C_Faust.jpg>.

Diante dessa falta de clareza a respeito das duas categorias metafísicas tradicionais dentre as quais se costuma inserir a arte, Ingarden propõe o **tempo** como critério de distinção: **o real é temporal e o ideal não é**. Os objetos ideais, como as entidades matemáticas ou os universais, são autônomos ontologicamente, são atemporais e não alteráveis. Os objetos reais podem sofrer modificações e têm uma duração no tempo natural (INGARDEN, 1965, p. 25). Aplicando-se esta distinção a uma obra de arte literária, é manifesto que esta passa a existir em um dado momento, existe ao longo de um período

de tempo no qual pode sofrer alterações e talvez cesse de existir. Assim, é temporal e modificável como um ente real. Entretanto, todos concordam que o *Fausto*, para usar o exemplo do pensador, é um ente ideal também, pois não se limita à tinta sobre papel, mas tem uma dimensão de **sentido** que não é real, não é espaço-temporal. Com isso, torna-se evidente o problema: **como uma obra de arte literária pode ser ideal e temporal ao mesmo tempo?**

O principal alvo de críticas é o que Ingarden chama de solução **psicologista**, predominante no cenário filosófico da época. Esta concepção, defendida por Kleiner e por Kucharski, entre outros, consiste em afirmar que a parte temporal da obra é apenas a parte material, que não constitui a obra: é apenas o meio pelo qual ela se manifesta. A obra verdadeira estaria na experiência do autor durante sua produção, na vivência psíquica da criação. O ponto contraintuitivo dessa perspectiva é que, nesse caso, a obra nunca seria compreendida pelo leitor, pois a experiência do autor é sempre mediada pelos meios materiais; não há acesso direto à vivência psíquica do autor. Além disso, a obra só passa a existir em sua totalidade quando a experiência do autor termina, ou seja, a obra só se completa como um todo com início, meio e fim, quando o autor a termina, logo, quando a sua experiência de criação se finda (INGARDEN, 1965, p. 30). Se a obra é pensada como estando na experiência de redação

Psicologista

O psicologismo, em especial o psicologismo epistemológico, que consiste na tentativa de fundar todas as ciências e saberes em bases psíquicas, era um gigante no início do século XX, equiparando-se em popularidade apenas ao historicismo. Essa corrente consiste na radicalização da concepção do mundo como representação do sujeito, da qual se conclui, portanto, que a ciência primordial é a ciência das faculdades psíquicas, sendo todas as outras meras províncias de seu império. De acordo com Maria Manuela Saraiva, “Ingarden não cessa de combater o psicologismo, da primeira à última página (INGARDEN, 1965).

do escritor, chega-se à trágica conclusão de que ela se anula assim que se completa. A obra de arte literária e as vivências psíquicas não podem ser idênticas, porque não suportam os mesmos predicados, de acordo com o princípio lógico de que dois objetos são idênticos se as proposições que se aplicam a um podem ser aplicadas ao outro. Se a literatura fosse um estado psíquico,

Vários juízos que dizem respeito à obra de arte literária singular deviam ser errados ou absurdos. O que significaria, neste caso, o fato de a *Ilíada* ser escrita em hexâmetros? Podem quaisquer vivências ou estados psíquicos ser escritos em hexâmetros? (INGARDEN, 1965, p. 31).

O predicado “ser escrito em hexâmetros” se aplica à obra e não se aplica à vivência, logo, elas não se identificam. Há outra vertente da solução psicologista que pensa a obra como estando na experiência subjetiva do leitor. Outra vez, o ponto fraco dessa versão é que cada leitor tem a sua experiência, logo, não há um único *Fausto*, mas milhares, um para cada subjetividade, e torna-se bastante abstruso tentar encontrar um critério de identidade que faça com que todas essas vivências se refiram a uma mesma obra de arte.

Contra as soluções acima, Ingarden apresenta sua resposta, que ele admite ser uma via difícil, porém única e incontornável: “reconhecer a existência das unidades ideais de sentido” (INGARDEN, 1965, p. 34). Uma das principais contribuições de Ingarden, que o posiciona para além da dicotomia realismo-idealismo, é assumir que a condição de existência de obras de arte literárias é a presença de unidades de sentido ideais, às quais a obra faz remissões que constituem o seu aspecto ideal, sem com isso abdicar da presença de um aspecto material que garante seu caráter temporal e real.

7.1.1 A ESTRUTURA DA OBRA DE ARTE LITERÁRIA

Ingarden defende que a estrutura essencial da obra de arte literária é complexa, compõe-se de camadas heterogêneas. Ele é consciente da originalidade de sua teoria, alertando para o fato de que nenhum dos pensadores que conhece percebeu que a estrutura fundamental da obra de arte literária reside nessa organização polifônica e multiestratificada. Polifônica porque os estratos relacionam-se entre si em cadeias de mútua dependência, o que mostra que “a obra literária não constitui um feixe desarticulado de

elementos casualmente justapostos, mas uma construção orgânica cuja unidade se baseia precisamente na particularidade dos estratos singulares” (INGARDEN, 1965, p. 34). Desse modo, a essência da obra como uma unidade é revelada através da análise das suas camadas e suas inter-relações. As camadas ou estratos *fundamentais* da obra de arte literária são quatro:

- Formações fônico-linguísticas
- Unidades de significação (parte mais essencial da obra, na qual as outras camadas estão fundadas)
- Objetividades apresentadas
- Aspectos esquematizados

7.1.2 FORMAÇÕES FÔNICO-LINGUÍSTICAS

Primeiramente é preciso esclarecer como se compreende a linguagem e qual seu papel ontológico na constituição da literatura. O autor distingue o material fônico da *significação* da palavra, que

é manifesta em sua *forma significativa*. De acordo com Ingarden, **o material fônico da palavra é a forma que as vibrações fônicas tomam quando a palavra é falada**. Trata-se, portanto, do componente real da palavra, de suas ocorrências concretas, que podem ser faladas em diferentes entonações, volumes e velocidades. **A forma significativa, por outro lado, é aquilo que se mantém idêntico na palavra em suas distintas ocorrências enquanto material fônico**. Não se trata da ocorrência singular real e sensível da palavra (material fônico), mas da própria palavra, do fonema. Porém, embora a forma significativa não seja real, ela também não é algo ideal: “seria naturalmente falso ver no fonema enquanto forma lógica um objeto ideal autônomo no seu ser situado ao mesmo nível, p. ex., das objetividades matemáticas” (INGAR-

MATERIAL FÔNICO

Ingarden usa o termo material fônico, outorgando um privilégio à linguagem falada em relação à linguagem escrita, o que parece um pouco descabido na medida em que o que está em questão é a obra literária, cuja apresentação é bem mais comum por escrito. No entanto, ele mesmo admite que o som é o elemento primário da palavra, mais do que o signo visual, o que não implica que este não pertença igualmente à essência da palavra. Essa atenção especial à palavra falada explica-se pelo fato de que, nesse momento de seu livro, Ingarden está ocupando-se mais com a discussão filosófica e científica acerca da linguagem em geral do que com a ontologia da obra de arte literária. No entanto, o que ele fala acerca do material fônico pode ser transposto em uma analogia válida para o signo visual escrito ou impresso (INGARDEN, 1965, p. 53).

DEN, 1965, p. 65). A forma significativa não pode ser considerada ideal porque ela é temporal: forma-se no decurso do tempo, está sujeita a alterações e sua geração comporta elementos reais, culturais e históricos. Ela tampouco é real, individual, concreta, pois a palavra enquanto forma significativa tem algum nível de identidade e permanência, diferentemente do material fônico, da pronúncia, que a cada vez é uma ocorrência singular. A função da forma significativa, expressa sensivelmente a cada vez enquanto material fônico, é conduzir ao significado da palavra de acordo com a dinâmica descrita:

A forma significativa caracteriza a palavra respectiva por si só e determina a sua significação na medida em que a captação dessa forma pelo ouvinte dirige a compreensão para a significação correspondente e leva à realização da intenção significativa do sujeito da compreensão. [...] Em contrapartida, as particularidades variáveis do material fônico concreto não contribuem em nada de essencial para esta função da palavra. (INGARDEN, 1965, p. 58-59).

Ou seja, a função da forma significativa é determinar a significação de uma palavra e a função do material fônico é expressar sensivelmente a forma significativa, sendo que a forma dessa expressão é relevante na medida em que pode direcionar a atitude e o conteúdo psíquico dos ouvintes. O material fônico de uma mesma palavra pode ser diverso: ela pode ser falada com indelicadeza, com raiva, com afeto ou com ironia. Isso não altera a forma nem o significado da palavra, mas altera o efeito psíquico ou o estado emocional que ela pode provocar nos ouvintes.

Após tratar o elemento simples da linguagem, as palavras, Ingarden faz considerações sobre a frase, que ele afirma ser anterior às palavras – porque é a formação verdadeiramente autônoma da linguagem –, apesar de constituída por estas (INGARDEN, 1965, p. 63). A principal diferença entre palavras e sentenças é que aquelas são caracterizadas pela forma significativa, pelo fonema, ao passo que não existe um fonema das frases no mesmo sentido, já que elas são formações compostas, cuja organização pode sempre variar. Contudo, a frase é um fenômeno fonético essencial para a obra de arte literária, porque esta possui um ritmo, uma cadência (*tempo, verse, stanza*), constituído pelas sentenças. Ingarden trata do ritmo das sentenças em analogia ao fonema das palavras. O

ritmo assim compreendido pertence à frase e conduz ao seu significado, distinguindo-se novamente do material fônico da mesma, isto é, das leituras ou recitações individuais e concretas, que têm, a cada vez, uma entonação, velocidade, volume, etc., a depender da vontade do leitor. Esse material fônico, assim como no caso das palavras, é importante para determinar o efeito emocional da obra de arte literária, mas não se relaciona com a função significativa da linguagem. O autor traça uma enorme gama de diferenciações e sutilezas, construindo algo próximo de uma ciência linguística.

A principal função do estrato fônico-linguístico é o de “revelação” da obra ou de “determinação” das unidades de significação. Ele é o invólucro externo da obra, pois o seu estrato mais próprio e constitutivo é certamente as unidades de significação, que serão abordadas a seguir. Entretanto, estas estão essencialmente relacionadas com as formas significativas, pois sem elas as unidades de significação não poderiam ser reveladas ou determinadas:

Pertence à ideia de significação estar ligada a qualquer forma significativa (ou a qualquer sinal verbal de natureza visual, acústica, tátil) e ser por isso a sua significação. Encontra nessa forma o seu invólucro externo, a sua “expressão”, o seu portador exterior. Sem uma “forma significativa” a significação não poderia de modo algum existir. [...] Com a ausência, porém, de toda a matéria formal significativa, o estrato das unidades de significação deixaria de existir e com ele ruiam necessariamente também os restantes estratos da obra literária. (INGARDEN, 1965, p. 77).

Ou seja, a dependência ontológica dos demais estratos, em particular o das unidades de significação, nas formações linguísticas é uma dependência ontológica genérica e não rígida. Assim, as unidades de significação dependem ontologicamente da sua manifestação em alguma forma significativa qualquer, mas não de alguma forma específica, pois o mesmo significado pode ser revelado por diferentes formas significativas, como mostra o exemplo óbvio da tradução, isto é, do fato de que uma mesma obra, comportando os mesmos significados, pode ser expressa em diferentes línguas. Assim, apesar de cumprirem um papel mais extrínseco na obra de arte literária, uma vez que a dependência ontológica que a une às demais camadas é apenas genérica, as formações fônico-linguísticas são constitutivas da obra, pertencem à sua essência.

O que deve ser ressaltado nesse momento é, sobretudo, a admissão de um estrato não ideal como sendo intrínseco à obra de arte literária. O material fônico-linguístico constitui o primeiro estrato ontológico da obra de arte literária, e ainda que não seja algo real – pois é aquilo que se mantém sob as ocorrências sensíveis de uma palavra, e que permite que esta seja reconhecida como a mesma palavra – tampouco é algo de ideal, pois as palavras são algo criado, têm um começo no tempo e podem se extinguir. Excluídas da bipolaridade real-ideal, as formas significativas só podem ser compreendidas dentro do terceiro modo de ser admitido por Ingarden, que é o ser puramente intencional.

7.1.3 AS UNIDADES DE SIGNIFICAÇÃO

As unidades de significação (significado, sentido) são a parte mais essencial da obra de arte literária, pois são o fundamento ontológico mais primordial de todos os outros estratos. O autor as compreende como entidades ideais em certo sentido, embora necessitem do estrato não ideal das formações linguísticas para serem reveladas. Ingarden começa a tratar das unidades de significação dos nomes, entre os quais inclui substantivos e pronomes, distinguindo-os das palavras funcionais (isto, entre, e, ou, etc.) e dos verbos. Ele classifica cinco elementos da significação dos nomes:

1. Fator intencional direcional: a referência de um significado a determinado objeto.
2. Conteúdo material: atribui propriedades, qualidades ao objeto intencional.
3. Conteúdo formal: é um modo de tratar o objeto formalmente, como uma “coisa”, “entidade”, “processo”.
4. Momento de caracterização existencial: é um modo de tratar o objeto de acordo com seu “modo de ser”, isto é, como real ou ideal.
5. Momento de posição existencial: é um modo de tratar o objeto como existindo em certa realidade, como na realidade espaço-temporal ou na realidade ficcional.

Assim, o significado de um nome comporta os cinco momentos apontados acima, ou seja, refere-se a alguma coisa, atribui-lhe propriedades, concede-lhe um estatuto formal como “coisa” ou “evento”, etc., caracteriza-a como real ou ideal e posiciona-a como existindo em alguma realidade. Ingarden analisa também as palavras funcionais e os verbos, depois aborda as formações mais complexas, como frases e orações. Essas filigranas acerca das unidades de significação não serão expandidas aqui, pois o que mais importa neste contexto é reter que estas são concebidas como um aspecto ideal presente nas obras literárias, embora não existam sem um vínculo linguístico. O sentido em que essa idealidade é compreendida pelo autor, todavia, precisa ser explicitado, pois difere do sentido tradicional, bem como do husserliano. O filósofo aponta de início para um problema que emerge da compreensão do sentido das palavras como uma entidade ideal: uma mesma palavra com um mesmo significado parece sofrer alterações em seu significado em diferentes contextos, variação esta que não deveria ocorrer se o significado é um ente ideal (logo, atemporal e invariante, de acordo com a concepção tradicional). Entretanto, o autor arquiteta a solução de que este fato se justifica porque o significado da palavra em um contexto específico é uma *atualização concreta* de seu *conceito ideal*. Assim, um conceito pode ter várias significações, que podem modificar-se historicamente, na medida em que se alcança um conhecimento mais amplo do conceito, por exemplo. No entanto, com essa afirmação o autor não pretende comprometer-se com a defesa de uma concepção platônica de “conceito”, ou com a posição estritamente idealista de Husserl, que retira todo aspecto de variação e temporalidade dos conceitos ou significados.

Qual é, portanto, a essência das unidades de significação? Ingarden posiciona-se contra duas vertentes de interpretação do mesmo assunto: a psicologista, que afirma que o sentido é um estado psíquico oriundo das vivências do sujeito, e a idealista, cujo representante mais significativo é Husserl e que defende o sentido como um ente estritamente ideal, atemporal e imutável. Ingarden descarta ambas as alternativas, pois sustenta que o sentido, embora seja uma idealidade, não tem uma existência ideal autônoma, dependendo em sua origem e existência de operações da consciência. Todavia, isso não significa que ele é um conteúdo psíquico,

pois quando se fala do sentido de um nome, fala-se do que ele designa intencionalmente, do objeto ou da ação a que ele se projeta intencionalmente através de uma formação fônico-linguística determinada, e não simplesmente de um estado mental. Ingarden admite que a crítica de Husserl ao psicologismo parece ter superado definitivamente a concepção das significações como elementos psíquicos, contudo afirma que o mestre foi longe demais no caminho oposto. Os significados são idealidades de um “tipo especial”, pois não são invariáveis nem atemporais:

Como seria neste caso compreensível que uma e a mesma significação de uma palavra – como julgamos ter acabado de demonstrar – pudesse unir-se ora com umas significações, ora com outras numa unidade de ordem superior, aparecer em lugares diferentes da frase e submeter-se a diversas modificações do fator de direção intencional e do conteúdo formal, adquirindo até diversos modos de atualidade ou de potencialidade, de explicitação e implicação? Será então lícito considerá-la ainda como espécie ideal e equipará-la porventura às essencialidades ideais ou às ideias? (INGARDEN, 1965, p. 117).

Desse modo, o sentido não é um ente ideal atemporal, invariável e autônomo, pois ele está sujeito a modificações na diversidade de contextos. Essas variações, contudo, não são de teor psicológico ou subjetivo, pois o que varia é o próprio significado de acordo com a posição que ocupa em uma frase ou em frases distintas, e não a representação mental dos sujeitos. O significado não é um estado mental, porque lhe é intrínseca a relação com o objeto, seja como referência intencional ao objeto, determinando-o formal ou materialmente, seja como execução de determinadas funções intencionais.

Além disso, a relação de um significado com um fonema (forma significativa) é necessária, pois este é o portador daquele, o seu modo de acesso. A vinculação do fonema ao significado é imposta por algum ato subjetivo da consciência, no qual ela nomeia um objeto ou cria uma função linguística. Ou seja, um material fônico que, a princípio, é completamente desprovido de sentido passa a possuí-lo através de um ato da consciência, no qual esta o constitui como portador de um significado. Analogamente, as transformações das significações de cada palavra nos contextos das diversas

frases dependem da construção das frases, que se origina através de operações mentais. Em suma, nas palavras de Ingarden, “aqui, o ato de consciência cria propriamente algo que anteriormente não existia, embora nada consiga criar que uma vez criado possa existir com autonomia no seu próprio ser” (INGARDEN, 1965, p. 121). Ou seja, o significado é algo criado pela consciência, logo, não possui a autonomia ontológica nem do ser real nem do ser ideal. A esfera das objetividades e dos conceitos ideais se furta a toda atividade espontânea do sujeito consciente e a toda tentativa de modificação (INGARDEN, 1965, p. 121). As unidades de significação, em contrapartida, nascem, são transformadas ao longo de sua existência e podem até mesmo deixar de existir através de operações da consciência. O mesmo vale para formas mais conjugadas de significação, como as frases e as narrativas, logo, para obras literárias em sua totalidade:

seria ridículo julgar-se que todas as maneiras diversas de tratar “o mesmo tema” existiriam, por assim dizer, desde todo o sempre como objetividades ideais, enquanto durante a narração temos a consciência inteiramente nítida de a podermos realizar de outro modo diferente e de estar em nosso poder, caso não sejamos perturbados por circunstâncias extrínsecas, dar à narração esta ou aquela forma. (INGARDEN, 1965, p. 125).

Trata-se de apontar para uma esfera de entidades que não pode ser incluída em nenhum dos dois lados do dualismo “real” e “ideal”; que deve, portanto, ser pensada em outra categoria ontológica, adequada ao seu modo de ser específico. O sentido possui um estatuto ontológico híbrido, pois tem aspectos ideais na medida em que, uma vez criado, tem uma intencionalidade autônoma, ou seja, refere-se a objetos, **significa**, independentemente da vontade ou dos estados psíquicos dos sujeitos. Contudo, ele não é estritamente ideal, pois depende da intencionalidade da consciência em geral, além de ter sido criado em certo momento e estar sujeito a variações. Por esse motivo, tanto a solução psicologista quanto a idealista mostram-se insuficientes para tratar das unidades de significação e do objeto que é constituído sobretudo por estas: a obra de arte literária.

Revela-se pela primeira vez de modo explícito a gravidade do questionamento ontológico das obras literárias, a saber, que na medida em que sua existência não pode ser negada e elas não são obviamente entidades físicas, nem, como foi mostrado, psicológicas ou ideais, a própria divisão metafísica habitual de todas as objetividades em reais e ideais mostra-se insuficiente.

Ingarden não se satisfaz com uma solução negativa, que se contenta apenas com retirar a significação e, por conseguinte, a literatura do reino do real e do ideal, mas busca uma solução positiva: “é, portanto, necessário supor ainda outro tipo de objetividade” (INGARDEN, 1965, p. 120). A assunção do terceiro “reino ontológico”, o puramente intencional, não implica a negação dos outros dois; implica simplesmente a negação de que esta seja a única divisão ontológica possível.

7.1.4 OBJETIVIDADES APRESENTADAS

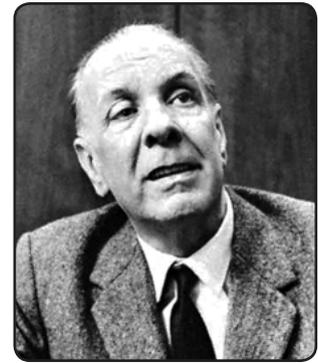
A terceira camada da obra de arte literária vincula-se estreitamente às unidades de significação, pois é seu correlato intencional. As objetividades apresentadas são o conteúdo de uma palavra ou uma frase, aquilo que é apresentado por seu intermédio. Enquanto as palavras têm coisas ou personagens como correlatos, as frases e sentenças normalmente apresentam como correlato intencional um estado de coisas. O estado de coisas criado ou revelado pela sentença é chamado pelo autor de “estado de coisas puramente intencional”, pois não é o mesmo que estados de coisas que existem objetivamente no mundo real, independentemente de sua enunciação em sentenças. É nesse sentido que Ingarden alerta para a distinção entre **sentenças literárias** e **sentenças científicas**, por exemplo, que são juízos assertórios, isto é, que se pretendem verdadeiros ou falsos. As frases literárias não são asserções, pois não afirmam a existência dos estados de coisas que descrevem e não estão comprometidas com uma noção científica de verdade; por isso podem criar mundos onticamente inexistentes e objetos puramente representados. Ingarden chama esse caráter das frases que aparecem nas obras literárias de “quase-judicativo”, pois elas não

chegam a ser juízos, uma vez que estes pretendem que “a relação objetiva determinada pelo seu conteúdo de sentido não exista na realidade como puramente intencional, mas como relação objetiva radicada numa esfera ontologicamente autônoma em relação ao juízo” (INGARDEN, 1965, p. 184). Ou seja, o juízo refere-se ao seu correlato intencional como algo existente objetivamente e as frases literárias referem-se aos seus correlatos intencionais precisamente como objetividades intencionais. **A frase literária encontra-se apartada de qualquer pretensão de verdade ou falsidade, pois seu correlato não é posto como existindo ou inexistindo no mundo real, mas no mundo fictício.**

Por esse motivo, o correlato intencional das sentenças literárias não são objetividades reais, mas objetividades apresentadas. São coisas, personagens, ocorrências projetadas nominalmente ou verbalmente na obra; conseqüentemente, só existem como objetos puramente intencionais apresentados pelas unidades de significação presentes nas obras. A literatura cria uma realidade apresentada, que, conforme Ingarden, opera nos moldes do real, pois os objetos são representados **como** reais, concretos, espaço-temporais. Essa “realidade” da obra, contudo, não é espaço-temporal, não é a realidade material, nem a ideal-geométrica, nem a imaginária, mas a **apresentada**. Ela é apresentada com características do espaço-tempo real, porém sem ser real ou objetiva: “esse caráter de realidade não pode, porém, ser inteiramente identificado com o caráter ontológico dos objetos reais efetivamente existentes. Há no caso das objetividades apresentadas apenas um aspecto exterior de realidade” (INGARDEN, 1965, p. 243). Elas não são postas como coisas reais que estão radicadas no mundo e existem no espaço e no tempo por si mesmas, independentemente de um sujeito que as intencione. Entretanto, ainda conservam um aspecto de realidade, na medida em que a simulam: “aparece aqui uma modificação do caráter de realidade que não elimina, mas reduz este caráter quase a uma mera pretensão de realidade” (INGARDEN, 1965, p. 243). Assim, se um autor move um personagem de um lugar a outro ou de um dia para o outro sem descrever o percurso ou a transcorrência, estes são “concretizados” pelo leitor, porque a obra de arte literária representa seu objeto como real (INGARDEN, 1965, p. 137) e, apesar de não os

colocar no espaço e no tempo reais, a estrutura espaço-temporal da realidade é transposta para as objetividades apresentadas.

Ingarden não afirma explicitamente que toda literatura simula o real, apenas que “**quando** numa obra literária **se trata** de objetos apresentados que são ‘reais’ pelo seu conteúdo e se pretende conservar seu tipo de realidade, então eles devem ser apresentados como temporais e existentes no espaço” (INGARDEN, 1965, p. 245, grifo nosso). Logo, o pensador não defende que a literatura apenas transpõe o modo de ser do real para o puramente intencional. Entretanto, todos os exemplos que oferece ao investigar as objetividades apresentadas são de objetividades concebidas nos moldes da realidade. Mas como afirmar que a literatura cria objetividades representadas em analogia à realidade espaço-temporal ao se levar em consideração obras como a literatura fantástica de *Borges*, (foi um escritor, poeta, tradutor, crítico e ensaísta argentino, escreveu contos como *O Aleph* e *A Biblioteca de Babel*). As obras de arte literárias modernas e contemporâneas não visam necessariamente à representação da realidade espaço-temporal; pelo contrário, almejam muitas vezes produzir um estranhamento ou uma relativização da mesma. Há obras cujo teor central consiste precisamente em furta a continuidade temporal, em anular o sentido do real, do espaço e do tempo (por exemplo, diversas obras de Escher, Clarice Lispector, Jorge Luis Borges, Bioy Casares, Gabriel Garcia Márquez, Anish Kapoor, Sophie Calle, entre outros). O paradigma mimético da linguagem ficcional parece não sobreviver à literatura contemporânea. Contudo, o ponto central de Ingarden é apenas a noção de que as objetividades apresentadas nas obras de arte literárias são projetadas pelas unidades de sentido da obra e têm uma estrutura ontológica própria, que é intencional e não se identifica com o modo de ser do real, nem do ideal, nem do imaginário.



Jorge Francisco Isidoro Luis Borges Acevedo (1899 - 1986). Fonte: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic-art/33657/8986/Jorge-Luis-org/wiki/Jorge_Luis_Borges>.

O ALEPH

O Aleph (no original, El Aleph), publicado em 1949 contém, entre outros, o conto que dá nome ao livro. No conto Aleph especificamente, o protagonista se depara com a possibilidade de conhecer o ponto do espaço que abarca toda a realidade do universo num local bastante inusitado: no porão de um casarão situado em Buenos Aires, prestes a ser demolido. Esse ponto recebe a alcunha de Aleph – a letra inicial do alfabeto hebraico, correspondente ao alfa grego e ao a dos alfabetos romanos. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/El_Aleph>.

A BIBLIOTECA DE BABEL

A Biblioteca de Babel (no original, La biblioteca de Babel) é um conto de Borges, inserido no livro Ficcões (Ficciones, no original), de 1944. Este conto essencialmente metafísico fala de uma realidade em que o mundo é constituído por uma biblioteca infundável, abrigando uma infinidade de livros.

7.1.5 ASPECTOS ESQUEMATIZADOS

Quando a literatura representa suas objetividades como reais, deve se coordenar com as condições de intuição dos objetos reais, isto é, sua realidade perceptual primária, seu modo de aparecer. Conforme a fenomenologia, a aparição de qualquer objeto sempre se dá em um jogo de presenças e ausências, no qual alguns perfis, configurações ou aspectos se apresentam enquanto outros se ausentam, revezando sua manifestação ao longo do tempo (SOKOLOWSKI, 2000, p. 33). A identidade do objeto real é uma fita que amarra seus múltiplos perfis e permite sua identificação como constituintes de um mesmo objeto. Além disso, quando um aspecto é experimentado em dois momentos diferentes, eles não aparecem como dois aspectos separados, mas como duas experiências de um só aspecto, ou seja, cada perfil mantém sua identidade ao longo da variação temporal. Na percepção dos objetos reais e individuais não se experimentam simultaneamente todos os aspectos ou perfis do objeto, mas se intencionam os aspectos que não estão presentes. Por isso é possível a percepção de uma cadeira, por exemplo, como um objeto volumétrico, mesmo que só se esteja percebendo seu perfil frontal: porque seus outros perfis, como sua parte de trás, de cima e de baixo, ainda que não sejam percebidos sensorialmente, são intencionados, funcionando como um esquema ideal que permite a experiência do objeto como um todo.

Analogamente, durante a leitura de uma obra literária, o leitor concretiza o que Ingarden chama de **aspectos esquematizados**, ou seja, ele naturalmente completa e preenche a obra com dados advindos de experiências concretas prévias (MITSCHERLING, 1997, p. 138). Por exemplo, em *Vidas Secas*, Graciliano Ramos (1892-1953) descreve a morte da cachorrinha Baleia na cozinha. Há vários aspectos que são descritos pelo autor, vários detalhes e características dos personagens e das situações. Todavia, o leitor insere diversos aspectos esquematizados que não são descritos, como o fato de que essa cozinha fica em uma casa, essa casa fica em algum lugar do espaço, tem continuidade espacial, que Baleia tem volume e extensão, que sua morte se dá ao longo de um período de tempo. Ou até coisas mais simples da representação dos objetos, por exemplo, se o autor fala de um homem, como o Capitão Acab,

o leitor concretiza que ele tem sangue nas veias, olhos, que respira, etc., sem que todos esses dados sejam especificados pelo autor. Ou seja, a realidade representada da obra é concretizada pelo leitor através da inserção natural dos dados esquemáticos de sua experiência prévia no mundo real. Pode-se questionar como se dá essa inserção natural dos dados da experiência espaço-temporal no caso de literaturas que não representam suas criações como coisas reais, como no conto *O caminho das veredas que se bifurcam*¹, de Borges, ou em *A Invenção de Morel*², de *Adolfo Bioy Casares*. Entretanto, embora Ingarden não tenha se preocupado com essa crítica a seu conceito, é forçoso admitir que a concretização de aspectos esquematizados em geral continua sendo inevitável. Pois mesmo que os dados da realidade espaço-temporal deixem de fazer sentido, eles continuam sendo o critério de apreciação da literatura fantástica ou de outras formas de arte que os problematizem, uma vez que a inserção natural dos dados da experiência espaço-temporal simplesmente acontece e é também em relação a estes que se percebe a literatura, como a fantástica, por exemplo, como uma quebra, uma ruptura dos mesmos. Ou seja, é quando o sujeito fracassa em inserir os aspectos esquematizados do espaço concreto ou do tempo natural em uma obra de arte que ele pode percebê-la em seu ato artístico transgressor, em seu propósito de produzir estranhamentos ou relativizações.

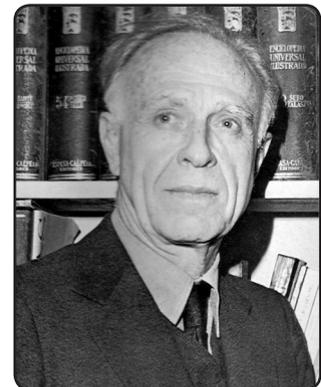
7.2 AS BASES ÔNTICAS DA LITERATURA

A interconexão das quatro camadas apresentadas constitui a “harmonia polifônica da obra, através da qual ajuizamos um texto como uma obra de arte literária, pois ela que mostra o valor estético da obra” (INGARDEN, 1965, p. 139). **Ingarden afirma que as camadas carregam as qualidades de valor estético e por isso são constituintes fundamentais da harmonia polifônica, que é o que torna a obra um objeto estético.** Esse obscuro conceito de harmonia polifônica não é assaz desenvolvido pelo filósofo. Ao que parece, a obra é analisada em seus elementos constitutivos, mas apenas sua unidade polifônica (a junção de todas as camadas e funções) constitui um objeto estético, sendo concretizada através de várias experiências subjetivas de apreensão por parte do leitor.

A **concretização** é o ato do leitor de preencher as partes indeterminadas da obra através de aspectos esquematizados.

1. O caminho das veredas que se bifurcam (1941) é um breve relato policial. A trama é artilosa, e nela aparecem os temas e recursos técnicos borgianos: a citação de textos verdadeiros e apócrifos, uma argumentação sobre o livro e o labirinto, uma sondagem sobre a cultura chinesa, um diálogo entre o Oriente e Ocidente, uma reflexão filosófica. Fonte: http://www2.uol.com.br/entrelivros/artigos/veredas_que_se_bifurcam_imprimir.html

2. Clássico da literatura argentina do gênero fantástico, publicado em 1940



Adolfo Bioy Casares
(1914 - 1999)

As formações fonéticas, as unidades de sentido, as objetividades representadas e os aspectos esquematizados não são percebidos separadamente durante a leitura de uma obra de arte literária. Ela é apreendida como uma totalidade e assim se torna um objeto estético. Pois “estético”, embora esteja associado estreitamente com o belo, o sublime e o harmônico, significa primordialmente sensível. Contudo, tomados isoladamente, os estratos essenciais não são objetos da sensibilidade, pois não há percepção sensível do sentido ou de uma representação ou de um esquema. Mas os estratos são tomados isoladamente apenas no exercício filosófico de abstração, isto é, de análise de algo em seus diversos momentos. Ao leitor, a obra se apresenta como uma unidade concretizada em um veículo material. Essa unidade é o objeto estético, ou seja, é um ser de percepção, que pode ser tocado, lido, entoado, ouvido. Assim, mesmo que se possa supor a existência de certos elementos de uma obra de arte literária na mente do escritor antes de ele redigi-la, não se pode afirmar que a obra mesma já está presente em sua mente, pois ela só se completa enquanto uma unidade polifônica de todas as camadas que lhe são intrínsecas no momento em que é apreendida esteticamente pelo leitor.

Revela-se, portanto, a concepção de Ingarden da obra de arte literária como uma unidade que pode ser analisada em quatro momentos constitutivos. Mas qual a estrutura ontológica dessa unidade? Em quais categorias ela se encaixa? O filósofo afirma que a obra de arte literária estrutura-se ontologicamente em três bases ônticas: as operações subjetivas da consciência do leitor e do autor; os conceitos ideais intersubjetivos em virtude dos quais os atos subjetivos da consciência do leitor e do autor podem apreender os sentidos; e o material objetivo da obra: tinta, papel. O aspecto realista de Ingarden, em oposição ao idealismo transcendental husserliano, está em insistir na autonomia ontológica dessas três bases. A obra de arte literária é um objeto puramente intencional, possui um modo de existência ôntica heterônoma, pois se funda nas três bases ônticas descritas acima, chamadas respectivamente de **existencial**, **formal** e **material** (INGARDEN, 1965, p. 147). Cada uma delas possui um modo de existência autônomo. **Essa é a estrutura ontológica da literatura de acordo com o pensador polonês.**

Além disso, há duas posições teóricas do autor que merecem ser enfatizadas, não apenas por seu caráter esclarecedor, mas por terem exercido grande influência na tradição do criticismo literário. Trata-se da afirmação da significância da intenção do artista na criação da obra de arte e da negação de que os estados psicológicos do autor influenciam a cognição do leitor na obra. Quanto ao primeiro ponto, Ingarden defende que só se pode avaliar o sucesso de um artista em relação aos objetivos que ele pretendeu atingir. Por exemplo, não se pode considerar Picasso um mau pintor porque ele não representou um touro fidedignamente, já que esta nunca foi sua intenção. Assim, a intenção do artista deve ser levada em consideração no ajuizamento da obra de arte. Quanto ao segundo ponto, há em Ingarden uma rejeição do psicologismo e da noção romântica de que a arte tem a função de provocar no leitor as experiências físicas e psicológicas que o autor experimentou durante a redação. Essa posição antipsicologista implica uma concepção objetiva da literatura, que dirige a atenção apenas para a obra mesma e não para as emoções provocadas por ela.

7.3 OUTROS TIPOS DE OBRA DE ARTE

O principal assunto de Ingarden é a obra de arte literária. Ela é o início de suas investigações acerca da estrutura da obra de arte em geral. Contudo, ao contrário da maioria dos filósofos, que simplesmente generalizam uma concepção elaborada a partir de uma forma de arte para todas as demais, Ingarden compromete-se com o exame das outras formas de arte em suas particularidades. As pesquisas não levam a uma concepção unívoca da “natureza da arte”, o que não precisa ser necessariamente concebido como uma desvantagem. De acordo com Gierulanka,

Um grupo de escritos amplia a investigação de Ingarden sobre as obras de arte literárias para a música, a pintura, a arquitetura e o cinema. A ampliação, no entanto, nunca é uma transferência automática dos resultados obtidos para um tipo de objeto para outro tipo. Cada tipo é estudado separadamente, o que permite que as características peculiares de cada objeto sejam reveladas. Ingarden não tem medo de pluralismo nos resultados, caso sejam as próprias coisas que demandem esse pluralismo. Ele tenta fervorosamente evitar uma uniformidade-a-todo-custo

que distorceria a realidade, privando-a da riqueza que nos encanta tanto quando temos contato natural com ela, sem preconceitos teóricos. (GIERULANKA, 1996, p. 136).

Happenings

O happening (do inglês, acontecimento) é uma forma de expressão das artes visuais que, de certa maneira, apresenta características das artes cênicas. Neste tipo de obra, quase sempre planejada, incorpora-se algum elemento de espontaneidade ou improvisação, que nunca se repete da mesma maneira a cada nova apresentação. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Happening>



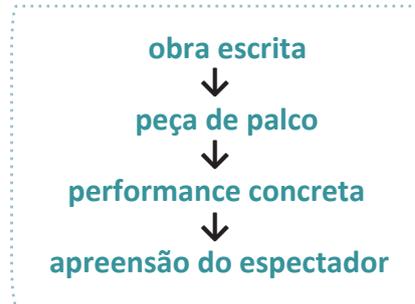
Don Carlos é uma peça de Friedrich Schiller escrita entre 1787 - 1788. Retrata os conflitos da vida de Carlos, príncipe das Astúrias (Espanha). Fonte: <<http://www.gutenberg.org/files/6789/6789-h/images/3pa140.jpg>>.

Não é necessário que diferentes tipos de obra de arte pertençam à mesma categoria. São as características das obras, analisadas em si mesmas, que devem orientar sua sublocação categorial, o que pode conduzir a diferentes categorias para diferentes tipos de arte, ou mesmo de estilo artístico. Por exemplo, os **happenings** são tradicionalmente concebidos no campo das artes plásticas, mas podem estar na mesma categoria ontológica da música, já que se trata de um acontecimento temporal e não um objeto físico duradouro como quadros ou esculturas. A arte deve ser analisada em suas especificidades e não a partir de uma generalização, o que pode gerar um pluralismo ontológico nos resultados. Hoffman e Rosenkrantz afirmam que a economia ontológica é irrelevante e não deve funcionar como ideal nas pesquisas, como em Quine ou Ockham (1997). Ou seja, a quantidade de categorias deveria ser determinada pela demanda dos dados examinados, das diferenças estruturais que eles apresentam entre si, e não por uma apreciação estética pelo clean, ou por um desejo de economia mental a qualquer custo. Com essa motivação, Ingarden passa a analisar o teatro, a música, a pintura e a arquitetura. Cada um desses tipos é analisado em suas estruturas específicas, sem que um seja reduzido a outro. O ser obra das diferentes obras de arte se diz também polifonicamente.

7.4 AS OBRAS DE ARTE TEATRAIS, MUSICAIS E PICTÓRICAS

A primeira forma de arte que Ingarden investiga além da literatura é o teatro, possivelmente por ser o que se encontra mais próximo daquela, apenas estendendo-a para a efêmera dimensão da atuação. Ele começa a problematizar filosoficamente o teatro através da busca por sua identidade: o *Don Carlos* que é lido é o mesmo que é assistido no palco? Para responder a essa pergunta, Ingarden traça uma distinção entre a obra escrita, a “peça de palco” (stage play) e as múltiplas performances. A peça de palco é a peça escrita juntamente com as orientações para encenação. Pode-

se identificar em seus escritos uma hierarquia ontológica implícita, que segue a seguinte estrutura:



As setas indicam uma relação de dependência ontológica, na qual o item posterior é ontologicamente fundado no anterior. A identidade de uma peça de teatro envolve todos esses níveis, pois nenhum deles é autônomo: as camadas dependem umas das outras ou porque são ontologicamente fundadas nos momentos anteriores ou porque criam seu sentido por referência aos momentos que lhe sucedem, isto é, a obra escrita faz sentido apenas em referência à peça de palco que constitui sua atualização, e esta, por sua vez, em referência à atuação, que tampouco possui sentido sem a remissão à apreensão por alguma plateia.

Essa solução, embora não seja desenvolvida claramente por Ingarden, adota o modelo fenomenológico para se pensar a questão da identidade em meio à multiplicidade. Robert Sokolowski descreve a identidade ante a diversidade de perfis ou camadas de um mesmo objeto do seguinte modo:

Achamos que sabemos claramente o que uma aparência é – um aspecto que vemos, uma sentença que proferimos, uma performance que ouvimos – mas a identidade não parece ser algo que podemos colocar em nossas mãos ou diante de nossos olhos. Parece que ela se esquivava. E, no entanto, sabemos que a identidade nunca é redutível a uma de suas aparências; sabemos que a identidade deve ser distinguida desta e de cada aparência ou perfil a que temos acesso [...]. O que tentamos fazer na análise filosófica é garantir a realidade das identidades, trazer à tona o fato de que elas são diferentes de um conjunto de aparências, e mostrar que, apesar do seu estatuto escorregadio, elas realmente são um componente da nossa experiência. (SOKOLOWSKI, 2000, p. 30-31).

Desse modo, um mesmo drama é criado por seu autor, é apresentado aos leitores a cada vez que é lido e é apresentado a uma plateia a cada vez que é encenado. A obra não se identifica com nenhum desses níveis, tampouco com a soma de todos. Ela é o traço que sublinha todos os seus momentos, que os amarra e justifica sua interdependência. É claro que deve haver um limite para a “interpretação” de uma obra cênica, pois os atores e diretores podem criar releituras tão alheias à obra que, mesmo que afirmem tratar-se de uma encenação de *Don Carlos*, pouco se reconhecerá da obra, o que pode gerar polêmica quanto à legitimidade da peça **enquanto encenação de *Don Carlos***. O que não significa que a performance perde seu valor artístico por não constituir uma encenação da obra em questão. O ponto discutido por Ingarden não é a qualidade ou o valor de um trabalho de interpretação cênica, mas a identidade entre uma peça escrita, uma peça de palco, as múltiplas performances e múltiplas apreensões da plateia. Note-se que o critério para se questionar a fidedignidade da interpretação é a **obra escrita**. Esse fato mostra o vínculo de identidade entre a obra escrita e a execução no palco. O suposto limite da identidade, a partir do qual a encenação não pode mais ser considerada uma execução da obra, certamente não é uma linha precisa ao modo de um limite territorial, mas uma vasta área de vaguezas e imprecisões, um terreno oscilante e suspenso, no qual dificilmente se pode julgar algo com exatidão.

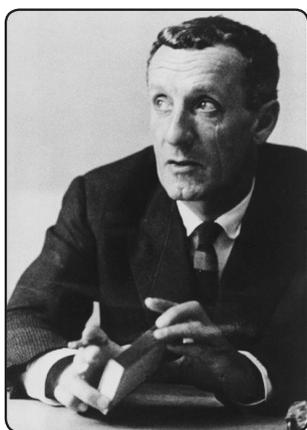
Acerca da **música**, Ingarden coloca questões semelhantes às aquelas suscitadas pelas artes teatrais: como pensar a identidade de uma obra musical em performances diferentes desta ou quando não há nenhuma performance em ação? Onde a obra musical “espera” quando não está sendo executada? Na experiência mundana, a identidade de um objeto costuma ser assegurada por sua continuidade no espaço e no tempo. Entretanto, a música não fica no espaço ou no tempo quando não está sendo executada. Ela não é um ente concreto, com localização espaço-temporal, mas também não é uma entidade subjetiva, pois é algo executado ou executável, que tem, portanto, existência pública. A música também não é um ente ideal, pois é criada em certo momento, isto é, não é eterna como se pretende que sejam os entes ideais. Manifesta-se nova-

mente, portanto, a questão pela categoria ontológica da obra de arte através da investigação de seu modo de ser, de sua estrutura específica e de sua identidade ontológica.

Em *Controvérsia sobre a Existência do Mundo*, Ingarden defende que há dois tipos de objetos reais: os localizados espaço-temporalmente e os extratemporais, ideais (MITSCHERLING, 1997, p. 174). Ele divide os primeiros de acordo com sua estrutura temporal: objetos que perduram no tempo; processos; eventos. Eventos são instantâneos, são o começo ou fim de um processo, ou seja, não têm duração. Processos são agregados de fases, que se desenvolvem de fase em fase, são entes em transição. A música não é um ente ideal, pois não é eterna, tem um momento de criação. Também não é um evento, pois tem duração; também não se constitui como um objeto físico que perdura no tempo, como os objetos concretos em geral. Tampouco se trata de um processo, pois não se pode afirmar que a música é um agregado de momentos. Ingarden então introduz outra categoria da temporalidade para cingir a música: o *continuum*, isto é, um todo completo a cada momento em que se realiza. Desse modo, o filósofo resolve o problema de como se ouve a música como um todo se a cada instante t só se apreende o som s : a cada instante t ouve-se uma fase do *continuum* que constitui a estrutura essencial da música. Ou seja, mesmo que a música seja uma sucessão de momentos, a cada momento é completa, pois ela não é meramente uma soma de várias fases, mas uma estrutura que perpassa todas elas e se manifesta como uma totalidade a cada momento. A temporalidade da música não é cronológica como a dos processos, mas diacrônica. Ela não se estende no tempo em sucessão de momentos, como roupas estendidas no varal, mas como uma teia na qual tudo se liga a tudo. Seus momentos são pensados e sentidos como um todo, como se a música inteira estivesse contida em cada nota. É a manutenção dessa estrutura singular do *continuum* que garante a identidade da obra em suas diversas performances.

A **pintura** difere do teatro e da música porque não constitui uma arte de performance. Além disso, costuma ser compreendida como um objeto singular e concreto, existindo como uma presença única em um plano espaço-temporalmente determinado. Essa

compreensão comum da pintura, que vale também para a escultura, precisa ser questionada. Em seu livro *The Picture* (MITSCHERLING, 1997, p. 175), Ingarden diferencia pintura (*painting*) de representação ou figuração (*picture*), afirmando que essa distinção é seu ponto de partida para a investigação do modo de ser da obra de arte pictórica. Pintura é a parte material e figuração a parte não material, é o aspecto visual. A figuração é uma formação estratificada, que consiste em quatro camadas: 1. O objeto apresentado; 2. O aspecto reconstruído que traz o objeto à aparência; 3. A função representativa; 4. O tema literário. A primeira camada da figuração é “o que é apresentado” (MITSCHERLING, 1997, p. 176), o objeto que vem à tona na representação figurativa. No entanto, para que o objeto seja reconhecido, é preciso que haja algo em comum entre a percepção natural no mundo físico e a percepção na arte. É a esse ponto que Ingarden se remete quando trata da segunda camada, do aspecto reconstruído que traz o objeto à aparência.



Merleau-Ponty (1908- 1961).
Fonte: <http://30.media.tumblr.com/V3lI2bfa09d6ycsx9lo1_500.jpg>.

Assim como os “aspectos esquematizados” da literatura, ocorre com a apreciação pictórica algo semelhante ao modo como a fenomenologia descreve a percepção do mundo natural (SOKOLOWSKI, 2000, p. 28-35), das coisas espaço-temporais: só há acesso a perfis, e preenche-se a percepção atual, por exemplo, de uma cadeira de frente, com a “construção intencional” de sua parte de trás, porque a consciência “leva” até a percepção do perfil frontal da cadeira a experiência temporal de já ter dado a volta nela, de que os objetos têm volume, de que eles constituem um sistema entre si, voltando suas diversas faces uns para os outros. *Merleau-Ponty* explica essa dinâmica perceptiva na *Fenomenologia da Percepção* com belas palavras:

Ver é entrar em um universo de seres que se mostram, e eles não se mostrariam se não pudessem estar uns escondidos atrás dos outros ou atrás de mim. Em outros termos: olhar um objeto é vir habitá-lo e dali apreender todas as coisas segundo a face que elas voltam para ele. [...] Assim, cada objeto é o espelho de todos os outros. Quando olho o abajur posto em minha mesa, eu lhe atribuo não apenas as qualidades visíveis a partir de meu lugar, mas ainda aquelas que a lareira, as paredes, a mesa podem “ver”, o verso de meu abajur é apenas a face que ele “mostra” à lareira. [...] Mas, mais uma vez, meu olhar humano só “põe” uma face do objeto, mesmo se, por meio dos horizontes, ele visa todas as outras.

Ele só pode ser confrontado com as visões precedentes e com as dos outros homens por intermédio do tempo e da linguagem. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 104-107).

Parece manifesto que a percepção natural já se dá através de uma reconstrução intencional dos perfis que não são dados no momento atual. Do mesmo modo, na pintura figurativa, o que se percebe atualmente é um plano bidimensional, mas reconstrói-se intencionalmente uma dimensão de tridimensionalidade na qual os objetos pintados são apresentados. A pintura é tinta sobre um plano material, mas a figuração é preenchimento pela consciência, é um objeto puramente intencional. A pintura é mancha de cor sobre tecido, a figuração é uma cadeira, um rosto, Afrodite nascendo ou uma cesta de legumes.

O que Ingarden chama de aspecto reconstruído é essa camada de operações da consciência que permite o reconhecimento de um objeto que se apresenta na figuração como tal objeto, e não simplesmente como mancha de cor bidimensional. Essa “mágica” da pintura foi diversas vezes tematizada em crítica de arte: como é possível apreciar um retrato e ter a sensação de ser olhado de volta por ele, sentir incômodo ou sentir piedade ao ver um Cristo crucificado, se o que se vê concretamente é apenas mancha de tinta distribuída em certa configuração sobre um tecido? Como um olho que é feito de mancha pode fazer com que um espectador sintase olhado? Como o pintor pode criar essa ilusão de realidade, de objetividade, de tridimensionalidade a partir de um plano bidimensional? Ingarden assevera que esse segundo estrato é o mais basilar na constituição da representação pictórica. Os dois estratos subsequentes servem apenas para diferenciar a função de representar um objeto, como as naturezas mortas de Cézanne (terceira camada), da representação de uma cena ou um tema histórico ou mitológico, cujo sentido se apoia em um tema literário que se estende para além do que está meramente representado no quadro (quarta camada).

A distinção entre pintura e figuração serve sobretudo para mostrar que a figuração é a verdadeira obra de arte, que não se identifica com seu suporte material (MITSCHERLING, 1997, p. 178). Logo, assim como a música, a figuração não é um “objeto real”, no

sentido dos objetos concretos espaço-temporais; ela tem um modo de ser próprio, intencional, determinado por sua estrutura essencial. **O ponto central está na ideia de que o sujeito concretiza a obra de arte e isso é constitutivo da obra mesma.** Este assentimento deve ser levado em consideração no enfrentamento dos problemas relativos à identidade da obra pictórica: como é possível manter sua identidade entre a diversidade de concretizações feitas pelos sujeitos? Ingarden evita esse problema, que permeia toda teoria subjetivista da arte, pela distinção entre obra de arte e objeto estético. A obra existe como uma mesma obra de arte única e idêntica a si mesma, todavia enquanto potência, ou seja, antes do contato com o espectador. Mas ela só é atualizada na concretização do espectador, que introjeta nela não apenas a estrutura intencional da consciência, mas uma dimensão subjetiva, como crenças, gostos, opiniões. Ou seja, a obra de arte é idêntica a si enquanto potência, virtualidade, mas concretizada de modos diferentes para cada espectador. Ela é a mesma enquanto obra de arte, mas diversa enquanto objeto estético, motivo pelo qual é possível fazer juízos estéticos diferentes de uma mesma obra.

O que mais se evidencia a olhos ontologicamente atentos é que o que há em comum entre as diferentes caracterizações das obras de arte feitas por Ingarden é o fato de o estatuto ontológico de todas elas não poder ser pensado dentro da dicotomia real-ideal, uma vez que a identidade da obra comporta tanto elementos reais-materiais quanto elementos ideais. Por isso ele as pensa como puramente intencionais.



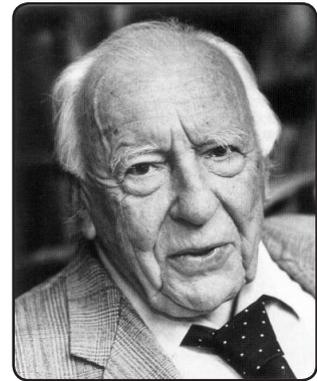
Hartmann (1882 – 1950).
 Fonte: <<http://maverick.philosopher.typepad.com/a/6a010535ce1cf6970c0134805743ae970c-pi>>.

7.5 POSSÍVEIS DESENVOLVIMENTOS DAS TEORIAS DE INGARDEN

Embora tenha elaborado uma teoria tão complexa e completa acerca da arte, Ingarden teve pouca influência na estética contemporânea porque seus textos são bastante abstrusos e porque ficou refugiado na Polônia durante a Segunda Guerra Mundial, afastando-se da Alemanha, que era o foco intelectual da época. Sua influência incidiu mais intensamente entre os pensadores de língua inglesa e na tradição da hermenêutica filosófica. *Hartmann* e Gadamer, principalmente, popularizaram a teoria de Ingarden

da obra de arte como entidade estratificada (MITSCHERLING, 1997). Nos escritos de Gadamer, por exemplo, a noção central da análise da obra de arte é a de *Spiel*: jogo, jogar. O verbo é mais elucidativo, porque ele afirma que a obra de arte tem que ser continuamente reconstruída pelo espectador enquanto criação, o que fica mais claro nas artes transitórias, como o teatro, a música e a dança. Assim como Ingarden, com os conceitos de aspectos reconstruídos ou esquematizados, *Gadamer* sustenta que a obra não é um objeto que existe independentemente, produzido por uma atividade criativa e que posteriormente é apreendido pelo espectador como prazer estético, de acordo com o paradigma da estética filosófica tradicional. A obra de arte, para Gadamer, é algo continuamente em criação na relação com o espectador, o artista e o objeto. Em concordância com Ingarden, o hermenauta afirma que a obra de arte não é a coisa material nem o ato mental, pois é algo que deve ser interpretado (logo, não é material), mas cuja interpretação deve se referir ao objeto ou texto real (logo, não é mental ou subjetiva). Para a hermenêutica filosófica de Gadamer, a obra é uma criação com várias camadas que transcende sujeito e objeto, apesar de incluir esses dois polos em sua constituição, unindo-os no preenchimento ou construção.

Quiçá a maior contribuição de Ingarden seja a concepção de que a arte possui um caráter esquemático, que diz respeito à sua estrutura ontológica essencial (ontologia) e à sua apreensão tanto como obra de arte quanto como objeto estético (epistemologia). Significa que na obra de arte certas características são dadas apenas esquematicamente e são preenchidas, reconstruídas, concretizadas pela pessoa que a apreende. Há “pontos de indeterminação” que são deixados em aberto na obra e são preenchidos pela intencionalidade do leitor ou espectador. O modo como o leitor, por exemplo, preenche os pontos de indeterminação de um romance nunca é completamente determinado pela obra escrita. Esses preenchimentos podem se modificar ao longo da obra se o autor revelar detalhes que não tinham aparecido anteriormente e que tinham sido preenchidos de algum outro modo pelo leitor. Pode-se, por conseguinte, mudar a concretização de um detalhe com o qual um personagem havia sido representado até então com base no esque-



Gadamer (1900- 2002).
 Fonte: <http://www.philosophisches-forum.de/Essays_Artikel/Kunst_des_Verstehens/kunst_des_verstehens.html>.

ma da obra, adaptando-o à nova informação, que vem do andamento da obra. Analogamente, na pintura, o objeto físico é dado e, como coisa real, não apresenta pontos de indeterminação. Mas a obra de arte propriamente dita é a figuração, que é a concretização feita pelo espectador, o preenchimento do que é dado na pintura apenas esquematicamente. Por exemplo, a pintura representa uma mancha na forma de uma cadeira de frente, mas essa mancha é concretizada como uma objetividade, isto é, como uma cadeira tridimensional, que tem parte de trás, volume e ocupa um lugar no espaço. Esses perfis não se mostram no suporte material da pintura, mas no preenchimento do seu esquema, que se dá através de um ato intencional do espectador. A música também é esquemática, é um conjunto de indicações sonoras a serem preenchidas. O compositor de uma obra musical deixa vários pontos indeterminados, que são concretizados pelas performances individuais da música, que são apreendidas pelo ouvinte como o objeto estético musical. **É o caráter esquemático da obra de arte que torna a concretização dos pontos indeterminados por parte do espectador (que deixa de ser passivo e passa a ter um papel ativo na constituição da obra de arte), não apenas possível, mas necessária.**

Enfim, Ingarden adota o preceito fenomenológico de pôr as essências de volta à existência, ou melhor, de revelar as essências nas coisas existentes cotidianamente. O pensador realiza esse intento através de uma descrição dos dados que o leva a estabelecer três modos de ser: o **real**, o **ideal** e o **intencional**. Essa divisão cria uma alocação categorial dos dados em suas especificidades. **A singularidade do pensamento de Ingarden está em demonstrar a interdependência dos modos de ser, sem reduzir uns aos outros.** A maioria dos autores cai em algum tipo de reducionismo ou postula uma hierarquia arbitrária entre os modos de ser. Conforme Ingarden, estes são independentes e autônomos e interagem uns com os outros para tornar possível o mundo tal como é experimentado. Trata-se de uma descrição fenomenológica no sentido de que é a experiência mundana que demanda a admissão de três modos de ser básicos. É a existência e a identidade da obra literária que mostra que há um reino ontológico para além do real e do ideal e faz o filósofo propor o modo ontológico do puramente intencional:

Se, porém, esta tentativa também falhasse e se mostrasse simultaneamente que só é lícito aceitar dois reinos de objetos, os reais e os ideais, então não se poderia resolver em sentido positivo o problema do modo de ser nem o da identidade da obra literária, cuja existência deveria ser simplesmente negada. (INGARDEN, 1965, p. 35).

A radicalidade do pensamento de Ingarden está nessa afirmação segura de que a obra de arte não pode ser pensada dentro da dicotomia tradicional entre reais (concretos) e ideais (abstratos), pois ela é uma entidade híbrida, com características de ambas as categorias. O pensamento deve servir para criar sentido para as experiências mundanas e não para obrigá-las a se encaixar dentro de fórmulas prontas e preconceitos teóricos. Por isso o estudo da obra de arte é tão importante para Ingarden, pois ela é um acontecimento cuja existência não pode ser negada e tampouco pode ser compreendida com o dualismo real/ideal, mostrando que há um terceiro modo de ser, o puramente intencional.

LEITURAS SUGERIDAS

O livro de Mário A. Guerreiro, *O problema da ficção na filosofia analítica*, é uma excelente introdução ao problema das entidades fictícias, incluindo os personagens literários. Já o livro de Richard Wollheim, *A arte e seus objetos*, explora o problema de como pensar os objetos que são obras de arte. Para uma discussão dos limites da abordagem estética da arte e das atuais tendências da filosofia da arte, recomenda-se a leitura do livro de Alain Badiou, *Pequeno manual de inestética*.

REFLITA SOBRE

- O que significa dizer que há obras de arte e em que medida esses objetos são entidades especiais? As diferentes obras de arte pertencem à mesma categoria ontológica? A arte revela uma dimensão de ser inacessível por outros meios? O que é dito quando se diz que algo é uma obra de arte?

■ CAPÍTULO 8 ■

A NOÇÃO DE REALIDADE VIRTUAL

Neste capítulo, discutimos a noção de realidade virtual. Essa noção tem sido usada em diferentes contextos com a pretensão de se indicar um tipo de realidade (entidade) especial. A noção de realidade virtual, porém, apresenta muitas dificuldades e problemas. O nosso objetivo é distinguir os diferentes usos dessa expressão e também sugerir uma definição de virtual em conformidade com as teorias ontológicas apresentadas nos capítulos precedentes.

8. A NOÇÃO DE REALIDADE VIRTUAL

A palavra “virtual” é como a palavra “fatal”, você pode falar “uma mulher fatal” e também “um homem fatal”; no dicionário, por isso, está dito que é uma palavra de dois gêneros. Mas bem poderia estar dito que as palavras “fatal” e “virtual” não determinam o gênero. A primeira caracterização de algo como “virtual” é em termos de algo existente apenas em potência, ou faculdade, e não como realidade ou com efeitos reais. Se alguém tem uma bomba virtual, esta é uma bomba que não explode. Também se fala em algo virtual quando se quer falar de algo que poderá existir ou acontecer, que é possível, mas ainda não atualmente, como quando se diz “o candidato é um presidente virtual”. Noutras vezes, dizemos que algo é virtual por poder fazer as vezes de algo, no sentido de constituir uma simulação de outra coisa, mas tão eficaz quanto esta. A palavra “virtual” também é usada para indicar algo quase pronto ou quase completo, como quando dizemos que “o virtual esquecimento da delicadeza entre as pessoas é um fato”. Nos nossos dias, porém, essa palavra ganhou conotações novas em função da sua apropriação para significar os objetos e realidades propiciados pela computação e pelas redes de interação digital. Com as expressões “texto virtual” e “namoro virtual” agora se quer dizer apenas que se trata de um texto ou namoro intermediado pelas tecnologias computacionais e digitais.

O termo Realidade Virtual é creditado a Jaron Lanier, fundador da VPL Research Inc., que o cunhou, no início dos anos 80, para diferenciar as simulações tradicionais feitas por computador de simulações envolven-

do múltiplos usuários em um ambiente compartilhado. Pesquisas como a de Myron Krueger, em meados da década de 70, já utilizavam o termo Realidade Artificial, e William Gibson utilizou o termo *cyberspace* em 1984, no seu romance de ficção científica *Neuromancer*. Espaço cibernético (*cyberspace*) foi o termo utilizado para designar uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de dados de todos os computadores do sistema humano. Gibson descreveu uma rede de computadores universal contendo todo tipo de informações, na qual seria possível “entrar” e explorar os dados de forma multisensorial, e onde pessoas com implantes em seus corpos podiam transmitir informações diretamente para o computador. Na verdade, o Espaço Cibernético é um espaço imaginário, uma simulação 4D do espaço-tempo controlada pela interface de RV. Vince afirma que, desde que os sistemas de RV criem o espaço cibernético, é possível interagir com tudo e com todos em um nível virtual. (NETTO, A. V. et al, 2002, p. 4-5).

Desse modo nos distanciamos muito da origem dessa palavra, a saber, o latim medieval *virtus*, que já então tinha basicamente muitos significados: força corporal, ânimo, ferocidade, força de espírito, virtude, amor e prática do bem, poder de eloquência, castidade (de mulher). O cerne era nota semântica da virilidade, do latim “vir” que significava “homem” e “força”. Apenas a partir de 1789 é que esta palavra passou a ter a acepção de equivalente a outro, substituto ou simulacro.

O conceito de virtual e de realidade virtual, porém, tem fascinado as mentes e as gentes nos últimos tempos. “Livro virtual”, “Máquina virtual”, “Universidade virtual”, “Criaturas virtuais”, “Namoro virtual”, entre outras, são expressões correntes na linguagem cotidiana. Em geral, nos diversos contextos e situações de emprego, com o termo “virtual” quer-se indicar uma propriedade, um modo de existir ou ainda um tipo de entidade. Significa isso que agora o universo tem entidades e propriedades que antes não faziam parte dele? Essas expressões indicam um novo tipo de entidade, antes inexistente? De qualquer modo, pode-se dizer seguramente que a noção de realidade virtual é significativa e indica um fenômeno bem comum. Agora, a esse fenômeno corresponde uma novidade ontológica ou se trata apenas de uma aparência ontológica?

Como viemos trabalhando até aqui, uma categoria ontológica se define por fixar condições de existência e de identidade para

entidades. Então, para investigar as suposições e implicações ontológicas do uso da palavra “virtual”, algumas perguntas são fundamentais: no uso da expressão “virtual”, há um sentido básico ou vários sentidos? Se há vários, qual é a relação entre eles? Se houver um sentido ontológico do uso dessa expressão, então, quais são as condições de existência e de identidade das coisas ditas virtuais? Considerem-se as seguintes ocorrências da expressão “virtual”:

1. Adquiri este livro numa livraria **virtual**.
2. O **virtual** candidato foi flagrado num caso de corrupção.
3. A derrota agora é **virtual**.
4. **Um objeto virtual não está num lugar determinado.**

Embora esse tipo de frase seja corriqueiro nas falas hodiernas, analisando-se os diferentes usos do termo, os seguintes pontos não estão claros: **primeiro**, uma vez que nas propostas padrões de categorização (teoria das categorias ontológicas) não há lugar para a categoria do virtual, com quais categorias o âmbito do virtual é implicitamente conceituado; **segundo**, em que medida a virtualidade é uma nova modalidade, para além de possibilidade, necessidade, existência? E, se for uma nova modalidade, como devemos entendê-la, *de re* ou *de dicto*? **Terceiro**, em que medida o virtual é um predicado real - ontológico ou semântico; **quarto**, diante da contraposição entre objeto virtual e objeto abstrato e objeto possível, em que medida as críticas aos dois últimos conceitos aplicam-se ao primeiro; **quinto**, uma vez que se diz que alguma coisa é ou está virtualmente em algo, qual noção de dependência ou fundação está implicada no termo *virtual*.

Em termos conceituais, as frases acima sugerem que com a palavra *virtual* indicam-se quatro conceitos diferentes:

1. O conceito de uma propriedade;
2. O conceito de uma relação;
3. O conceito de uma modalidade;
4. O conceito de uma categoria de objetos;

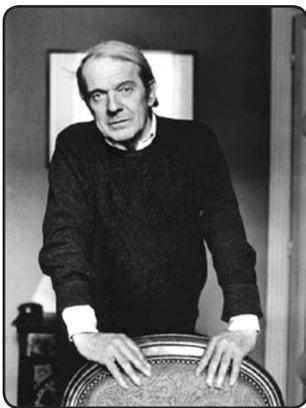
Se é assim, a cada ocorrência da expressão “virtual”, e expressões derivadas, faz-se necessário avaliar em que sentido, isto é, qual conceito está sendo agenciado pelo conteúdo do contexto frasal. Com efeito, em geral com o termo “virtual” indica-se uma possibilidade real, ínsita na própria coisa, em contraposição à mera possibilidade lógica. As modalidades lógicas (Possibilidade, Impossibilidade, Necessidade, Contingência) tradicionalmente são características de proposições (juízos, enunciados, sentenças) e definidas em termos de verdade. Uma proposição necessária é sempre verdadeira; uma proposição impossível não pode jamais ser verdadeira, etc. Fala-se em possibilidade real, ou **potencial**, quando se quer indicar o conceito de possibilidade aplicado às próprias coisas. Uma queda d’água exemplifica a possibilidade real de produção de energia, isto é, ela tem potencial energético. Note-se que o potencial energético não é uma possibilidade apenas. Algumas vezes se usa a palavra “virtual” para indicar esse potencial. Já em Aristóteles o termo “potência” (*dinamis*) não era usado como uma mera modalidade lógica, e sim como um *modo de ser*.

8.1 A NOÇÃO DE POTÊNCIA

A primeira matriz de sentido da palavra “virtual” é a distinção aristotélica entre “ato” e “potência”. Com efeitos ainda hoje presentes em nossa linguagem, a caracterização aristotélica do potencial, às vezes traduzido como virtual, como “**aquilo que apenas existe em potência e não em ato**”, admite ainda assim duas leituras: virtual como (1) o que é possível em certo sujeito; e como (2) o que é já predeterminado e latente, embora não seja explícito, e que contém todas as condições essenciais para sua atualização. Uma característica importante da noção de potencial em Aristóteles é que o que é em potência tanto é *potência* de ser quanto de não ser, pois “em potência” se diz tanto daquilo que se realiza quanto daquilo que se mantém na reserva e não se realiza. Nesse sentido é que Leibniz utilizava o termo ao dizer que “toda a aritmética e toda a geometria são inatas e são em nós de maneira virtual”. Todavia, Leibniz utilizou o termo “mundo possível” para indicar o campo das possibilidades lógicas (de mundo e de indivíduos) em contraposição ao mundo atual ou realizado. Isso abria a possibili-

dade de se falar na existência de outros mundos possíveis, que para Deus seriam virtuais, confundindo-se possibilidade e virtualidade no plano metafísico.

Convém lembrar a caracterização fornecida por Whitehead para a potencialidade e para a atualidade enquanto noções ontológicas derivadas essencialmente de Leibniz. Com efeito, Whitehead distinguia dois modos de ser real, o *atual* e o *potencial*, assim caracterizados: “toda coisa é positivamente em algum lugar na atualidade, e em potência em todos os lugares” (WHITEHEAD, 1979, p. 40). Desse modo, ele pode dizer que a “potencialidade torna-se realidade; e ainda assim mantém sua mensagem das alternativas que a atual entidade evitou” (WHITEHEAD, 1979, p. 149). Isso significa que “os objetos eternos são os puros potenciais do universo; e as entidades atuais diferem uma das outras na sua realização de potenciais”. Ou seja, nessa concepção os objetos eternos são “perfeitamente reais, mas não são atuais”. Todavia, Whitehead defendia a prevalência do atual na forma do *princípio ontológico*: “fora das coisas que são atuais, não há nada – nada de fato ou em eficiência”. A palavra “eficiência” indica “causa” ou “razão” capaz de ser o fundamento de algo; por conseguinte o princípio ontológico significa “nenhuma entidade atual, então, nenhuma razão/causa” (WHITEHEAD, 1979, p. 19). De modo geral, Whitehead defendia um atualismo para as entidades, de modo que **“não há nada que advenha ao universo de nenhum lugar. Tudo no mundo atual é referível a alguma entidade atual”** (WHITEHEAD, 1979). As objetividades, isto é, as possibilidades ou potenciais não realizados, são pensáveis ou inteligíveis apenas, mas nesse sentido não são um puro nada.



Gilles Deleuze (1925 - 1995)



Pierre Lévy (1956 -)

A caracterização sugerida por *Gilles Deleuze* no livro *Diferença e Repetição* e depois desenvolvida por *Pierre Lévy*, na obra *O que é o virtual*, (LÉVY, 1999, p. 34) apresenta uma teoria que é herdeira dessas indicações. Com efeito, para Deleuze-Lévy o virtual deve ser considerado como algo que existe em potência. O conceito de virtual é explanado como um **“complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução, a atualização”** (LÉVY, 1999, p.

16). Nessa concepção, o virtual contrapõe-se ao atual e ao possível, portanto caracterizando-se como uma modalidade. O processo de atualização, compreendido como a passagem do virtual ao atual, seria como que a resolução constante do nó de tendências que constitui o virtual. Desse modo, o atual é a solução dada a cada momento pelo que virtualmente uma entidade pode ser numa situação. Note-se que nesse sentido o que é ao modo da virtualidade não se esgota em suas atualizações. O real, por sua vez, embora diferente do atual, contrapor-se-ia ao possível, o qual é explanado como aquilo que **“já está todo constituído, mas permanece no limbo. O possível se realizará sem que nada mude em sua determinação ou natureza. É um real fantasmático, latente. O possível é exatamente como o real, só lhe falta a existência”** (LÉVY, 1999, p. 16). Também ocorre a passagem do possível ao real, a realização. Porém, a passagem do virtual ao atual se dá por *diferenciação*, enquanto que a do possível para o real é por *repetição*.

Esse modo de conceituar permite a distinção clara entre os processos que afetam as substâncias (entidades independentes) e aqueles que afetam os acontecimentos (entidades dependentes). Desse modo, perfaz-se o seguinte esquema ontológico, no qual se contrapõem **virtual e atual – potencial e real** (LÉVY, 1999, p.15-18, 136-145).



Esquema Ontológico

A partir desse esquema conceitual, podemos inferir que o possível e o virtual são latentes e implícitos, enquanto que o real e o atual são patentes e manifestos. Além disso, o possível é uma *forma* não realizada, embora completamente determinada. O virtual, ao contrário, é uma *potência*, um acontecer, cuja atualização é imprevisível. Considere-se o caso de uma bateria química. A energia da bateria ao se atualizar o faz de múltiplos modos e de maneira im-

previsível, no sentido de que não se pode inferir da análise da bateria que indica a sua carga se ela irá se descarregar como energia cinética de um carrinho de brinquedo, e alegrar uma criança, ou como ondas sonoras alegrando um ouvinte de música. A energia ou tensão química da bateria não se esgota apenas em ser uma ou outra forma de atualização, pois ela pode ao mesmo tempo servir para mover o carrinho e fazer soar a buzina.

8.2 O VIRTUAL COMO SÍMILE

Uma outra matriz semântica do uso atual é a caracterização da noção de virtual fornecida por *Charles S. Peirce*, baseada na noção de signo, como aquilo que está no lugar de outro e que tem a eficácia daquilo que ele substitui. Nesse sentido, o virtual não é meramente um potencial, pois ao potencial (ou possível) falta a eficácia atual. Nessa concepção o virtual é definido em termos funcionais:



Charles S. Peirce
(1839 – 1914)

Um X virtual (onde X é um nome comum) é algo, não um X, que tem a eficiência (virtus) de um X. (PEIRCE, 1958).

A ideia de virtualidade aqui é a de algo que pode exercer a função ou substituir de modo eficaz um objeto ou entidade. Algo que faz as vezes de uma coisa é virtualmente essa coisa. Muitos usos da expressão “realidade virtual” e daquelas em que a palavra “realidade” é substituída por um nome comum, por exemplo “máquina”, “livraria”, “relação”, podem ser explicados por essa definição de Peirce. Uma livraria virtual é algo que faz as vezes de uma livraria sem ser uma livraria real. Uma livraria virtual não é apenas uma possível livraria, ou uma livraria em potencial – simplesmente é atualmente uma livraria. Obviamente esta caracterização supõe que seja possível identificar e especificar as condições de existência de uma livraria real sem apelar para a noção de virtualidade. Ora, conhecemos muito bem uma livraria real, localizada espaço-temporalmente, com endereço físico e com livros nas prateleiras, caixa, atendentes sorridentes, etc. Uma página na Internet, isto é, um conjunto de arquivos em linguagem HTML gravado em algum computador ligado à rede mundial de computadores, **funciona**

como uma livraria, no sentido de que se podem comprar efetivamente livros **através** desse dispositivo. A caracterização do virtual introduzida por Peirce está ligada diretamente a sua concepção de linguagem e mente, segundo a qual a significação linguística e a própria mente seriam virtuais:

nenhum pensamento atual (que é um mero sentir) tem qualquer significado, qualquer valor intelectual; pois este reside não no que é pensado atualmente, mas no que este pensamento pode ser conectado em representação com os pensamentos subsequentes; portanto, o significado de um pensamento é algo virtual. [...] Em nenhum momento em meus estados mentais há conhecimento ou representação, mas na relação dos meus estados mentais em diferentes instantes existe. (PEIRCE, 1958, p. 372).

A concepção de virtualidade introduzida por Peirce aparece nas formulações no âmbito da informática. Uma primeira formulação é a de **Theodore Nelson** (aquele que introduziu o termo “hypertext”), que escreve “por virtual” ele entende “uma coisa aparente, distinta de sua mais concreta realidade”, portanto, como o oposto de uma coisa real” (1980). Depois, Michael Heim usou “virtual” como significando “não atual, mas como se fosse”. Estas definições retomam claramente a definição de Peirce e têm como marca característica a noção símile eficaz ou de substituto eficaz. Nesse sentido, um teclado real e um teclado virtual são ambos dispositivos reais pelos quais podemos digitar um texto e comandar um computador. No entanto, o teclado real é um objeto físico, material, enquanto que um teclado virtual pode ser uma imagem na tela do computador ou uma projetada sobre uma superfície. Ambos são reais, e ambos são eficazes no sentido de poderem ser usados atualmente como teclados. Esta caracterização é tida como padrão no campo da computação:

Trata-se de uma interface que simula um ambiente real e permite aos participantes interagirem com o mesmo, permitindo às pessoas visualizarem, manipularem e interagirem com representações extremamente complexas. Ela é um paradigma pelo qual usa-se um computador para interagir com algo que não é real, mas que pode ser considerado real enquanto está sendo usado. (NETTO, A. V. et al., 2002, p. 5).



Theodor Holm Nelson, ou simplesmente Ted Nelson, é um filósofo e sociólogo estadunidense nascido em 1937. Pioneiro da Tecnologia da Informação, inventou os termos hipertexto e hiperídia, em 1963, e os publicou em livro, no ano de 1965. Também inventou os termos **transclusão**, **transcopyright** e **virtualidade**. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Theodor_Nelson>.

A partir dessas considerações, podemos fixar dois sentidos básicos do termo virtual: algo dependente: (1) potencial, tendência, possibilidade real, ínsita em algo atual; e algo independente: (2) símile, simulacro, substituto que embora diferente tem a eficiência de algo real. Em ambas as acepções, a atualização da virtualidade implica em diferenciação: o exercício da virtualidade desencadeia novas propriedades e capacidades. O ponto em comum é a contraposição à possibilidade lógica cuja realização não implicaria em diferenciação. Isso é um indicativo de que com o termo virtual pretende-se significar não uma modalidade, mas um conceito ontológico. Além disso, e sobretudo, a passagem do possível ao real é extrínseca, no sentido de não afetar a identidade, mas apenas a existência da coisa, como bem mostrou Kant, ao dizer que “o real nada mais contém que o simplesmente possível. Com táleres reais nada mais contém que com táleres possíveis.” Ao contrário, a passagem do virtual ao atual é intrínseca, no sentido de haver nessa passagem uma diferenciação. Por isso, faz-se necessário explicar essa diferença com um conceito explícito.

8.3 ANÁLISE ONTOLÓGICA

A primeira pergunta a ser feita, para podermos aceitar o uso da noção de virtual em qualquer dessas caracterizações, é acerca de qual teoria de modalidades e de categorias ela se ampara, pois a *virtualidade* sempre aparece contraposta a outras categorias e ou modalidades. Nas lógicas modais contemporâneas as modalidades são reduzidas a operadores sentenciais. Todavia, embora por detrás desses operadores estejam categorias bem determinadas (relações de acessibilidade, temporais, etc.), em geral elas são incapazes de apanhar o fenômeno da virtualidade visado, pois se restringem ao modo de descrição. Além disso, mesmo aceitando-se o tratamento padrão das modalidades como operadores sentenciais, como em geral se contrapõe o virtual ao possível lógico, então cabe perguntar se o virtual constitui um novo operador sentencial. Uma vez que a resposta parece ser negativa, devemos entender que o virtual não é uma nova modalidade lógica, mas sim uma nova categoria ontológica, no sentido de que a esfera semântica visada nos usos dessa palavra pertence ao campo de um tipo de realidade ou entidade, caracterizando um tipo ontológico.

As indicações acima acerca da noção de virtualidade estão em geral, com exceção daquela proposta por Whitehead, ancoradas na ontologia tradicional baseada nas noções de um plano da Matéria, Movimento, Substância e Acidente, e outro plano das ideias e ou possibilidades lógicas. O possível confunde-se com a forma pura; o virtual-potencial, com as formas ínsitas na matéria (substâncias). Todavia, este esquema de ontologia tem sido questionado tanto pelas ciências quanto pelas filosofias contemporâneas, e a noção ontológica de virtualidade em geral sugere uma recategorização. Agora, qual ontologia poderia justificar a introdução dessa nova categoria?

Considere-se a distinção sugerida por Zemach (“Quatro ontologias”) entre quatro tipos básicos de ontologia, fundados em quatro diferentes conceitos de entidades.

Eventos: entidades limitadas tanto no espaço como no tempo podem ser chamadas *eventos* ou *não continuantes* (NCs). Eles são entidades definidas por sua extensão espaço-temporal. A entidade cujos limites são dados em todas as quatro dimensões é um evento. Um evento é uma entidade que existe, inteiramente, na área definida por seus limites espaçotemporais, e cada parte dessa área contém uma *parte* do evento completo.

Coisas: se não fosse pela primeira ontologia, que mais tarde tornou-se mais e mais entrincheirada em nossa linguagem, nós não teríamos percebido que esta segunda ontologia é apenas uma ontologia particular, baseada num certo modo de lidar com a espaçotemporalidade dos objetos. As entidades que ela reconhece são contínuas no tempo e limitadas no espaço. Nós podemos chamá-las *continuantes no tempo* (CT) ou, simplesmente, *coisas*. Nós normalmente vemos quase a maioria dos objetos com que nós nos deparamos como CTs: esta cadeira, minha caneta, meu amigo Richard Roe, a árvore na esquina, a mosca pousada na página. Isto não quer dizer que essas coisas não podem ser re-categorizadas e vistas como eventos.

Processos: esta é raramente usada por nós, e quando usada seus termos são seguidamente confundidos com aqueles da primeira ontologia. Contudo, termos como “este ruído”, “a revolução industrial”, “o calor”, “a chuva”, “a era Roosevelt”, “a grande fome”, etc., não são usados em geral como nomes de eventos (i.e., de NCs). Alguns dos usos mais frequentes de termos como “a atual inflação”, “esta onda” ou “Segunda Guerra Mundial” mostram que estes termos algumas vezes servem como nomes de entidades que são li-

mitadas no tempo mas contínuas no espaço. Nós podemos artificialmente expropriar o termo “*processo*” para designar estas entidades, os *continuan-tes no espaço* (CSs).

Tipos: as entidades reconhecidas por esta ontologia não são limitadas nem no espaço nem no tempo. Elas são, então, *continuan-tes puros* (PCs) ou *tipos*. Os tipos têm sido, por muito tempo, a Cinderela da ontologia. Eles foram considerados como sendo universais, entidades abstratas, formas, classes, ou o que quiser. Um tipo, embora esteja instanciado em vários lugares e tempos, não é espaço-temporal. (ZEMACH, 1970, p. 2-8).

Embora essas sejam alternativas para a suposição de que a realidade é apenas espaço-temporal, a partir dessa distinção, podemos antever que as caracterizações do virtual pressupõem ontologias específicas, nem sempre explicitadas. Os objetos potenciais de Whitehead confundem-se com os *tipos*. A definição de virtual de Peirce, por sua vez, supõe dois objetos tomados como intersubstituíveis, que poderiam ser de qualquer um desses paradigmas. A sugestão de Deleuze-Lévy, uma vez que está fundada numa ontologia da imanência, parece supor uma ontologia de *processos*. Além disso, seja lá qual for a ontologia de base, o certo é que a virtualidade implica o surgimento, ou ao menos o aparecimento, de propriedades ou capacidades diferentes, o que sugere tanto a existência de níveis de realidade quanto a de processos. Todavia, em geral não se fornece uma explicação adequada dessa “passagem”. **A minha sugestão é tratar a noção de virtualidade como envolvendo os conceitos de “fundação” e de “emergência”, desenvolvidos anteriormente no Capítulo 4.**

A noção de *fundação* pode ser caracterizada desse modo: x está fundado em y caso a ocorrência de x pressuponha a ocorrência de y . Em termos ontológicos, trata-se de algum tipo de dependência quanto a existência. Porém, há vários sentidos em que uma coisa depende de outra. **O que se quer indicar com a noção de fundação é uma relação de dependência assimétrica concomitante.** Um conjunto está fundado em todos os seus membros, pois deixa de existir caso um deles deixe de existir; por sua vez, a existência dos membros não depende da existência do conjunto. Isso nem sempre é o caso para outros tipos de entidade. Um estado psicológico não pode existir senão na totalidade da mente da qual ele é um estado.

A noção de *emergência* aplica-se a propriedades, estruturas, entidades e capacidades fundadas numa ‘base’ ou ‘corpo’ ou ‘sistema’, mas que de algum modo são ‘novas’ ou ‘diferentes’ das partes e das interações das partes que constituem a base. As propriedades emergentes são **do todo** ou do sistema e nenhuma de suas partes pode ter tal propriedade. Isso implica certa hierarquia de níveis de existência. Por exemplo, é comum explicar a natureza e a cultura usando a seguinte hierarquia conceitual: primeiro matéria, depois organismos, depois mentes, depois sociedades, então discursos, logo linguagens, e apenas então Teatro e Poesia. Essa sequência sugere que para aplicarmos os conceitos de teatro e de poesia, como na frase “As peças de teatro de Hilda Hilst estão no mesmo nível de sofisticação linguística de seus livros de poesia”, devemos já ter aplicado os conceitos anteriores da série. Essa frase não faria sentido num mundo onde não houvesse falantes, sociedades e línguas. As peças de poesia e de teatro seriam realidades emergentes, fundadas na língua e nas instituições sociais de entidades falantes, sencientes, vivas e corpóreas. Agora, um poema e uma peça, enquanto objetos emergentes, retroagem sobre as pessoas e os corpos, como quando alguém suspira ou chora e assim comove uma outra pessoa ao seu lado.

Em geral, os adeptos da virtualidade supõem esta interferência inversa. Claramente a noção de emergência envolve algum tipo de fundação, pois embora seja válido dizer que os fenômenos emergentes são *autônomos* em relação aos processos subjacentes, também é válido que os fenômenos emergentes são *dependentes* dos processos subjacentes. Pode-se dizer que fundação e emergência são conceitos complementares, embora nem todo fenômeno de fundação seja também de emergência. Tanto o conceito de fundação quanto o conceito de emergência sugerem algum tipo de hierarquia ontológica ou alguma noção de níveis de realidade. O problema principal do conceito de emergência é o de como explanar a interação entre a ‘realidade emergente’ e a realidade base, sobretudo se pode haver, e como se daria, uma interferência inversa, do nível emergente sobre o nível base. Todavia, para que uma propriedade emergente **surja** a base tem de possuir certas propriedades. Além disso, a propriedade emergente tem de ser diferente e não redutí-

vel às propriedades da base. Nesse sentido, poderíamos dizer que a base possui *virtualmente* as propriedades emergentes. Mas esse modo de dizer não pode ser confundido com a fala em termos de possibilidade e potencialidade. Alguém que apreendeu português é um falante em potencial, é possível que ele fale português. Não há diferença entre o potencial e o ato de falar português, quanto ao português. No caso das propriedades emergentes, ao contrário, o que emerge não estava propriamente “lá” antes de surgir. A língua portuguesa e suas características e propriedades não continham em potência, latente, a obra *Grande Sertão: Veredas*. Essa obra, no entanto, depende e funda-se na língua portuguesa. Nem sequer podemos dizer que a língua portuguesa continha como possibilidade e ou em potencial esta obra, pois na verdade ela era **indedutível** a partir dos fatos e dados dessa língua. O fato é que essa obra inova e difere em relação à língua dada; mais ainda, essa obra agora modifica a própria língua em que foi escrita. Nesse caso é preferível falar na obra como uma realidade emergente criada por Guimarães Rosa a partir das propriedades da língua portuguesa, e que a atualização dessas propriedades se deu por diferenciação em relação aos dados da língua, criando novas propriedades. Essa diferença, porém, é atuante e modifica a língua portuguesa.

8.4 REVISÃO DO CONCEITO DE VIRTUAL

Utilizando os conceitos de fundação e de emergência poderíamos redefinir a noção de virtual. Tanto no primeiro sentido quanto no segundo sentido indicados antes, o exercício da virtualidade ou a atualização de algo virtual tem que ser explicado como algum tipo de *emergência*, em função do diferimento entre o potencial e a atualização. Além disso, considerando que a passagem do virtual ao atual é intrínseca, a não ser que se identifique o virtual com a possibilidade lógica, o virtual tem que ser pensado como **dependente** do atual-real. Desse modo, o virtual, embora **fundado** no real-atual, apenas se atualizaria por *emergência*, ao atualizar-se diferindo do atual. Não se trataria de uma mera repetição ou cópia, mas do surgimento de propriedades, capacidades e relações novas. Nesse sentido, o virtual não seria apenas o simulacro que faz às vezes do real, mas sim uma realidade emergente em relação ao atual,

mas igualmente atuante. Embora **fundado** no atual, o virtual seria uma *emergência* que abre novas capacidades, relações, propriedades que são operantes no atual.

Isso é ainda insuficiente para explicitar o sentido da palavra “virtual” nos usos hodiernos. **A ideia ontológica fundamental ligada ao conceito de virtualidade, porém, e que o torna diferente do conceito de potencialidade aristotélico, é que o virtual independente de sua base em ato.** Na ontologia aristotélica o potencial estava ligado indissociavelmente à sua base em ato, não fazendo sentido um potencial trocar de base. A ironia verbal em potência de Sócrates calado não pode ser transferida para Diógenes. **No conceito atual de virtual está implícita a ideia dessa troca.** Analisemos um exemplo inicial, o dos textos. Um texto que está virtualmente contido num disquete magnético pode ser transposto como mero dado matemático para um cd-rom digital não magnético. O texto é virtual justamente por ser real e determinado, mas não depender de uma base particular, ao contrário, pode existir como o mesmo texto em diferentes bases. As suas condições de identidade e de existência independem de bases particulares, embora dependa de uma base qualquer. Nesse sentido, ele teria uma dependência genérica para com suas bases ou suportes. Todavia, esse modo de explicar confunde virtual com possível. Ora, a passagem a atualização de algo virtual é tanto inevitável quanto imprevisível. Logo, propriamente falando o texto digitalizado não é propriamente virtual, pois é sempre o mesmo texto que se realiza, a despeito dos diferentes suportes utilizados. Propriamente falando, dizer que algo é virtual implica em dizer que ele independe de seus suportes e, também, que a sua atualização se dá por diferenciação. Isso implica que a cada vez que ele se atualiza ou instancia, ele se apresenta de maneira diferente. Esse é o caso do potencial energético de uma cachoeira. Esse potencial ele mesmo é intangível, pois apenas se mostra ao se atualizar. Mas, não se pode deduzir da análise do potencial energético o modo como ele irá se atualizar: energia elétrica, energia cinética, energia calorífica, etc.

8.5 A DEFINIÇÃO DE VIRTUAL

O que temos até aqui sobre a noção de virtual pode ser resumido nas seguintes notas características: (1) ser *em potência*; (Aristóteles); (2) *possível* não realizado; (Leibniz, Whitehead); (3) algo cujas condições de existência estão *pré-determinadas* em algo existente; (4) quase real, quase verdade, em vias de se realizar; *iminente*; (5) *substituto* que faz às vezes do real (Peirce); (6) existe apenas *em efeito* (Arco-íris); (7) fronteiras espaço-temporais indefinidas; (8) *Intangível*, inefável; (9) realizável pela mediação tecnológica. Com exceção das notas (2) e (7), estas características indicam que a virtualidade é **ontologicamente dependente** de algum tipo de suporte. Além disso, as características (4) (6) e (9) sugerem algum tipo de *superveniência* e *emergência*. Em geral, a caracterização da virtualidade supõe uma ontologia de coisas (substância e acidentes), como indicam as notas (1) (3) (9); porém, as características (2) (4) (6) (7) (8) sugerem e podem ser abordadas por outras ontologias.

Utilizando os conceitos de dependência, fundação e emergência ontológica, pode-se fixar a seguinte caracterização de realidade ou entidade virtual: algo que dependente, fundado e emergente, com eficácia causal descendente. Algo atual, por contraste, seria algo independente, fundante e com eficácia causal ascendente. Um pedaço de metal, uma entidade atual, capaz de entrar em relações causais e afetar um ser senciente, é também um objeto intencional, uma moeda de dez centavos, para uma consciência linguística. Enquanto moeda de dez centavos ela é capaz de afetar e direcionar um ser consciente. O pedaço de metal existe independente de haver seres conscientes e sociais, mas a moeda de dez centavos depende da existência desse tipo de entidade. No entanto, o objeto {0,10 R\$} sempre se realiza como 10 centavos, quando se realiza. Nesse sentido, ele seria um possível, e não um virtual.

Agora, considere-se o caso de um personagem de ficção, como Diadorim. Trata-se de uma objetividade intencional e semântica, no sentido de que sua identidade e sua existência está determinada e constituída pelos atos conscientes e linguísticos de um escritor-leitor. Enquanto um artefato, criado por Guimarães Rosa, abstrato, no sentido de que ele apenas criou um esquema com alguns tra-

ços de uma pessoa, e não uma pessoa completa, Diadorim apenas pode se realizar como propriedade de uma consciência leitora, ou, então, como propriedade de um ator que a apresenta no palco. Usando a noção de virtual aqui sugerida, o nome Diadorim não nomeia uma entidade, nem uma mera possibilidade, mas sim um objeto virtual. Esse objeto pode ser atualizado, mas a cada vez o faz de maneira singular. Várias encenações de Diadorim já foram realizadas: nelas é sempre a mesma Diadorim que se atualiza no palco, como objeto virtual, mas a cada vez é uma entidade diferente que a realiza.

LEITURAS SUGERIDAS

Para uma utilização da noção de virtual aplicada às ciências, o livro de Gilles-Gaston Granger *Le probable, le possible et le virtuel* é uma excelente leitura. Nesse livro os conceitos de probabilidade, possibilidade e virtualidade são esclarecidos e definidos, sempre relacionados aos fundamentos das ciências. O romance de W.Gibson, (1984) *Neuromancer*, em <http://www.scribd.com/doc/2230917/Neuromancer-GIBSON-William>, é um excelente livro de ficção onde é abordado o problema da existência humana numa sociedade hipertecnificada.

REFLITA SOBRE

- As implicações teóricas das novas tecnologias e formas virtuais de relacionamento humano.
- Em que medida a noção de realidade virtual pode ser identificada com a noção de realidade simulada.

REFERÊNCIAS

- ANGELELLI, I. **Studies on Gottlob Frege and traditional philosophy**. Dordrecht: Reidel, 1967.
- APOSTEL. The justification of set theories, proceedings of the 1964. In: **CONGRESS OF LOGIC, METHODOLOGY AND PHILOSOPHY OF SCIENCE**. BAR-HILLEL, Y. (Ed.). North-Holland: 1972, p. 199-209.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2006.
- _____. **Metafísica**. Giovanni Reale (Ed.). São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. **Organon**: I categorias, II periérmeneias. Tradução P. Gomes. Lisboa: Guimarães, 1985.
- BACON, J. **Universals and property instances the alphabet of being**. Cambridge: Blackwell, 1995.
- BADIOU, Alain. **Pequeno manual de inestética**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Tradução Sergio Millet. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.
- BOÉCIO. **Categorias Aristotelis commentaria**, PL 64, 170BC.
- BRAIDA, C. R. (Org., Trad.). **Três aberturas em ontologia**: Frege, Twardowski e Meinong. Florianópolis: Nephelibata, 2005.
- _____. Descrição semântica e postulação de entidades, **Revista Philótophos**, v. 8, n. 1, p. 29-52, 2003.
- BRENTANO, F. **Kategorienlehre**. Meiner: Hamburg, 1985.
- BUTCHVAROV, Panayot. **Being qua being**: a theory of identity, existence, and predication. Bloomington: Indiana University Press, 1979.
- CAMPBELL, K. The metaphysic of abstract particulars. In: MELLOR, D. H; OLIVER, A. (Ed.). **Properties**. Oxford: UP, 1997.

- _____. **Abstract particulars**, 1990.
- CARNAP, R. **Meaning and necessity: a study in semantics and modal logic**. 2. ed. Chicago: UC Press, 1958.
- _____. Empirismo, semântica e ontologia. In: SCHLIK, M.; CARNAP, R. **Coletânea de textos**. São Paulo: Abril, 1980. (Coleção Os Pensadores).
- COCCHIARELLA, N. B. **Logical investigations of predication theory and the problem of universals**. Napoli: Bibliopolis, 1986.
- _____. **Formal ontology and conceptual realism**. Springer: Dordrecht, 2007.
- _____. Conceptual realism and the nexus of predication. **Metalogicon**, n. 16, p. 45-70, 2003.
- COLLINGWOOD, R. G. **The principles of art**. New York: Oxford University Press, 1958.
- CONNI, C. **Identità e strutture emergenti**. Milano: Bompiani, 2005.
- CURRIE, Gregory. **An ontology of art**. New York: St. Martin's Press, 1989.
- DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1991.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FINDLAY, J. N. **Meinong's theory of objects and values**. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1963.
- FREGE, G. **Kleine Schriften; hersg. I. Angelelli**. 2.ed. Hildesheim: G. Olms, 1990.
- _____. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.
- _____. **Os fundamentos da aritmética**. Tradução Luís H. dos Santos. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- FULLBROOK, E. **Ontology and economics: Tony Lawson and his critics.** New York: Routledge, 2009.
- GADAMER. **Verdade e método.** Petrópolis: Vozes, 1997.
- GIBSON, W. **Neuromancer.** Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/2230917/Neuromancer-GIBSON-William>>. Acesso em: 20 jul.2010.
- GOODMAN, N. **The structure of appearance.** Cambridge: Mass., 1951.
- GRANGER, Gilles-Gaston. **Le probable, le possible et le virtuel.** Paris: Odile Jacob, 1995.
- GROSSMANN, R. **The existence of the world.** New York: Routledge, 1992.
- GUERREIRO, M. A. **O problema da ficção na filosofia analítica.** Londrina: Ed. UEL, 1999.
- HAAPARANTA, Leila. Frege on existence. In: **Frege Synthesized.** Dordrecht: Reidel, 1986.
- HOBBS, Thomas. **Leviathan.** São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- HOFFMAN, J.; ROSENKRANTZ, G. **Substance: its nature and existence.** London: Routledge, 1997.
- HUSSERL, E. **Experience and judgement.** London: Routledge, 1973.
- _____. **Investigações lógicas.** Tradução Pedro M. S. Alves e Carlos A. Morujão. Lisboa: CFUL, 2007.
- _____. Carta de 25 de novembro de 1931. In: MITSCHERLING, J. **Roman Ingarden's ontology and aesthetics.** Canada: University of Ottawa Press, 1997.
- IMAGUIRE, G.; ALMEIDA, C. L. S.; OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Metafísica contemporânea.** Petrópolis: Vozes, 2007.
- INGARDEN, Roman. **The literary work of art.** Tradução George G. Grabowicz. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 1973.

- _____. **A obra de arte literária**. 3. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1965.
- _____. **The ontology of the work of art**. Tradução Raymond Meyer e Jon T. Goldthwait. Athens, Ohio: Ohio University Press, 1989.
- _____. Aesthetics experience and aesthetic objects. **Phil. and Phenomenological Research**, v. XXI, n. 3, 1961.
- _____. Controversy over the existence of the world. In: MITSCHERLING, J. **Roman Ingarden's ontology and aesthetics**. Canada: University of Ottawa Press, 1997.
- JANSON, A. **Iniciação à história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- KAHN, C. H. **Sobre o verbo grego ser e o conceito de ser**. Rio de Janeiro: NEFA-PUC-RIO, 1997.
- KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- KIM, J. Downward causation. In: BECKERMANN, A. et al. **Emergence or Reduction?** Berlin: De Gruyter, 1992.
- _____. Making sense of emergence. **Philosophical Studies**, n. 95, p. 3-36, 1999.
- KRIPKE, S. A. **Naming and necessity**. Oxford: Blackwell, 1980.
- LAMARQUE, Peter. **The philosophy of literature**. Oxford: Blackwell, 2008.
- LAMARQUE, Peter; OLSEN, S. H. **Truth, fiction, and literature: a philosophical perspective**. Oxford: Clarendon Press, 1994.
- LEIBNIZ. **Discours de métaphysique**. L. Bouquiaux (Ed.). Paris: Gallimard, 1995.
- LEVINSON, Jerrold. **Music, art, and metaphysics**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1990.
- LÉVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: Editora 34, 1999.

- LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- LOUX, M. J. **Metaphysics, a contemporary introduction**. London; New York: Routledge, 1998.
- LOWE, E. J. **The four-category ontology**. Oxford: Clarendon Press, 2006.
- _____. **Ontological dependence**. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/dependence-ontological/>>. Acesso em: 20/07/2010.
- MACKINNON, J. Aesthetic supervenience: for and against. **British Journal of Aesthetics**, v. 41, n. 1, jan. 2001.
- MALLY, E. **Gegenstandstheoretische grundlagen der logik und logistik**. Leipzig: Barth, 1912.
- MARCUS, R. B. **Modalities: philosophical essays**. New York: Oxford UP, 1993.
- MARGOLIS, Joseph. **What, after all, is a work of art?** Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1999.
- MARTIN-LÖF, Pier. **On the meaning of the logical constants and the justifications of the logical laws**. *Nordic Journal of Philosophical Logic*: n. 1, 1996, p. 11-60.
- MEAD, George Herbert. **Mind, self and society**. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
- MEINONG, A. Über Gegenstandstheorie. In: MEINING, A. (Ed.). **Untersuchungen zur Gegenstandstheorie und Psychologie**. Leipzig: Barth, 1904.
- MEIXNER, U. Ontological priority. **Erkenntnis**, v. 48, n 2-3, p. 227-231, 1998.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MILLAN-PUELLES. **Teoría del objeto puro**. Madrid: Ediciones Rialp S.A., 1990.

MITSCHERLING, J. **Roman Ingarden's ontology and aesthetics.** Canada: University of Ottawa Press, 1997.

MUTSCHLER, H.-D. **Introdução à filosofia da natureza.** São Paulo: Loyola, 2008.

NETTO, A. V. et al. **Realidade virtual: definições, dispositivos e aplicações.** Disponível em: <<http://www.di.ufpb.br/liliane/publicações/reic2002.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

OCCAM, G.. **Lógica dos termos.** Tradução Fernando P. de Almeida Fleck. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. **Seleção de textos.** Tradução e notas de Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

O'CONNOR, T. Emergent properties. **American Phil. Quartely**, v. 31, n. 2, p. 91-104, 1994.

PEIRCE, Ch. S. **Collected papers.** Charles Hartshorne, Paul Weiss e Arthur Burks (Ed.). Cambridge; Massachusetts: The Belknap Press of the Harvard University Press, 1958.

PESSOA, Fernando. Estética, teoria e história da literatura: princípios do sensacionismo. In: **Obras de Fernando Pessoa**, v. 3. Porto: Lello e Irmão Ed., 1986.

POINSOT, J. **Tractatus de signis: the semiotic of John Poinot.** John Deely (Ed.). Berkeley: University of California Press, 1985.

PORFÍRIO. **Isagoge: introdução às categorias de Aristóteles.** Tradução P. Gomes. Lisboa: Guimarães, 1994.

QUINE, W. V. **Sobre o que há.** São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).

_____. **De um ponto de vista lógico.** Tradução L. H. dos Santos et al. São Paulo: Abril, 1980.

_____. **Relatividade ontológica e outros ensaios.** Tradução O. Porchat e A. Loparic. São Paulo: Abril, 1980

RAPAPORT, William J. Meinongian theories and a russellian paradox. **Nous**, v. 12, n. 2, 1978. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2214690?seq=1>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

- ROUTLEY, R. **Exploring Meinong's jungle and beyond**. Interim, 1980.
- RUSSELL, B. **Os problemas da filosofia**. Tradução Jaimir Conte. Florianópolis, 2005.
- _____. **Sobre a denotação**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- SARTRE, Jean-Paul. **The psychology of imagination**. Tradução Bernard Frechtman. New York: Washington Square Press, 1966.
- SCOTUS, Duns. **Seleção de textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- SEARLE, J. R. **The construction of social reality**. Nova York: Free Press, 1995.
- _____. **Mente, linguagem e sociedade: filosofia no mundo real**. Tradução F. Rangel. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- _____. **Mente, linguagem e sociedade: uma entrevista com John R. Searle**, **Cadernos de filosofia**. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?url=http://www.ifl.pt/main/Portals/0/ifl/people/pdfs/MEiroGomes2.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.
- SCHELER, M. **A posição do homem no cosmos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- SIBILIA, P. **O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- SIMONS, P. **Parts**. A study in ontology. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- SIMPSON, T. M. **Linguagem, realidade e significado**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- SOKOLOWSKI, R. **Introduction to phenomenology**. New York: Cambridge University Press, 2000.
- STEPHAN, A. **Emergenz: von der Unvorhersagbarkeit zur Selbstorganization**. Mentis: Paderborn, 2005.

- STRAWSON, P. F. **Análise e metafísica**: uma introdução à filosofia. Tradução A. Mora de Oliveira. São Paulo: Discurso Editorial, 2002.
- THOMASSON, Amie L. **Fiction and metaphysics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- _____. The ontology of art. In: KIVY, Peter (Ed.). **The Blackwell guide to aesthetics**. Oxford: Blackwell, 2004.
- _____. Ingarden and the ontology of cultural objects. In: **Existence, culture, persons**: the ontology of Roman Ingarden. Frankfurt: Ontos, 2005.
- _____. **Roman Ingarden, Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em:
<<http://plato.stanford.edu/entries/ingarden>>. Acesso em: 20 jul. 2010
- TWARDOWSKI, K. Sur la théorie du contenu et de l'objet des représentations, une étude psychologique. In: **Husserl-Twardowski**: sur les objets intentionnels. Tradução Fra. J. English. Paris: Vrin, 1993.
- WHITEHEAD, Alfred N. **Process and reality**. New York: Free Press, 1979.
- WILLIAMS, D. C. **On the elements of being**. Properties. Oxford: Oxford University Press, 1953.
- WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Coleção **Os Pensadores**).
- WOLLHEIM, Richard. **Art and its objects**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- _____. **A arte e seus objetos**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- ZALTA, E. N. **Abstract objects**: an introduction to axiomatic metaphysics. Dordrecht: D. Reidel, 1983.
- ZEMACH, E. Quatro ontologias. Tradução C. R. Braidá. **The Journal of Philosophy**: v. LXVII, n. 8, 1970, p. 231-247.